



REVISTA **CERRADOS**

Coordenação

Marina de Fátima Brandão Carneiro

REVISTA CERRADOS

Departamento de Geociências
da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

ISSN 1678-8346

REVISTA CERRADOS	Montes Claros	v. 5, n.1- 2007	p. 1-187	jan./dez. 2007
------------------	---------------	-----------------	----------	----------------



Montes Claros
2007

COPYRIGHT ©: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES

REITOR

Paulo César Gonçalves de Almeida

VICE-REITOR

João dos Reis Canela

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH

Diretor

Mércio Coelho Antunes

Chefe do Departamento de Geociências

Romana de Fátima Cordeiro Leite

REVISTA CERRADOS

Coordenação Editorial

Marina de Fátima Brandão Carneiro

Conselho Editorial

Anete Marília Pereira

Expedito José Ferreira

Yara Maria Soares Costa da Silveira

Ivo das Chagas

Jorge Alberto Sanabria (Universidad Nacional de Córdoba/Argentina)

José Manuel Sayago (Universidad Nacional de Tucumán/Argentina)

Maria Ivete Soares de Almeida

Marina de Fátima Brandão Carneiro.

Marcos Esdras Leite.

Conselho Consultivo

Ailton Mota de Carvalho (UENF, Campos dos Goytacazes/RJ), André Roberto Martin (USP, São Paulo/SP), Beatriz Ribeiro Soares (UFU, Uberlândia/MG), Jorge Luís Silva Brito (UFU, Uberlândia/MG), José Bueno Conti (USP, São Paulo/SP), Lucivânio Jatobá (UFPE, Recife/PE), Maria Geralda de Almeida (UFG, Goiânia/GO), Roberto Célio Valadão (UFMG, Belo Horizonte/MG), Rogério Haesbaert da Costa (UFF, Niterói/RJ).

Arte/ Impressão:

Imprensa Universitária Unimontes - *Campus* Universitário Prof. Darcy Ribeiro - Prédio 4.

Diagramação/ capa:

Maria Rodrigues Mendes

Revisão lingüística:

Nesmária Sany Costa Alves

Digitação:

Marcos Esdras Leite

Publicação Anual

UNIMONTES – *Campus* Universitário Professor Darcy Ribeiro - Departamento de Geociências

Caixa Postal: 126 - CEP: 39401-089 – Montes Claros – MG.

e-mail: geociencias@unimontes.br - Fones: (38) 3229.8238 ou 3229.8266 (GESA).

Catálogo: Divisão de Biblioteca Central Prof. Antônio Jorge – Unimontes

Revista Cerrados / Coordenação de Marina de Fátima Brandão
Carneiro. – v. 5, n. 1, (2007) - . – Montes Claros : Ed.
Unimontes, 2007-

v. ; 26 cm.

Anual

ISSN 1678-8346

1. Geografia. 2. Geociências. I. Carneiro, Marina de
Fátima Brandão, (coord.). II. Universidade Estadual de Montes
Claros. Departamento de Geociências. III. Título.

CDD 900 - Geografia
551 - Geociências

Foto capa: Sucupira (Bowdichia virgiliodes)

Fonte: Acervo do Departamento de Geociências

EDITORIAL

Ao completar cinco anos, a Revista Cerrados mantém a sua proposta de difusão e aprofundamento de uma perspectiva inter e multidisciplinar sobre os significados das relações entre as sociedades com a natureza, permitindo novos ângulos, novos olhares. Assim sendo, pretende continuar fomentando os debates que contribuam para a produção do conhecimento geográfico em sua diversidade de abordagens, tendo como marca a sua pluralidade de idéias, de concepções criadoras e de construções intelectuais.

Nesta publicação, apresenta artigos e o registro de resumos de tese e dissertações concluídas em 2007, de distintas correntes teórico-metodológicas sobre diferentes áreas da ciência geográfica.

Os temas tratados em cada artigo representam parte significativa das linhas de pesquisa desenvolvidas por professores-pesquisadores do departamento de Geociências e de outros afins, versando sobre múltiplos assuntos e dão sua contribuição para o entendimento da dinâmica espacial contemporânea, especialmente a Norte Mineira.

Que a Revista Cerrados continue instigando a exposição de idéias, as reflexões e análises sobre os constantes movimentos do/no espaço geográfico de forma a contribuir para a produção de um mundo mais próximo das espacialidades naturais, das pessoas e dos valores essenciais da dignidade humana.

Marina de Fátima Brandão Carneiro
Coordenadora Editorial

SUMÁRIO

ARTIGOS

- EXPRESSÕES DE NOVAS CENTRALIDADES NO ESPAÇO INTRA-URBANO:
A ÁREA CENTRAL E O SUBCENTRO MAJOR PRATES EM MONTES CLAROS/
MG
Iara Soares de França, Beatriz Ribeiro Soares..... 11
- AS FAVELAS DA CIDADE DE MONTES CLAROS/MG: UMA ANÁLISE
SOCIOECONÔMICA
Marcos Esdras Leite; Maria Ivete Soares de Almeida; Manoel Reinaldo Leite 29
- O COMÉRCIO INFORMAL NA ÁREA CENTRAL DE UMA CIDADE MÉDIA:
UMA ANÁLISE DE MONTES CLAROS (MG)
Dulce Pereira dos Santos; Carlos Renato Theóphilo..... 47
- NORTE DE MINAS: LOGÍSTICA DE TRANSPORTES E EXPORTAÇÕES
Luiz Andrei Gonçalves Pereira; Simone Narciso Lessa..... 63
- SOCIOTERRITORIALIDADE NO NORTE DE MINAS: LUGAR DE VIDA
TRADIÇÃO E MODERNIDADE
Ana Ivânia Alves Fonseca; Ellen Vieira Santos..... 85
- ENTRE VIVÊNCIAS E TRADIÇÕES NA BARRA DO PACUÍ: O COTIDIANO E
A CONSTRUÇÃO DO SABER LOCAL EM UMA COMUNIDADE RURAL
RIBEIRINHA DO NORTE DE MINAS
Maria das Graças Campolina Cunha; Camilo Antônio Silva Lopes..... 95
- PERSPECTIVAS DE FUTURO DOS JOVENS DO PROJETO JAÍBA NO NORTE
DE MINAS GERAIS
Alex Douglas Martins Demier; Rômulo Soares Barbosa..... 109
- A PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA NO CONTEXTO DA MODERNIZAÇÃO
AGRÍCOLA NA SUB-BACIA DO RIACHÃO
Priscilla Caires Santana Afonso; João Cleps Júnior..... 131

A NECESSIDADE DE POLÍTICAS DE CONVIVÊNCIA COM A SECA: <i>CONSIDERAÇÕES SOBRE O NORTE DE MINAS GERAIS</i> <i>Rachel Inêz Castro de Oliveira; Anete Marília Pereira.....</i>	147
RESUMOS DE TESES E DISSERTAÇÕES.....	169
INSTRUÇÕES PARA AUTORES.....	183
FICHA DE ASSINATURA.....	187



ARTIGOS

EXPRESSÕES DE NOVAS CENTRALIDADES NO ESPAÇO INTRA-URBANO: A ÁREA CENTRAL E O SUBCENTRO MAJOR PRATES EM MONTES CLAROS/MG*

FRANÇA, Iara Soares de* *
SOARES, Beatriz Ribeiro***

Resumo: Nas cidades médias as áreas centrais recebem grande circulação e fluxos de pessoas, mercadorias e capitais, que possibilitam o consumo e a dinâmica econômica desses espaços. Um fenômeno importante na configuração atual dessas cidades é a descentralização da área central. A partir do crescimento de Montes Claros/MG, sua área central transformou-se. Tal fator vem provocando a descentralização econômica e formação de novas centralidades, como os subcentros. Desta forma, o referido trabalho tem como objetivo discutir o subcentro Major Prates como expressão de novas centralidades de Montes Claros/MG. Para esse estudo realizou-se revisão da literatura sobre temática específica, bem como a utilização de fontes primárias (entrevistas). Foram feitas entrevistas com pessoas-chaves, como os donos de empreendimentos comerciais e de serviços localizados no subcentro Major Prates que possuem filial na área central da cidade, a fim de compreender as razões da expansão de seus negócios para determinadas áreas da cidade.

Palavras-chave: Cidades médias. Centralidades. Área central. Intra-urbano. Subcentros.

ABSTRACT: In medium cities the central areas receive a huge circulation and flow of people, commodities and money, that can enable the consumption and a dynamic economical from these places. An important phenomenon in actual configuration from these cities is the decentralization of the central area. From the growth of Montes Claros/ MG, its central area has turned. This factor provoke

* Este artigo é uma versão revisada de trabalho homônimo apresentado oralmente no X Simpósio de Geografia Urbana/SIMPURB, realizado em Florianópolis/SC, no período de 29 de outubro a 02 de novembro /2007.

** Profa.do Departamento de Geociências da Unimontes e Doutoranda em Geografia/UFU. iarasfran@bol.com.br.

*** Prof^a. Dr^a. Instituto de Geografia/IG - UFU. brsoares@ufu.br.

the decentralization economical and a formation of new centralities, like the subcentral areas. In this way, the present work aim discuss the subcentral area Major Prates like expression of new centralities of Montes Claros/ MG. To this study, a review of literatura was done about a specific thematic, as well as the use of primary source (interviews). Interviews were done with key people, like the trade interprise's owners and services located in the subcentral area Major Prates that has a branch in the central area of Montes Claros, to comprehend the reasons of expansion from its bussiness to determinated areas in the city.

KEYWORDS: Medium cities. Centralities. Central area. Intraurbarn. Subcentral areas.

Introdução

No interior das cidades médias as áreas centrais expressam espaços onde coexistem usos comerciais e residenciais com uma organização sócio-espa- cial bastante complexa. Existe uma tendência das áreas centrais se firma- rem como espaços quase que exclusivamente comerciais, com o abandono de famílias que vendem suas habitações e vão residir em outras regiões das cidades. Com isso, a área central com boa infra-estrutura passa pela valori- zação e conseqüente especulação imobiliária. As áreas centrais recebem grande circulação e fluxos de pessoas, mercadorias e capitais que possibili- tam o consumo e a dinâmica econômica desses espaços.

Um fenômeno importante na configuração atual das cidades médias é a descentralização da área central apontando novas centralidades. A partir da expansão territorial das cidades médias que viabiliza a expansão urbana para bairros e novos loteamentos em regiões distantes da área central, aponta-se o surgimento de novos espaços comerciais e de prestação de serviços.

Os subcentros de comércio e serviços, os shopping-centers, os supermerca- dos, as vias especializadas, entre outras, são exemplos dessas novas centralidades. Essas novas formas comerciais são resultantes do crescimento demográfico e territorial das cidades que impõe a necessidade de satisfação de consumo de necessidades da população residente em espaços distantes física e geograficamente do núcleo central, também a própria lógica de re- produção e maximização do capital responde a essa tendência.

Tal processo foi viabilizado a partir da expansão territorial da cidade somada aos novos padrões espaciais que motivaram atividades industriais e econômi- cas, pessoas, circulação de mercadorias, fluxos de capitais, tecnologias e infra- estruturas. Todo esse incremento segue obedecendo à lógica do sistema capi- talista que, para a sua reprodução e funcionamento impõe necessidades de consumo, crescimento e novas estruturas comerciais nos espaços diversos.

Em Montes Claros/MG o crescimento da cidade, resultante do aumento demográfico e da expansão do tecido urbano, tem ocasionado seu alargamento com a abertura de novos bairros e loteamentos para áreas periféricas. Nessas circunstâncias, a área central da cidade vai perdendo seu caráter residencial e passa a assumir demasiadamente diversos tipos e funções relacionadas à prestação de serviços e ao comércio. Com isso, esse espaço sofre importantes transformações ao concentrar inúmeras atividades, apontando problemas, a saber: hipertrofia, degradação e deterioração da paisagem urbana, problemas referentes ao trânsito, altos custos para se manter na área central com elevados preços de aluguéis e impostos em geral.

A complementaridade da relação entre a Área Central e o Subcentro Major Prates em Montes Claros/MG

Montes Claros representa o núcleo urbano de maior dinamismo econômico da região norte-mineira, tal expressão se mantém na atualidade por meio de sua economia que possui como base primordial o comércio e a indústria. O município de Montes Claros/MG está localizado no norte do estado, região administrativa estadual. Montes Claros é drenado pela bacia do rio São Francisco que possui importante rede hidrográfica para a área, destacando a sub-bacia do rio Vieira com os seus afluentes.

Do ponto de vista físico-geográfico, a cidade caracteriza-se por apresentar clima quente com elevadas temperaturas e forte insolação, com ocorrência do clima tropical semi-úmido com tendência para a aridez. Seu índice pluviométrico anual é de aproximadamente 1.200 mm e uma temperatura média anual de 24°C. (INMET, 2006). Dessa forma, predominam-se paisagens variadas na área como cerrado, caatinga e mata seca caducifólia. Incluído na área mineira da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, em 1965 o município passou por diversas transformações demográficas, econômicas, políticas e sociais.

A cidade se industrializou rapidamente e atraiu um grande contingente populacional, fruto das migrações que a ela se dirigiu oriundas de outros municípios do Norte e Nordeste do estado, bem como do Sul da Bahia e Vale do Jequitinhonha. A população no ano 2000 alcançou 306.947 habitantes, com uma taxa de urbanização de 94,21%. Desse total, 289.183 habitantes moravam na zona urbana e 17.764 na zona rural, sendo que, para 2005, o IBGE estimou uma população total de 342.586 habitantes.

Ao estudar as cidades mineiras com mais de 100 mil habitantes, Amorim Filho, Bueno e Abreu (1982) consideraram Montes Claros como uma cidade média de nível superior, uma verdadeira “capital regional”. O estudo do IPEA/IBGE/UNICAMP (1999) classificou a cidade de Montes Claros como um centro regional 2. Estudos mais recentes, como o de Pereira e Lemos

(2004), também identificam essa cidade como média, tendo por base a sua capacidade de polarização intra-regional.

Os subcentros possuem relações de complementaridade com o núcleo central. Isso pode ser demonstrado à medida que estabelecimentos anteriormente exclusivos ao núcleo central buscam novas localizações nos subcentros. Assiste-se à mudança de moradores para a periferia da cidade em busca de melhores condições de vida, distantes da grande concentração de atividades econômicas, do trânsito congestionado e dos problemas de insegurança, além da especulação imobiliária na área central.

O destino dessas pessoas, na maioria das vezes, são bairros que ofereçam o mínimo de condições de infra-estrutura e de consumo. Sendo assim, esse deslocamento irá contribuir para a formação e desenvolvimento dos subcentros.

Villaça (2001: 30-31) teceu indagações e considerações a respeito do núcleo principal das cidades, elemento por ele considerado como absolutamente fundamental na estrutura territorial intra-urbana e na formação de novas configurações econômicas.

[...] como são as cidades brasileiras? Quais os processos que vêm ocorrendo em seus centros? [...] quais as transformações territoriais por que vêm passando os centros [...] e por quê? [...]. Finalmente, as principais questões, especialmente intra-urbana: por que os ditos centros novos se instalam na região em que se instalam e não em outra qualquer? Qual a razão de sua localização? Quais as implicações e conseqüências de sua localização?

Esse autor acrescenta que [...] a chamada “decadência” dos [...] centros está ligada ao abandono desses centros pelas camadas de alta renda e que esse abandono foi provocado, principalmente, mas não exclusivamente, pela nova mobilidade territorial propiciada pelo automóvel. Desse ponto de vista, os anos 1970 seriam o marco a ser adotado em uma periodização da história intra-urbana da maior parte das metrópoles e mesmo das cidades médias do Brasil.

Uma importante dinâmica que se observa nos subcentros é a abertura de filiais de empresas que possuem sua sede na área central das cidades em que se localizam. Tal fato decorre das potencialidades que algumas áreas apresentam para o consumo e reprodução de lucros, representadas por sistema de transporte, alto povoamento e infra-estrutura urbana, dentre outras.

Essa realidade é identificada no subcentro Major Prates, que passou a abrigar algumas filiais de estabelecimentos comerciais, localizados exclusiva e primeiramente no núcleo central da cidade. São ramos comerciais variados, que apontam uma nova configuração sócio-espacial no subcentro e, conseqüentemente, em Montes Claros.

O Major Prates localiza-se na região sul da cidade de Montes Claros, possuindo como limites os bairros Augusta Mota, Morada do Parque, Morada do Sol, São Geraldo, Vargem Grande e Canelas. Conta com uma área de 759.898,91m². Sua localização, distante cerca de 4 km da área central, tem sido determinante para o desenvolvimento socioeconômico da região Sul da cidade. (PMMC, 2006).

O subcentro possui um sistema viário que articula um grande volume de pessoas e veículos para a região central da cidade. Entre as principais avenidas de acesso a esse subcentro, estão a Francisco Gaetani e a Castelar Prates, que assumem um importante papel na concentração de comércio e prestação de serviços. Nessas duas avenidas principais do subcentro, convergem grandes fluxos de pessoas e veículos. Ademais, registra-se que esse espaço também faz limite com a BR 351, que interliga o município de Montes Claros à Pirapora, no Norte de Minas, e à Uberlândia, no Triângulo Mineiro. O subcentro Major Prates está entre um dos maiores adensamentos populacionais da cidade de Montes Claros, com uma população residente total de 5279 pessoas, compreendendo 1,82% da população de Montes Claros. Desse total de pessoas, 2741 são mulheres e 2538 são homens, 52% e 48%, respectivamente. (PMMC, 2006).

No que se refere aos tipos e à quantidade de estabelecimentos comerciais e de serviços registrados no subcentro Major Prates, tem-se (Quadro 1):

Quadro 1: Subcentro Major Prates: Filiais de Estabelecimentos Comerciais e Serviços existentes no Núcleo Central – 2006.

MODALIDADE DO ESTABELECIMENTO	OCORRÊNCIA	NOME
Locadora	1	Estoril.
Drogaria	2	Drogaria Minas Brasil Droga-Sul.
Loja de Móveis, Eletrodomésticos e Eletroeletrônicos	1	Rede Eletrosom.
Consórcios de Motocicletas e Veículos, peças e acessórios	3	Consórcio Motosmar Consórcio Monvep Minas Moto Show
Auto-Escola	1	Auto-Escola Quatro Rodas
Agência Bancária	1	Sicoob – Cooperativa de Crédito
Loja de Ferragens	1	Ferronorte Ferragens
Loja de Departamento - Magazine, Presentes e Confecções	1	Ansa Magazine
TOTAL	11	

Fonte: Pesquisa de Campo/ jan. 2006

Org.: FRANÇA, I. S. de./2006

Para a pesquisa, foram aplicadas entrevistas para donos ou gerentes de estabelecimentos comerciais que têm, predominantemente, suas sedes situadas no núcleo central de Montes e que abriram filiais no subcentro Major Prates.

A figura 1 ilustra os principais pontos abordados nas entrevistas realizadas com representantes de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que possuem filiais no subcentro Major Prates, objetivando compreender suas opiniões sobre a área central de Montes Claros e o referido subcentro.

A partir disso, foi possível detectar pontos em comum na opinião dos entrevistados em relação à área central e ao subcentro Major Prates, bem como às suas especificidades e aos seus impactos para a organização sócio-espaçial intra-urbana de Montes Claros.



Figura 1

Santos (2003: 147) já preconizava o crescimento econômico do centro principal em direção a outras zonas das cidades, conforme se observa no excerto:

A distância assume papel importante no surgimento de novas formas de comércio e descentralização para regiões que ofereçam condições de crescimento e de fixação de população. A excessiva concentração geográfica, demográfica e econômica em determinados espaços exprime a necessidade de descentralizar atividades e população.

Existem drogarias instaladas no Major Prates que têm suas sedes no núcleo central da cidade. Uma delas, a Droga-Sul, possui estabelecimentos somen-

te em Montes Claros e instalados há 23 anos na cidade. Os motivos mencionados pelo gerente como determinantes para a abertura de filiais em bairros e não no núcleo central estão relacionados ao congestionamento dessa área, que impossibilita a abertura de novas drogarias. A escolha a decisão pela abertura da filial no Major Prates justificou-se pelos atributos do subcentro, tais como:

[...] grande contingente populacional, maior possibilidade de vendas no local e nas adjacências, variado número de serviços e comércios que disponibiliza, como o posto do Batalhão da Polícia Militar de MG e uma agência bancária”, dentre outros.¹

O perfil do consumidor da farmácia pode ser traçado por pessoas como rendimento de um a dois salários mínimos (350 a 700 reais, de acordo com o valor do salário mínimo vigente no ano de 2006), que totalizam 80% dos consumidores. Tal perfil não se restringe ao Major Prates, estendendo-se a toda a cidade, relatou o gerente. Essa grande abrangência é viabilizada pelo serviço de entregas de produtos realizado pelos moto-boys.

Já a outra drogaria, a Minas Brasil, está em Montes Claros há 47 anos e, assim com a drogaria anteriormente citada, só possui estabelecimentos nessa cidade. Além da filial no subcentro Major Prates, essa drogaria possui mais dez lojas, espalhadas por outras regiões da cidade.

De acordo com o entrevistado, o núcleo central é “a área principal da cidade, “o miolo”. As razões por ele mencionadas que levaram os proprietários desse estabelecimento a abrir filiais em outras regiões da cidade se devem à necessidade de consumo do mercado e ao próprio crescimento de Montes Claros. Ele acrescentou que existem diferenças socioeconômicas entre o núcleo central e o bairro, como infra-estrutura e rede bancária, e que a distância física do Major Prates em relação ao núcleo central pode dificultar um maior desenvolvimento econômico nesse subcentro.

Na auto-escola, o gerente entrevistado relatou que seu ramo de prestação de serviço está há 28 anos no Norte de Minas, em mais ou menos 15 cidades com filiais. A sede da empresa está localizada em Montes Claros, com o oferecimento de uma infra-estrutura única. Além de filiais em outras cidades norte-mineiras, essa auto-escola possui lojas em outras áreas de Montes Claros.

A respeito das condições do núcleo central de Montes Claros, o entrevistado expressou sua opinião dizendo que:

O núcleo central da cidade é dotado de equipamentos urbanos excelentes, principalmente no que se refere à localização. Mas as condições de tráfego na

¹ Entrevista com o gerente da drogaria realizada em setembro/2006.

área central de Montes Claros deixam a desejar, em decorrência do trânsito congestionado, de forma que todas as pessoas sofrem com esse problema, desde pedestres até passageiros e condutores, o que ocasiona estresse no trânsito, constrangimento, irritação e perturbação.²

Sobre a escolha de outras áreas não restritas ao núcleo central para abertura de filiais, o entrevistado falou da necessidade de levar atendimento e comodidade aos moradores dos bairros. Conforme ele, o cliente que tem em seu bairro o mesmo serviço que teria exclusivamente no núcleo central agradece muito. Outra razão enfatizada pelo entrevistado como determinante para a abertura de tais filiais nesse subcentro relaciona-se aos altos custos com transporte despendidos pelos clientes ao se deslocarem até o núcleo central.

O Major Prates foi ainda apontado como um bom espaço; uma cidade localizada dentro de outra cidade, que dispõe de variados serviços e tipos de comércio, tais como, banco, supermercados, açougue e farmácia, ou seja, um espaço que oferece bastantes condições a seus moradores.

Ademais, esse entrevistado destacou o Parque Municipal como um importante espaço de lazer, destinado aos habitantes do Major Prates, e o Shopping-Center como um equipamento urbano estratégico para esse subcentro, em função de se localizar nas suas proximidades. O perfil do cliente que utiliza esse serviço é, conforme o entrevistado, “universal”, sendo o mesmo tanto no núcleo central como no subcentro.

O ramo de ferragens, associado à serralheria e à construtora, possui três lojas em áreas centrais de Montes Claros: nas avenidas Coronel Luiz Maia, Deputado Esteves Rodrigues e Cula Mangabeira. No Bairro Santo Expedito há um depósito. Verificou-se que o consumidor atendido por esse tipo de serviço pertence às classes baixa, média e alta.

O entrevistado ressaltou, que “a área onde seu negócio se localiza é estratégica, facilitando o comércio devido à sua centralidade”. A abertura de filiais justificou-se pela necessidade de atender aos bairros, já que a distância física de uma loja a outra é muito grande.

Uma das filiais dessa loja localiza-se na Avenida Cula Mangabeira, que é adjacente ao subcentro Major Prates. Conforme o entrevistado, o movimento de pessoas e negócios que ocorre nesse espaço, somado à localização da área no interior de Montes Claros, zona Sul, foram fatores predominantes quando da escolha desse bairro para possuir uma filial desse estabelecimento.

Outro ramo de estabelecimento comercial que teve sua representante entre-

³ Entrevista com o gerente de loja de eletrodomésticos realizada em setembro/2006.

vistada foi uma loja de departamento, com comércio de cama, mesa, banho, presentes, brinquedos, calçados, confecções, papelaria e utilidades domésticas. Essa loja possui sua matriz, com maior variedade, localizada no subcentro Major Prates e uma filial, direcionada, sobretudo, à linha de presentes e confecções, instalada no Montes Claros Shopping-Center, na Avenida Donato Quintino, zona periférica do núcleo central, adjacente ao subcentro Major Prates.

Conforme a entrevistada, devido a esse tipo de comércio atender a todas as faixas etárias, há também um consumidor de poder aquisitivo variado. No shopping-center tem-se um público de classe média e alta, enquanto que, no subcentro Major Prates, os clientes possuem um poder aquisitivo menor, já que são, em sua maioria, moradores do próprio bairro. Pessoas de outros bairros de Montes Claros, da área central e de outras cidades do Norte de MG também foram mencionadas como consumidoras desse serviço no subcentro do Major Prates.

Em relação à localização, a entrevistada a caracterizou como ótima, tanto no shopping-center como no subcentro. Ela relatou que alguns clientes sugerem a abertura de uma outra filial no núcleo central da cidade, com vistas à ampliação dos negócios e à minimização da migração de pessoas que vêm dessa área e de outros bairros de Montes Claros para usufruir desse serviço, notadamente no subcentro Major Prates.

Dessa forma, os proprietários acompanharam o crescimento do subcentro, que passou a apresentar condições de desenvolvimento e potencialidade econômica. A respeito da abertura de novos espaços potenciais à reprodução econômica, Pintaudi (2006) afirma que:

No decurso do século XX, observamos grandes transformações nas formas de comércio nas cidades, que implicaram novas centralidades, novos espaços de reprodução da vida nas cidades, uma nova paisagem urbana, novas relações sociais, enfim, novas condições de vida urbana. Essas mudanças foram nítidas, deixaram suas marcas no espaço, particularmente nas cidades em que se viveu uma grande expansão econômica e populacional. (PINTAUDI, 2006: 213-214).

A entrevistada qualificou a infra-estrutura do Major Prates como ótima, considerando que no bairro o consumidor possui maior facilidade de estacionamento, devido ao movimento ser menos intenso que aquele observado na outra loja, localizada nas instalações do Montes Claros Shopping-Center.

A loja de venda de eletrodomésticos e eletroeletrônicos está em Montes Claros há cinco anos, possuindo quatro lojas nessa cidade, sendo três no núcleo central e outra no subcentro Major Prates. Conforme o entrevistado, todas essas lojas, inclusive a do Major Prates, possuem uma localização estratégica, no sentido de atender aos consumidores que vêm de todos os cantos da cida-

de.

Em seu ponto de vista “o consumidor do núcleo central é aquele que trabalha no núcleo central, mas não reside nele; o público é eclético, da própria área central da cidade, de bairros de Montes Claros e de cidades vizinhas”. No subcentro Major Prates, atinge-se um público local e moradores de cidades vizinhas que ali descem de ônibus e acabam fazendo compras. Além disso, o entrevistado acrescentou que o consumidor do Major Prates possui, em sua maioria, baixo poder aquisitivo. O que configura uma situação diversa da vivenciada pelas lojas localizadas na área central de Montes Claros, que atendem a pessoas de poder aquisitivo diferenciado.

Para o entrevistado, o Major Prates é concebido como “um forte espaço a ser explorado, já que possui vida e comércio próprios”. Dessa forma, ele sustenta que:

A grande região Major Prates possui uma relativa autonomia em relação às demais áreas de Montes Claros, que é viabilizada pelo seu tamanho físico, pelo atendimento às pequenas cidades vizinhas e pelo grande contingente populacional.

Consoante entendimento do entrevistado, o núcleo central apresenta, na atualidade, uma boa infra-estrutura, possibilitada pelo poder público municipal, que exerce seu papel de fiscalização, sensibilizando as pessoas acerca da importância da limpeza urbana, além de outros trabalhos, como a construção do shopping popular para abrigar os trabalhadores camelôs. O Major Prates é mencionado como uma importante área, com potencialidade econômica a ser explorada por vários empreendedores urbanos.

A loja de motos comercializa acessórios, pneus e motocicletas, no atacado. Ela está em funcionamento em Montes Claros há, aproximadamente, três anos, possuindo lojas nas cidades de Montes Azul e Janaúba. Em Montes Claros, há quatro lojas, localizadas nas avenidas Geraldo Athaide, Deputado Plínio Ribeiro, João XXIII e no subcentro Major Prates.

A opção por Montes Claros como lócus de expansão de atividades econômicas teve como principal razão “a estabilidade total que essa cidade oferece em todas as áreas, notadamente na saúde e educação”. Para o entrevistado, “Montes Claros é a cidade pólo do Norte de Minas Gerais e, por ser muito grande, recebe imigrantes até de Bom Jesus da Lapa/BA para serem atendidos no setor de saúde”.

Sobre isso, ao tratar do dinamismo econômico das cidades médias, Amorim Filho (2005: 26) apresenta algumas considerações importantes para a compreensão do papel econômico e seu alcance no interior dessas cidades, a saber:

É evidente que as dimensões, número de equipamentos e características do núcleo principal e dos outros núcleos vão variar em função do tamanho, hierarquia e dinamismo das cidades [...], assim como do sítio e da posição de tais cidades.

A entrevista do setor de motos realizou-se em uma loja localizada na Avenida Geraldo Athaide. O gerente afirmou que a localização do estabelecimento nessa área central justifica-se por ser esse o melhor ponto da cidade – “o foco de moto”, já que ali está concentrada a maior parte dos estabelecimentos que trabalham com esse ramo de serviço em Montes Claros, constituindo-se como uma forte via especializada.

O entrevistado considerou tanto a infra-estrutura da área central como a existente no subcentro Major Prates de excelente porte, o que, segundo ele, viabiliza o crescimento e a prosperidade de seus negócios. Outro elemento identificado pelo entrevistado como importante para o êxito do comércio de motos na área central é a presença do Hospital São Lucas e da sede da Superintendência Regional da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – CODEVASF, que acarreta uma grande movimentação de pessoas e que, diretamente, divulga seu negócio.

Conforme o entrevistado, o Major Prates é o bairro mais importante da cidade e possui o comércio de bairro mais expressivo no interior dessa cidade. Ele considera que o ganho econômico nesse espaço, apesar de instalado recentemente, equipara-se à média das demais lojas.

Os consórcios de motos e venda de acessórios que compartilham espaços, paralelamente, na área central e no subcentro Major Prates, ambos com matrizes na Avenida Dulce Sarmiento, área central de Montes Claros. Um deles, o consórcio Motosmar, está em Montes Claros há mais de 30 anos, localizando-se no ponto da região central da cidade há mais de 10 anos.

Do ponto de vista infra-estrutural, a região central foi considerada pelo comerciante como sendo “excelente, privilegiada e uma área extremamente comercial, o que possibilitou o crescimento do negócio e a necessidade de abertura de outros pontos de vendas visando a um melhor atendimento da demanda em crescimento”.

O entrevistado denominou a Avenida principal do subcentro Major Prates, Francisco Gaetani, como uma espécie de “savassi”⁴, devido à sua localização estratégica e dinamismo econômico. Tal fato influenciou a relativa independência que o subcentro Major Prates goza em relação à cidade e a

⁴ Referência a umas das regiões da capital Belo Horizonte, de grande concentração de bares e circulação noturna de pessoas.

outros bairros, além de motivar sua própria estruturação – “é uma cidadezinha independente”, afirmou o comerciante.

Nas entrevistas, alguns empreendedores defendem a existência de uma cidade dentro da outra, em virtude do desenvolvimento do subcentro Major Prates. [...] os grandes subcentros apresentam um tipo peculiar de localização. Eles surgiram ou estão surgindo no contato de áreas com densidades demográficas diferentes e dotadas de equipamentos diversos. (SEGADAS SOARES, 1987: 127).

Características gerais como amenidades, lazer, ponto turístico, bares, multiplicação e desenvolvimento de comércio, que tem na crescente população do subcentro e dos bairros vizinhos a clientela certa, variedade de estabelecimentos, bem como de consumidores tornam esse espaço atrativo às demais regiões da cidade. A variedade de linhas de coletivos que interliga o subcentro Major Prates a outros espaços de Montes Claros comprova a atração que esse subcentro exerce sobre a população de outras áreas da cidade. O comércio numeroso, com a presença de filiais de lojas localizadas no centro de Montes Claros dá grande vitalidade a esse subcentro.

Para o entrevistado, “o morador do Major Prates sente-se orgulhoso de residir ali, porque ele se identifica com esse espaço e, o mais importante, os recursos e capitais gerados com o comércio ficam para o próprio bairro e seus moradores”. Ele finaliza a entrevista lembrando que o consumidor do Major Prates é o mesmo do núcleo central, abarcando todas as classes econômicas, sendo o carro chefe de consumo desse tipo de serviço a classe média.

O outro consórcio comercializa carros, imóveis e motos. O gerente relatou que esse estabelecimento está em Montes Claros há mais ou menos 30 anos. Na Avenida Cula Mangabeira, região central, a sede do consórcio está localizada há, aproximadamente, três anos, possuindo seis filiais que atendem a um consumidor de variado poder aquisitivo, desde o dentista até o mototaxista.

O entrevistado considera o ponto bom e salienta a importância da localização, próxima à Prefeitura Municipal de Montes Claros e ao Hospital Universitário Clemente Faria. Para ele, esses dois espaços incentivam o crescimento dos negócios, em razão do movimento e passagem de pessoas de vários bairros da cidade, enquanto que o interior do núcleo central não pode mais comportar numerosas atividades econômicas. O Major Prates foi escolhido para ser filial dessa empresa por ser “um bairro populoso, um local estratégico para o desenvolvimento do comércio no interior da cidade”, [...] “creio que ele será o núcleo central de Montes Claros futuramente”, acrescentou o gerente.

Por último, foi entrevistado o gerente de uma Cooperativa de Crédito do Brasil, localizada na Rua Pires e Albuquerque, área central de Montes Claros,

há 20 anos, cujo serviço é direcionado, notadamente, ao pequeno produtor e microempresário. Em função disso, a localização dessa sede é estratégica, ou seja, próxima a um forte comércio de produtos agropecuários, localizado na Avenida Ovídio de Abreu, visando ao produtor rural. Além de Montes Claros, existem agências dessa cooperativa nas cidades de Bocaiúva, Coração de Jesus, Lagoa dos Patos, Corinto, Varzelândia, Januária, Icarai de Minas e Francisco Sá. O entrevistado acrescentou que há estudos para abertura de novas agências dessa cooperativa em Capitão Enéas, Salinas e Buenópolis.

A instalação da agência no subcentro Major Prates deve-se, principalmente, à demanda da comunidade, à necessidade de ampliação e prestação de apoio por parte dessa cooperativa, relatou o entrevistado. Em seu depoimento, ele afirmou que “o Major Prates é um pequeno mini-centro em Montes Claros e sua localização, por ser ponto de passagem de ônibus, caminhões para a BR 365, que é acesso para Pirapora, Uberlândia e Belo Horizonte, é local de chegada e passagem de agricultores, daí implantar uma filial dessa cooperativa” nesse subcentro.

Já o núcleo central foi mencionado pelo entrevistado como sendo um espaço de infra-estrutura satisfatória, o que contribui para a reprodução de atividades econômicas e sua expansão. Corrêa (1989: 45-60) discute o processo de descentralização de equipamentos comerciais para outras áreas da cidade como uma tendência necessária e inerente ao espaço intra-urbano.

A descentralização aparece em razão de vários fatores. De um lado, como uma medida das empresas visando a eliminar as deseconomias geradas pela excessiva centralização na Área Central. De outro, resulta de uma menor rigidez locacional no âmbito da cidade, em razão do aparecimento de fatores de atração em áreas não centrais. [...] A descentralização está também associada ao crescimento da cidade, tanto em termos demográficos, como espaciais, ampliando as distancias entre Área Central e as novas áreas residenciais; a competição pelo mercado consumidor, por exemplo, leva as firmas comerciais a descentralizarem seus pontos de venda através da criação de filiais nos bairros.

Em relação aos estabelecimentos do núcleo central que possuem filiais no subcentro Major Prates, constatou-se, através dos depoimentos dos entrevistados, que a grande maioria possui sede em Montes Claros, filiais em cidades norte-mineiras e em outras áreas e bairros da cidade que apresentam potencialidade econômica. Tal realidade demonstra uma forte relação entre centro e subcentros ou bairros. Nessa perspectiva, a abordagem de Villaça (2001: 35) mostra que:

Ao estudo da estrutura urbana interessa saber que esses bairros e centros exibem certo arranjo territorial, e não outro qualquer, e qual a inter-relação espacial existente entre esses bairros e centros, ou quais são seus papéis

espaciais. Por outro lado, as etapas do processo de estruturação espacial das cidades de um país devem derivar da análise desse processo e não, necessariamente, das etapas do desenvolvimento econômico nacional ou do processo nacional de urbanização.

Ao referir-se à consolidação de subcentros na metrópole carioca, Segadas Soares (1987: 292) comunga dessa mesma idéia, ao dizer que:

Assim, atualmente, em Copacabana, no Méier, em Madureira, na Tijuca, em outros bairros, proliferam lojas comerciais, consultórios, bancos, cinemas, escolas, restaurantes, bares, para atender à população residente no local, ou nas suas proximidades. [...]. Esses bairros, dispendo dos serviços assinalados, representam um papel complementar, de centro de atividades, sendo, portanto denominados subcentros.

Enquanto os subcentros são utilizados com menor intensidade e por um número menor de usuários, o núcleo central exerce uma atração ou polarização mais constante sobre um número maior de pessoas. Diante disso, Villaça (2001: 293) aponta uma denominação para os subcentros que pode ser aplicada ao Major Prates, conforme se observa:

O subcentro consiste, portanto, numa réplica em tamanho menor do centro principal, com o qual concorre em parte sem, entretanto, a ele se igualar. Atende aos mesmos requisitos de otimização de acesso apresentados anteriormente para o centro principal. A diferença é que o centro apresenta tais requisitos apenas para uma parte da cidade, e o centro principal cumpre-os para toda a cidade.

A escolha de espaços potenciais ao consumo e à reprodução do capital é entendida, na visão de Villaça (2001: 45), como uma condição primordial à instalação de novas áreas comerciais em diferentes espaços da cidade. Diz ele, “[...] a dominação através da estruturação do espaço intra-urbano visa principalmente à apropriação diferenciada de suas vantagens locacionais. Trata-se de uma disputa em torno das condições de consumo”.

Carlos (2005) relaciona as novas formas de consumo associadas ao processo de mundialização e reprodução do capital financeiro que busca novos espaços, inclusive demandas locais de menor especialização e funcionalidade.

Assim, o processo de urbanização realiza-se como processo de reprodução da cidade e da vida na cidade que hoje, sob o signo da mundialização, revela profundas contradições. Neste momento, a produção da cidade aparece como necessidade de reprodução do capital financeiro e, nesta exigência, a produção de um novo espaço. (CARLOS, 2005: 30).

Os entrevistados ratificaram que, apesar da abertura de filiais em outras regiões de Montes Claros, o núcleo central é o melhor espaço, dotado de boa infra-estrutura, razão importante para a reprodução do capital e consumo da população. Ainda assim, essas pessoas reconheceram que esse espaço apre-

senta alguns problemas estruturais relacionados ao trânsito e à forte concentração de setores econômicos e de prestação de serviços. A partir disso, a descentralização econômica é motivada, colocando fim à centralidade única. Nesse sentido, concomitantemente ao surgimento de novas centralidades, reforça-se aquela então existente no núcleo principal de Montes Claros.

O Montes Claros Shopping-Center tem se apresentado como um forte vetor na formação de novas centralidades na zona Sul de Montes Claros, inclusive no subcentro Major Prates, que se localiza próximo a esse empreendimento econômico. Essa idéia foi defendida por alguns dos entrevistados e encontra sustentação em Villaça (2001: 303), que afirma que:

O shopping center é o sucessor da loja de Departamentos, que, por sua vez, é a sucessora da loja geral, de meados do século XIX. Tem em comum o fato de basear-se na economia de aglomeração e na variedade de produtos que se complementam (em oposição à especialização). Isso, aliás, todos esses tipos de estabelecimentos têm em comum com as áreas comerciais diversificadas tradicionais – os subcentros.

Além do Shopping, a presença de fortes equipamentos urbanos em áreas próximas às sedes e filiais de alguns estabelecimentos - como os hospitais São Lucas e Universitário Clemente Faria, a Prefeitura Municipal de Montes Claros e a CODEVASF, foram mencionadas pelos entrevistados como elementos que propiciam o consumo da população, em virtude do grande trânsito de pessoas e da boa localização da área.

Como exemplo disso, tem-se, na Avenida Cula Mangabeira, a localização da Prefeitura Municipal de Montes Claros e do Hospital Universitário Clemente Faria. A CODEVASF e o Hospital São Lucas localizam-se na Avenida Geraldo Athaide. Todas essas áreas são extremamente dinâmicas economicamente.

Também foi relatado com frequência pelos entrevistados que os moradores do subcentro Major Prates estabelecem relações comerciais no núcleo central, em casos de serviços mais especializados, paralelamente ao consumo imediato no subcentro.

Ressalta-se que a loja de Departamento, ao contrário dos demais estabelecimentos comerciais entrevistados, possui sua sede localizada no subcentro Major Prates e não no núcleo central.

Destarte, a partir desse trabalho empírico, pode-se afirmar que o estudo e a investigação dos subcentros e de suas especificidades torna-se importante para que seja possível interpretá-los e entender os seus papéis no espaço intra-urbano das cidades médias.

Considerações Finais

A grande concentração de atividades econômicas nas cidades médias aponta fortes centralidades em áreas distantes do núcleo central e a polarização dos subcentros nas regiões da cidade em que estão inseridos. Por meio da intensificação da atividade econômica no núcleo central e da expansão territorial da cidade, surgem subcentros de comércio e serviços em regiões afastadas do centro tradicional com grandes potencialidades econômicas.

Em Montes Claros a expansão urbana potencializa o surgimento e consolidação de novas centralidades, o subcentro aqui analisado, o Major Prates, constitui exemplo dessa realidade.

Espaços como o subcentro Major Prates se configuram como importantes novas centralidades em Montes Claros, assumindo uma forte polarização nas regiões em que situam. O subcentro Major Prates é marcado por grande diversidade e especialização no oferecimento de comércio e prestação de serviços, além de um atendimento que não se restringe a polarização da população local, mas também regional que busca consumo de comércio e serviços. Cumpre salientar, que tal espaço mantém relação de trocas e complementaridade com a área central de Montes Claros.

Os subcentros de comércio e serviços emergem como uma das possibilidades de atendimento às áreas mais periféricas das cidades, à medida que houver a descentralização de equipamentos urbanos, comércio e serviços necessários à vida dos moradores. A descentralização econômica não ocorre somente pela densidade populacional, mas, sobretudo, pelos atrativos que determinadas localizações proporcionam no interior do espaço urbano.

Referências

AMORIM FILHO, O. B., BUENO, M. E. T. e ABREU, J. F. Cidades de porte médio e o programa de ações sócio-educativo-culturais para as populações carentes do meio urbano em Minas Gerais. *Boletim de Geografia Teórica*, Rio Claro – SP, v. 2, n. 23-24, 33-46, 1982.

AMORIM FILHO, O.B. *A Morfologia das Cidades Médias*. Goiânia: Vieira, 2005.

CARLOS, A. F. A. A reprodução da cidade como negócio. In: CARLOS, A. F. A.; CARRERAS, C. (org.). *Urbanização e Mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo: Contexto, p.29-37. 2005.

CORRÊA, R. L. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Ática, 1989.

FRANÇA, I. S. de. *A cidade média e suas centralidades: o exemplo de Montes Claros no Norte de Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado em Geografia. UFU – Uberlândia, MG, 2006. 240f.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Demográfico de Montes Claros*. Minas Gerais. 2000.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Coord. geral), *Caracterização da atual configuração, evolução e tendências da rede urbana do Brasil: determinantes do processo de urbanização e implicações para a proposição de políticas públicas*. Mimeografado, Brasília, 1999.

PINTAUDI, S M. São Paulo, do centro aos centros comerciais: uma leitura. In: In: OLIVEIRA, A. U. de; CARLOS, A. F. A. (org.). *Geografia das metrópoles*. São Paulo: Contexto, 2006. p.213-218.

SANTOS, M. *Economia Espacial*. São Paulo: Edusp, 2003.

SOARES, M. T. de S . Bairros, bairros suburbanos e subcentros. In: BERNARDES, L. M. C.; SOARES, M. T. de S. (Orgs.) *Rio de Janeiro: Cidade e Região*. Rio de Janeiro: Secretaria municipal de Cultura: Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, 1987, p. 121-133.

SOARES, B. R.. *Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização*. Presidente Prudente (SP): Pós-Graduação em Geografia – FCTUNESP, n. 6, 1999, p. 55-63.

SOARES, B. R.; BESSA, K. C. F. O. *Especificidades da urbanização nas áreas de cerrado Brasileiro: a importância das cidades médias*. Mimeo, 2000.

VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. 2ª. edição. São Paulo: Fapesp, 2001.

AS FAVELAS DA CIDADE DE MONTES CLAROS/MG: UMA ANÁLISE SOCIOECONÔMICA ¹

Marcos Esdras Leite ²

Maria Ivete Soares de Almeida³

Manoel Reinaldo Leite ⁴

Resumo: Este artigo tem como o objetivo central diagnosticar a composição socioeconômica das favelas da cidade de Montes Claros, utilizando as geotecnologias (imagens de satélite, sistema de informação geográfica e banco de dados) para maior precisão nas informações. Tendo em vista que as relações econômicas na rede urbana brasileira vêm redirecionando os fluxos migratórios para as cidades médias, vem ocorrendo surgimento de favelas nessas cidades. Nesse contexto, Montes Claros, por apresentar condições econômicas favoráveis ao crescimento, principalmente, por estar em uma região de baixos indicadores sociais, vem sendo ponto de imigração de um número grande de pessoas provenientes do Norte, Nordeste e Noroeste de Minas Gerais, como, também, do Sul da Bahia. Portanto, a favela é uma preocupação para o poder público municipal e para a sociedade. Nesse contexto, a identificação e diagnóstico das favelas é o primeiro passo para a tomada de decisão.

Palavras-chave: Cidade. Montes Claros. Favelas. Socioeconômico.

ABSTRACT: This article has the goal as central diagnose the socioeconomic composition of the slums of the city of Montes Claros, using the Information Technology (satellite imagery, geographic information system and the database) for greater accuracy in the information. Given that the economic relations in

¹ Este artigo é parte da pesquisa “diagnóstico socioeconômico das aglomerações subnormais da cidade de Montes Claros” realizado em parceria com a Prefeitura Municipal de Montes Claros em 2007.

² Professor do Departamento de Geociências da UNIMONTES. Doutorando em geografia IG/UFU. Bolsista da FAPEMIG. marcosesdras@ig.com.br.

³ Professor do Departamento de Geociências da UNIMONTES. Mestre em geografia pela UFG.

⁴ Acadêmico de geografia UNIMONTES. manoelreinaldo@ig.com.br.

the network are redirecting the Brazilian urban migration to the cities of averages, that is, cities considered regional clusters, then, the emergence of slums in those cities has become commonplace. In this context, Montes Claros by present economic conditions favourable to growth, mainly because it is in a region of low social indicators, has been point of immigration of a large number of people from the North, Northeast and Northwest of Minas Gerais, as well, south of Bahia. So the slums are a concern for the municipal public power and to society. In this context, the identification and diagnosis of slums is the first step for decision.

Keywords: City. Montes Claros. Slums and socioeconomic.

Introdução

A favela é um tipo de moradia informal típico das grandes cidades e se transformam em um problema para o poder público municipal, mas também é encarada como entrave pelos agentes produtores do espaço urbano. A sociedade repudia a proximidade com esse tipo de habitação, pois julga ser uma área de concentração de problemas sociais, como a violência, prostituição, entre outros. Como as relações econômicas na rede urbana brasileira vêm redirecionando os fluxos migratórios para as cidades médias, isso faz com que nas cidades consideradas pólos regionais, torne comum o surgimento de favelas.

Montes Claros por apresentar condições econômicas favoráveis ao crescimento, principalmente, por estar em uma região de baixos indicadores sociais, vem sendo ponto de imigração de um número grande de pessoas provenientes do Norte, Nordeste e Noroeste de Minas Gerais, como, também, do Sul da Bahia. Portanto, a favela é uma preocupação para o poder público municipal e para a sociedade. Nesse contexto, a identificação e mapeamento dessas das favelas é o primeiro passo para a tomada de decisão, nessa etapa, as geotecnologias se mostram fundamentais no sucesso desse trabalho de diagnóstico da realidade dessas áreas.

Com o auxílio dessa tecnologia da informação foi possível identificar todas as favelas da cidade de Montes Claros, aonde se chegou ao número de 16 favelas, que atendem ao critério do IBGE, sendo que a mais antiga é a dos Morrinhos. A distribuição espacial das favelas está relacionada à ordem cronológica de sua formação, sendo que as mais antigas estão mais próximas ao centro, ao passo que as mais novas estão na periferia, notadamente nas regiões Norte-Noroeste e Sul da cidade de Montes Claros.

Sendo assim, o objetivo central desse trabalho foi diagnosticar a composição socioeconômica das favelas da cidade de Montes Claros, utilizando as geotecnologias (imagens de satélite, sistema de informação geográfica e banco

de dados) para maior precisão nas informações. De forma específica, esse trabalho analisou a condição socioeconômica dos moradores dessas áreas.

Diante do exposto, o estudo da situação socioeconômica das favelas da cidade de Montes Claros é de fundamental importância para subsidiar as ações do poder público municipal quanto ao planejamento urbano e as ações sociais nessas áreas.

Favelas em cidades médias

O processo de favelização é tema de vários estudos, tanto nas academias, quanto nos organismos públicos, ambos, de certa forma, buscando subsidiar a tomada de decisão dos administradores urbanos. Em 2003, foi publicado pelo Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas (UN-HABITAT), o trabalho mais completo sobre as favelas no mundo, *The Challenge of Slums: Global Report on Human Settlements, 2003* (O Desafio das Favelas: Relatório Global em Assentamentos Humanos, 2003).

Nas 310 páginas desse relatório há relatos de experiências vividas pelos autores, bem como, análises sobre o problema da favelização nos países pobres. Em algumas vezes o Brasil é citado, sobretudo, as favelas de São Paulo e Rio de Janeiro. O objetivo do UN-HABITAT ao fazer esse estudo é mostrar a dimensão do problema das favelas nos países periféricos, esse relatório estima que 928 milhões de pessoas no mundo vivam em favelas.

Além desse relatório, outros trabalhos sobre favela no mundo merecem destaque, como é o caso do livro de Mike Davis, *Planeta Favela*, que faz uma abordagem bastante crítica sobre as favelas nos países pobres, responsabilizando os organismos internacionais, poder público e agentes imobiliários pelo caos urbano nas cidades desses países.

No Brasil várias pesquisas são realizadas sobre esse tema, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, onde esse problema é mais evidente. A quantidade de estudos está relacionada à velocidade e gigantismo da favelização no Brasil. As primeiras favelas brasileiras surgem na cidade do Rio de Janeiro através da ocupação dos morros de Santo Antônio e da Providência, na área central da cidade. Em 1897, soldados que voltavam da guerra de Canudos - campanha militar no nordeste do país - receberam permissão para instalarem-se temporariamente nestes locais. O Morro da Providência recebeu o nome de "Morro da Favela" como referência a um arbusto abundante no sertão de Canudos. Em 1904, essa favela contava com 100 barracos, já em 1933 o número subiu para 1500. (<http://www.fau.ufrj.br>).

Entre 1991 e 2000, o IBGE constatou que o número de favelas aumentou 22% em todo o território nacional, atingindo 3905 núcleos. Sendo que o maior índice de população favelada é em Recife, onde 46% da população

total moram em favelas. Os dados da tabela 01, mostram que o maior índice de população favelas está nas três principais metrópoles do nordeste brasileiro, expondo assim, a relação entre o índice de favelização e a região na qual a cidade esta inserida.

Tabela 01 – Cidades com maior índice de população favelada no Brasil

CIDADE	POPULAÇÃO FAVELADA (%)
Recife	46
Fortaleza	31
Salvador	30
São Paulo	22
Rio de Janeiro	20
Belo Horizonte	20
Goiânia	13,3

Fonte: IBGE, 2000

Pode-se perceber que tanto no Brasil como no exterior, costuma-se associar o processo de favelização apenas às metrópoles e cidades grandes. Porém, estudos recentes têm mostrado que o número de favelas em cidades médias vem aumentando. Em pesquisa realizada pelo IBGE (2000), as favelas estão presentes em 80% das cidades médias⁵ (entre 100 e 500 mil habitantes), e em 45% das cidades com população entre 20 e 100 mil habitantes.

Há uma relação lógica entre o crescimento das favelas nas cidades médias e as mudanças na rede urbana brasileira, na qual essas cidades estão despertando interesses para maximização do capital, como é o caso das indústrias que saem das metrópoles para se instalar nessas cidades em busca de menor custo de produção, e, assim atraindo maior investimento tanto para o setor secundário quanto para o setor terciário das cidades médias.

⁵ Há várias definições de cidades médias, mas, basicamente, existe duas abordagens nessas definições. A primeira usa de critérios demográficos para se definir cidades médias. No Brasil, quando se usa o critério demográfico simplesmente usa-se denominar cidade de porte médio, a maior parte dos pesquisadores (como Amorim Filho e Serra, Braga), além do IBGE e do IPEA, consideram cidade de porte médio quando a população esta entre 100 e 500 mil habitantes. A segunda abordagem usa o critério funcional, ou seja, o papel desempenhado por essa cidade na rede urbana regional. Assim, a cidade média é, na verdade, o centro de convergência de capital e pessoas de sua região geográfica, ou seja, o pólo regional. No caso de Montes Claros, tanto a abordagem demográfica quanto a funcional, definem Montes Claros como uma cidade média.

Essa (re)locação do capital no cenário nacional interfere diretamente nos fluxos migratórios, provocando um fluxo populacional constante para as cidades médias. Esse fluxo é proporcional ao crescimento econômico dessas cidades, ou seja, quanto maior o crescimento econômico maior será a migração para essa cidade.

Sobre essa situação, Maricato alerta

As cidades de porte médio, com população entre 100 mil e 500 mil habitantes, cresceram a taxas maiores do que as metrópoles, nos anos 80 e 90 (4,8% contra 1,3%). A aceleração extraordinária do crescimento das cidades de porte médio, e das cidades litorâneas, de um modo geral, exige, evidentemente atenção devido as conseqüências socioambientais decorrentes da velocidade do processo de urbanização (2000: p.25).

Diante do grande crescimento populacional vivenciado pelas cidades médias a partir, principalmente, dos anos de 1990 surge se intensifica o processo de favelização. É válido elucidar que na maior parte das cidades médias o surgimento de favelas não é recente, no caso de Montes Claros, a primeira favela é datada do final dos anos de 1930.

O processo de favelização das cidades é bastante peculiar e relacionada com a história política e econômica de cada cidade e região. Portanto, a ordem cronológica do início do processo de favelização nas cidades médias não pode ser generalizada, necessitando, assim de um estudo individual para definir o período de origem das favelas.

Porém, no que tange a composição social dessas áreas há uma semelhança muito grande entre elas, haja vista que os ocupantes possuem história de vida parecida. Normalmente, são pessoas que saíram da zona rural por falta de perspectivas, ou mesmo, deixaram suas cidades de origem para tentar uma vida melhor em cidades de maior dinamismo econômico.

Sobre a composição socioeconômica dessas áreas Kowarick (1979, p. 80) expõe

Os assim chamados "problemas habitacionais", entre os quais a própria favela, deve ser entendido no âmbito de processos socioeconômicos e políticos abrangentes, que determinam a produção do espaço urbano de uma cidade e refletem sobre a terra urbana a segregação que caracteriza a excludente dinâmica de classes sociais.

A falta de qualificação e de condições de adquirir um imóvel faz com que esses imigrantes ocupem áreas públicas e privadas para construir seus barracos. Como se trata de uma ocupação ilegal, não paga impostos e acaba por não ser beneficiado com uma infra-estrutura urbana. Além disso, sofrem com a marginalização social imposta pela sociedade que enxergam essas áreas como uma área anti-social.

Ferraz (1999, p.27) afirma que

À medida que a cidade cresce, vão se fechando as portas de acesso dos pobres à moradia, (com a elevação dos preços dos imóveis), para a aquisição da casa própria e para aluguel, pela mesma razão, os trabalhadores de baixa renda vão sendo expulsos para as periferias. (...) A valorização do terreno expulsa até os que já residiam nessa área, devido o aumento dos encargos fiscais do imóvel. Portanto, o crescimento de áreas marginalizadas ocorre graças a dois fatores convergentes: a expulsão da população de baixa renda das áreas valorizadas e a migração consiste das áreas rurais atrasadas.

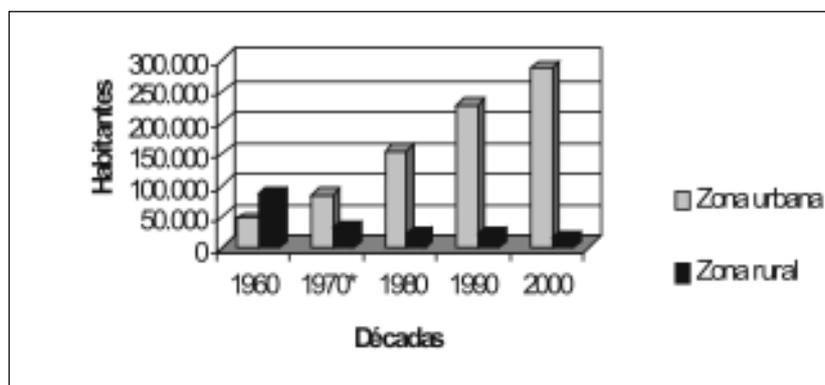
Perante essa visão, cresce a formação de favelas nas áreas urbanas, o que torna esse processo muito mais preocupante e merecedor de estudos e de medidas para inclusão social da população dessas áreas.

Em Montes Claros, a intensificação das favelas está relacionada ao processo de industrialização vivenciado por essa cidade nos anos setenta. Por estar localizada em uma região onde as condições ambientais dificultam o processo de ocupação, as pessoas das zonas rurais e cidades vizinhas começaram a se deslocar para Montes Claros com objetivo de encontrar emprego nas indústrias, o que não ocorreu para a maioria, sendo “pressionados economicamente” a ocupar espaços desprovidos de infra-estrutura.

Não só a industrialização é a responsável pelo processo de favelização nas cidades, como escreveu Ferraz (1999, p. 20) “a favela apreço com maior intensidade no processo de industrialização da cidade, mas isto não significa ser o sistema industrial o indutor da formação das favelas”. A modernização agrícola e a legislação rural são outros fatores que contribuem para o início da favelização. Esse último fator foi o responsável pela saída de varias pessoas da zona rural do Norte de Minas, em meados da década de 1930, originando assim, a favela dos Morrinhos na cidade de Montes Claros. Portanto, uma vez que aumenta a migração campo-cidade, o que conseqüentemente, eleva o número de pobres na área urbana gerando assim, o processo de marginalização, sendo a favela uma das formas desse processo.

Contudo, foi a partir do processo de industrialização, em 1970, que a cidade de Montes Claros vivenciou a favelização, uma vez que, o número de imigrantes era muito grande e as oportunidades de emprego não seguia a progressão do crescimento populacional. O gráfico 01 mostra como a população urbana de Montes Claros cresceu vertiginosamente, passando de 43.097 habitantes em 1960, antes da industrialização, para 85.154 habitantes depois da instalação das indústrias.

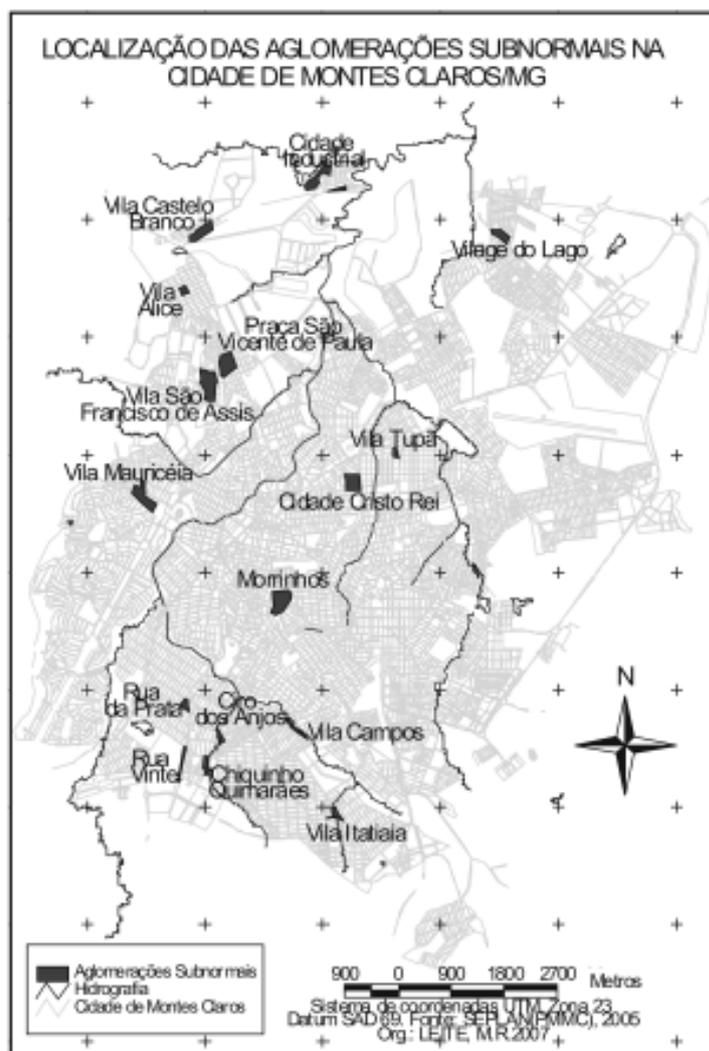
Gráfico 01 - Evolução Demográfica de Montes Claros



Fonte: IBGE. Censos Demográficos: 1960 a 2000

A distribuição das favelas da cidade de Montes Claros segue a lógica mercadológica do solo urbano do período em que a favela surge, ou seja, todas as favelas da cidade surgiram na periferia pobre, na qual há uma deficiência de infra-estrutura urbana. Mesmo as favelas mais antigas como Morrinhos, Cidade Cristo Rei e Vila Tupã que, hoje, estão na região central da cidade de Montes Claros, quando surgiram nas décadas de 1930, 1950 e 1960, respectivamente, se encontravam na periferia da cidade (ver mapa 03).

As outras quatorze favelas de Montes Claros que surgiram a partir do processo de industrialização, citado anteriormente nesse trabalho, estão concentradas na periferia dessa cidade. Com base no mapa 03, pode-se perceber que a região Norte-Noroeste é a região com o maior número de favela (cinco), esse fato é explicado pela presença do Distrito Industrial nessa região, o que facilitava o acesso dos moradores às indústrias.



Mapa 02 - Aglomerações Subnormais da cidade de Montes Claros

A Região Sul de Montes Claros, também se destaca no número de favelas (quatro), devido essa região da cidade estar próxima a duas rodovias federais, BR 135 e BR 365, interligando Montes Claros a várias cidades pequenas próximas, nas quais a oportunidade de trabalho é bastante reduzida, como é o caso das cidades de Claros dos Poções, Coração de Jesus, Jequitaiá, Bocaiúva, entre outras.

A condição socioeconômica nas favelas de Montes Claros

A condição de vida da população das favelas em geral é semelhante, principalmente, em cidades médias, nas quais esse processo é incipiente. Mas

o levantamento dos dados socioeconômicos em favelas, nesse tipo de cidade, é relevante para a implantação de políticas públicas, como também, para a sociedade conhecer melhor a realidade social da população dessas áreas. Nessa perspectiva, este artigo traz algumas informações referentes à condição socioeconômica e ambiental das favelas das cidades de Montes Claros.

Frente a essas colocações, a condição de saneamento é um dos pontos fundamentais no processo de implantação de políticas públicas urbana, uma vez que essas condições são responsáveis diretas pela transmissão de doenças e eclosão de epidemias, ou seja, antes de ser um problema habitacional, constitui-se em caso de saúde pública, o que eleva a necessidade de tomada de decisão em caráter de urgência.

No caso específico das favelas de Montes Claros a situação de saneamento pode ser considerada satisfatória, haja vista que o índice de coleta de lixo, acesso a rede de esgoto e água tratada é de 96% das casas assistidas por esses serviços. É válido destacar que as favelas mais recentes são as que apresentam o menor índice de saneamento

Os dados referentes ao tempo de moradia no local, ou seja, na residência atual mostram uma realidade interessante. Quase $\frac{1}{4}$ (24,81%) da população residente em favela está em suas casas a menos de cinco anos. Pode-se concluir a partir desses dados que boa parte dos atuais moradores das favelas não foi os mesmos que participaram da ocupação inicial, outra análise possível é que há uma mobilidade muito grande da população dessas áreas.

Mobilidade essa que pode ocorrer tanto por uma ascensão social da população, que com a melhoria da situação financeira, tende a sair da favela e se deslocar para um bairro legal da periferia, como pela ocupação de novas pessoas que vêm para a cidade de Montes Claros, que por não conseguirem melhor condição de moradia se deslocam para as favelas, fazendo com que haja uma expansão das mesmas, ou mesmo ocupam casas que estão desocupadas.

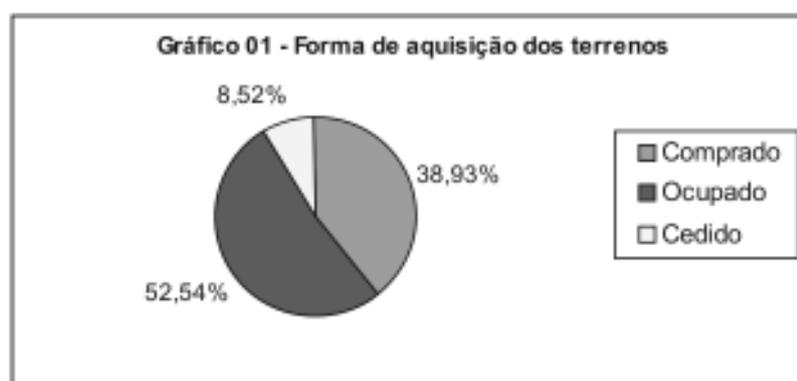
Outras situações verificadas, que contribuíram para essa porcentagem é a migração inter favelas e intra favela. Nesse caso é comum um morador da favela que mora com os pais se casar e comprar uma casa em outra favela ou dentro da mesma favela que moram seus pais. Embora exista esse número grande de pessoas que moram a menos de cinco anos nessas áreas, a maior parte da população que habita as favelas de Montes Claros (34,22%) está nessas áreas entre 5 a 15 anos. (ver tabela 02).

Tabela 02 - Tempo de residência no local

Variável	Valores percentuais	Valores Absolutos
0 a 5 anos	24,81%	751
5 a 10 anos	19%	575
10 a 15 anos	19,22%	582
15 a 20 anos	6,77%	205
20 a 25 anos	13,90%	421
25 a 30 anos	5,87%	178
Acima de 30 anos	10,43%	316

Fonte: Pesquisa Diagnóstico socioeconômico das aglomerações subnormais de Montes Claros, 2006.

Quanto à forma de aquisição dos terrenos (Gráfico 01), a maioria da população residente nessas áreas ocupou os terrenos (52,54%), não possuindo assim nenhuma documentação, e outra parte considerável (38,93%) compraram as casas, onde moram, porém a única documentação da quais os moradores dispõem é o contrato de compra e venda ou um simples recibo. A minoria da população (8,52) mora em casas cedidas por parentes ou amigos, não possuindo nenhum documento.



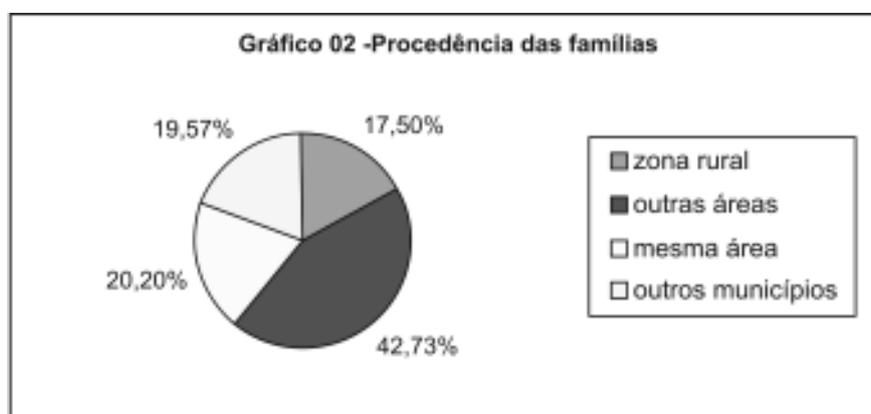
Fonte: Pesquisa Diagnóstico socioeconômico das aglomerações subnormais de Montes Claros, 2006.

A partir desses dados sobre a forma de aquisição do terreno a idéia de grande mobilidade inter e intra favela é ratificada, pois as pessoas que compraram o terreno não participaram do processo de ocupação da área, ou seja,

são moradores mais recentes que veio de outra área ou da mesma área, como expõe o gráfico 02.

No gráfico sobre a procedência das famílias residentes nas favelas de Montes Claros, A variável “outras áreas” que corresponde a 42,73% da origem das famílias antes de migrarem para a favela na qual a família reside, englobam tanto favela, quanto bairro, porém a maioria da população vem de outras favelas. No caso da variável “mesma área”, refere-se à aglomeração na qual a família reside e corresponde a 20,20% do total. A variável “outros municípios” (19,57%) corresponde a todos os outros municípios citados pelos moradores como ponto de origem antes de se locarem na favela, sendo que a maior parte dos municípios citados é do Norte de Minas e os mais próximos a Montes Claros. E por último, a variável “zona rural” trata especificamente da zona rural do Município de Montes Claros e 17,50% da população saíram daí para a favela.

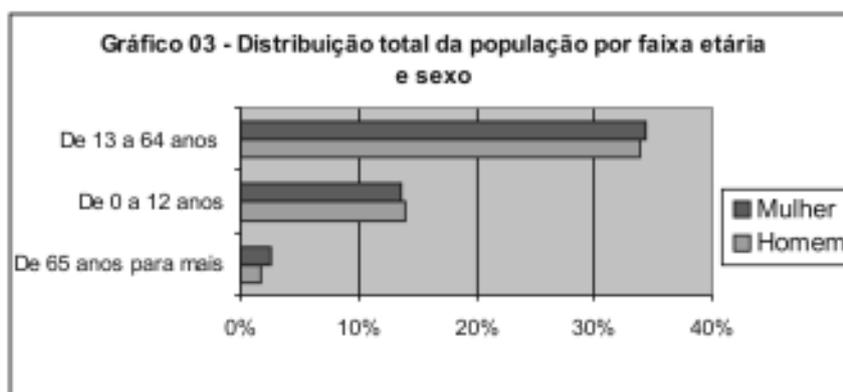
Essa análise dos dados sobre o tempo de moradia no local, a forma de aquisição do terreno e a procedência dessas pessoas, expõem de forma válida que o processo de favelização de Montes Claros é alimentado, principalmente, pelo fluxo, ou seja, a população nova que chega na favela, a partir da migração ou da natalidade, pois o estoque tende a acabar com o tempo, seja por processo de ascensão social, através do qual pessoas melhoram a condição de vida e migram das favelas, ou pela mortalidade.



Fonte: Pesquisa Diagnóstico socioeconômico das aglomerações subnormais de Montes Claros, 2006.

Outro dado de grande relevância obtido nesta pesquisa é referente à quantidade de moradores nas favelas de Montes Claros, através da aplicação dos formulários e a correção estatística dos dados, foi identificada que a população residente nessas aglomerações é de 13798 habitantes, o que corresponde a 4% da população de Montes Claros em 2006. Sendo que deste total, a mai-

or parte são mulheres (6 971), enquanto que o total de homens é de 6827 (ver Gráfico 3).



Fonte: Pesquisa Diagnóstico socioeconômico das aglomerações subnormais de Montes Claros, 2006.

Outro ponto a ser destacado é o pequeno número de idosos em relação à população total, como a expectativa de vida é um indicador de condição de vida, percebe-se que a situação social da população idosa é preocupante, já que como pesquisado, essa população não tem opções de lazer, não dispõe de uma boa alimentação, tendo em vista que a remuneração da aposentadoria é muito baixa e os que não são aposentados ainda trabalham para ajudar na renda da casa, ou em vários casos, são responsáveis por sustentar a casa.

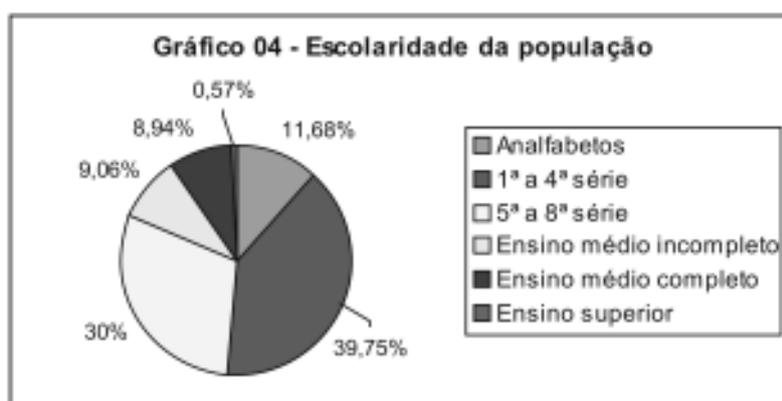
Quanta assistência médica, a opção mais procurada são os centros de saúde mais próximos a essa área, mas a reclamação quanto ao atendimento é grande, principalmente pela falta de médicos especialistas. Um ponto positivo no quesito saúde, apontado pelos moradores, é o programa saúde da família, que faz o atendimento médico periodicamente em casa, evitando assim, o gasto com transporte até os centros de saúde e mesmo evita o esforço de locomoção da população idosa em busca do atendimento médico.

A população de crianças nessas áreas, apesar de não ser a maioria, é merecedora de atenção. Além dos problemas de saúde relacionados à má alimentação, constatou-se alto índice de crianças fora da escola e sem nenhuma opção de lazer nessas áreas.

O maior problema identificado nessas áreas, sobre a condição de risco das crianças, é o envolvimento com o tráfico de drogas, na favela Cidade Cristo Rei essa situação é mais visível, pois os traficantes colocam as crianças para realizarem atividades ligadas ao tráfico, como a função de “aviãozinho”, na qual a criança leva a droga até o usuário ou outros traficantes que a revedem em outras partes da cidade, ou mesmo com “falcão”, avisam os traficantes quando a polícia se aproxima da favela.

Essas revelações mostram que o problema do tráfego de drogas, em Montes Claros, é o grande responsável pelo crescimento da violência, nos primeiros meses do ano de 2007 foram assassinadas oito pessoas na Cidade Cristo Reis e trinta em Montes Claros. O fato da cidade ser um entroncamento rodoviário e pólo regional tornou Montes Claros, em 2006, segundo a polícia Militar de Minas Gerais, a quarta cidade mais violenta do estado.

Uma das alternativas, colocada por vários sociólogos e assistentes sociais, para retirar as crianças dessa situação de risco é a educação, associada a programa de lazer e oficinas profissionalizantes. Através do gráfico 04 que mostra o nível de escolaridade das áreas pesquisadas, nota-se o baixo tempo de escolaridade da população, a maior parte tem apenas quatro anos de estudo. O número de analfabetos é alto, mais de 11% da população não sabe ler nem escrever, a maior parte dos analfabetos é idosa. O número de pessoas cursando nível superior ou cursando, é bastante pequeno, o que mostra o pouco acesso dessa população as faculdades, apesar de Montes Claros ser um pólo de ensino superior.

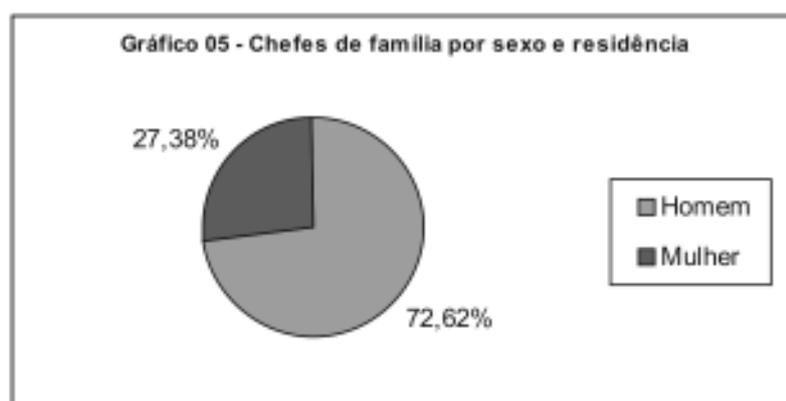


Fonte: Pesquisa Diagnóstico socioeconômico das aglomerações subnormais de Montes Claros, 2006.

A coabitação familiar é um dos indicadores do déficit habitacional, pois, é considerada coabitação familiar quando duas ou mais famílias dividem a mesma residência (FJP, 2007). Neste caso, as favelas de Montes Claros apresentaram um índice relativamente baixo de coabitação familiar, já que ficou registrado a presença de 519 residências com mais de uma família. Em termos percentuais isto implica que em 17% das residências desta aglomeração residem 2 ou mais famílias.

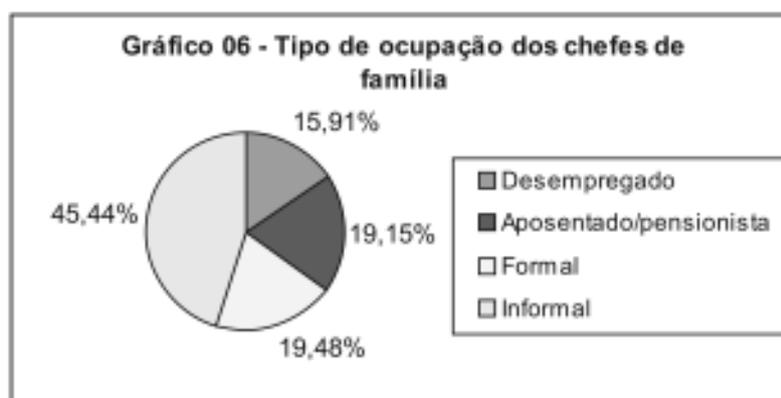
O gráfico 05 evidencia que nessas residências a grande parte dos chefes de famílias declarados é do sexo masculino, mantendo a ocorrência no cenário nacional. E quanto se analisa o gráfico 06, outra ocorrência comum nas favelas se manifesta, a informalidade profissional dos chefes de família, sen-

do que 45,44% desses trabalham de maneira informal, ou seja, sem nenhum vínculo empregatício. A profissão informal mais comum para os homens é de pedreiro e no caso das mulheres, de empregada doméstica.



Fonte: Pesquisa Diagnóstico socioeconômico das aglomerações subnormais de Montes Claros, 2006.

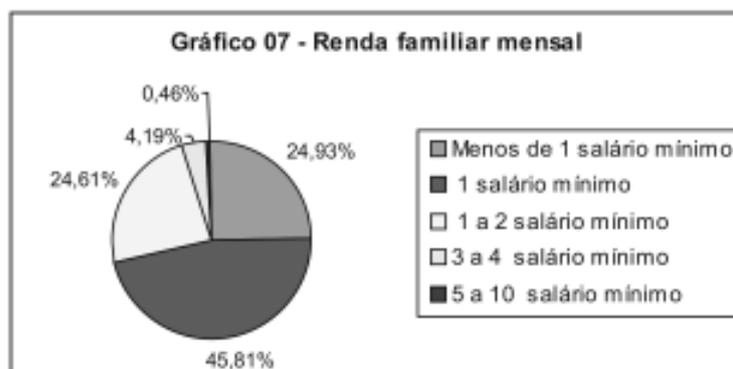
O número de empregados formal (19,48) é muito próximo do número de chefes de famílias aposentados ou pensionistas (19,15), o que ratificava a idéia de que os idosos, em alguns casos sustentam a residências, faltando lhes recursos para lazer e, até mesmo, para a aquisição de medicamentos. O número de chefes de família desempregado, também, é preocupante, pois como não há recurso financeiro, logo, não terá como arcar com as despesas da casa, colocando assim sua família numa situação de vulnerabilidade social.



Fonte: Pesquisa Diagnóstico socioeconômico das aglomerações subnormais de Montes Claros, 2006.

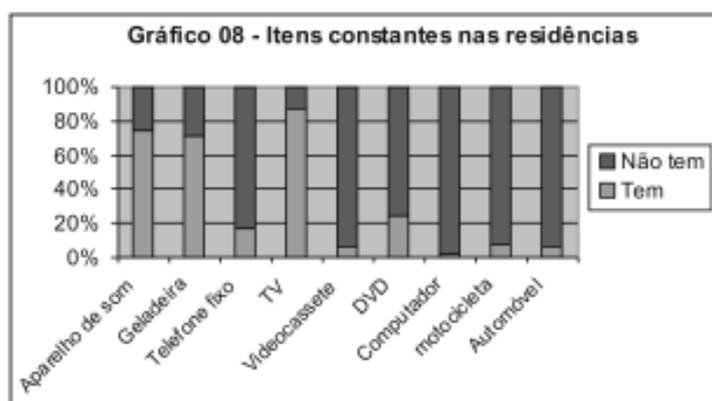
Conseqüência dessa situação de informalidade e desemprego, a renda mensal das famílias das favelas de Montes Claros (gráfico 07) está na maior parte

de 1 para menos de 1 salário mínimo, ou seja, a renda de 70,74% das famílias vive com uma renda de 350 reais para menos, o que em dólares, seguindo a cotação média da moeda americana no ano de 2006, equivale menos de 175 dólares mensal. Transformando essa renda mensal para renda *per capita* diária, conclui que essa porcentagem da população vive com 1,2 dólares por dia, fato que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD considera como transição da pobreza para a miséria.



Fonte: Pesquisa Diagnóstico socioeconômico das aglomerações subnormais de Montes Claros, 2006.

Mesmo com uma renda extremamente baixa a população das favelas opta pela aquisição de certos bens de consumo duráveis. Como pode ser constatado no gráfico 08, o aparelho de televisão, de som e a geladeira, respectivamente, são os mais frequentes nos domicílios dessas áreas. Porém, também foi possível constatar o pequeno número de computadores, apenas 2,01% das casas tem essa máquina, expondo assim, a exclusão digital dessa população.



Fonte: Pesquisa Diagnóstico socioeconômico das aglomerações subnormais de Montes Claros, 2006.

Diante dessa exposição e breve interpretação dos dados socioeconômicos, foi possível entender a composição social das favelas de Montes Claros, nas quais a pobreza é visível. Mas, também, há outros problemas sociais que requerem atenção, haja vista que interferem na qualidade de vida dessa população, colocando a numa situação de risco social.

Considerações Finais

Através dos dados coletados foi possível perceber a dimensão do processo de favelização, que atinge diretamente 13798 pessoas, cerca de 4% da população dessa cidade, além disso pode se constatar que há uma diferença entre a condição de vida nas favelas, tanto no quesito infra-estrutura urbana quanto na condição socioeconômica, destacando que as favelas mais próximo a área central tem, em geral, melhor condições socioeconômicas que na periferia.

Outra constatação importante desse trabalho é a situação de risco da população jovem, que não tem oportunidade no mercado de trabalho, devido a falta de qualificação e se tornam vulneráveis, principalmente, a entrar no tráfego de drogas, que, hoje, é o principal motivo da violência não só nas favelas, mas em toda cidade de Montes Claros.

O fato da maioria dos moradores estarem nessas áreas a mais de cinco anos e grande parte dos terrenos pertencerem a Prefeitura Municipal de Montes Claros facilita o processo de regularização fundiária, embora, além da regularização, a urbanização de algumas favelas em Montes Claros é necessária, tendo em vista a precariedade estrutural de algumas aglomerações, como é o caso da Vila Itatiaia.

Diante do exposto fica evidente que o processo de favelização em Montes Claros é preocupante, haja vista o número, relativamente, alto desse tipo de moradia e da população dessas áreas, as quais necessitam de maior investimento em infra-estrutura e de programas sociais que possam minimizar os índices de violências nessas áreas, bem como melhorar a condição de vida desses moradores.

Referências

- CARLOS, A. F. A. *Espaço e Indústria*. São Paulo: contexto/EDUSP, 1988.
- CLARK, David. *Introdução à geografia urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1982.
- FERRAZ, H. *Filosofia urbana*. São Paulo: Scortecci editora, 1999.
- FREUND, John E. e SIMON, Gary A. *Estatística aplicada: economia, administração e contabilidade*; trad. Alfredo Alves de Farias. 9 ed.- Porto Alegre: Bookman, 2000.

- SANTOS, M. *Manual de geografia urbana*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- CASTELLS, M. *A Questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LEITE, Marcos Esdras. Década de 70: migração e crescimento urbano em Montes Claros. *Revista Iniciação à História*. Montes Claros. Unimontes, v. 2, ano 2, 2003.
- LEITE, M. E. *Geoprocessamento aplicado ao estudo do espaço urbano; o caso de Montes Claros*. Uberlândia: UFU, 2006 (Dissertação de mestrado)..
- MARICATO, E. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: vozes, 2001.
- PRETECEILLE, E. e VALLADARES, L. A desigualdade entre os pobres – favela, favelas. In HENRIQUES, R. *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- RODRIGUES, A. M. *Moradia nas cidades brasileiras*. São Paulo: contexto/EDUSP, 1994.
- SOUZA, M. L. de. *Abc do Desenvolvimento Urbano*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1982.
- UN-HABITAT. *The Challenge of Slums: Global Report on Human Settlements*. New York. 2003
- Sites:**
- <http://www.fau.ufrj.br/prourb/cidades/favela/dados.html>. Acesso em: 10 fev. 2007.
- <http://www.ibge.com.br>. Acesso em: 01 fev. 2007.
- <http://www.fjp.mg.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2006.

O COMÉRCIO INFORMAL NA ÁREA CENTRAL DE UMA CIDADE MÉDIA: UMA ANÁLISE DE MONTES CLAROS (MG)

Dulce Pereira dos Santos*
Carlos Renato Theóphilo**

Resumo: O objetivo deste trabalho é o de obter um entendimento aprofundado sobre a dinâmica complexa do funcionamento e organização das atividades comerciais na área central de Montes Claros, através de uma análise histórica dessa área, enquanto espaço de reprodução do capital e principalmente do comércio informal.

Palavras-chave: Centralidade urbana. Comércio informal. Shopping Popular.

Abstract: The objective of this work is to obtain a deeper understanding about the complex dynamics of the functioning and organization of the business activities in the central area of Montes Claros, through a historical analysis of this area, as a reproduction of the capital and mainly informal trade.

Keywords: Central urban. Informal trade. Popular shopping.

Montes Claros e sua localização estratégica

A contextualização e a caracterização da cidade de Montes Claros são essenciais para discussão e análise da atividade do comércio em sua área central.

Montes Claros é o quinto município mais populoso de Minas Gerais e o primeiro da região Norte de Minas. Situa-se a 418 Km da Capital do Estado – Belo Horizonte e possui uma área total de 3.582 quilômetros quadrados,

* Professora do Departamento de Geociências da Unimontes. Mestre em Desenvolvimento Social pela Unimontes – dulce.santos@unimontes.br

** Professor Titular do Departamento de Contabilidade Unimontes. Doutor em Controladoria e Contabilidade pela USP – crtheophilo@uol.com.br

sendo 97 quilômetros quadrados de área urbana e 3.485 quilômetros quadrados de área rural. Montes Claros conta com uma população total de 342.586 habitantes (IBGE, 2005). Como escreveu Pereira (2004), Montes Claros é o único município da região com população superior a 100 mil habitantes, o que permite classificá-lo como um município de médio porte, segundo critérios do IBGE.



Mapa 1 - Minas Gerais/Norte de Minas. Localização do município de Montes Claros
FONTE: PEREIRA, 2005

Com a expansão do número de cidades no Norte de Minas, 89 (oitenta e nove) municípios (PEREIRA, 2004), Montes Claros tornou-se o centro mais desenvolvido da região. Atualmente, Montes Claros se destaca pelo desenvolvimento econômico proporcionado por conta da indústria têxtil, alimentícia, farmacêutica, do comércio e da prestação de serviços. Merece destaque o papel dos centros de ensino superior como a Universidade Estadual de Montes Claros e os serviços de saúde. Os quatro hospitais existentes na cidade são referência para toda a região.

Montes Claros possui também a maior renda per capita e o maior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) da região Norte de Minas Gerais, R\$ 245,43 e 0,783 respectivamente (IPEA, 2002). Todas essas características tornam-se fatores de atração demográfica.

A importância da atividade comercial em Montes Claros

Em um breve resgate histórico, verifica-se a importância que as atividades comerciais exercem na área urbana desde o surgimento do primeiro povoado que deu origem à cidade.

De fazenda de gado à Vila das Formigas, Montes Claros teve sua origem relacionada à caminhada dos Bandeirantes pelo Sertão Mineiro que, seduzidos pela esperança de conquistarem riquezas, aqui se fixaram construindo fazendas, que mais tarde se transformariam em cidades.

Segundo Braga (1985), a dotação de recursos naturais, de um lado, e o rigoroso fluxo de demandas originado na região das minas em franca expansão, do outro, estabeleciam parâmetros propícios a um rápido povoamento e desenvolvimento da região. Aliado a isso, acrescentam-se as estradas construídas por Antônio Gonçalves Figueira. Inicialmente, uma estrada ligando uma de suas propriedades à Tranqueira, na Bahia, passando por sua fazenda de Brejo Grande, no extremo setentrional de Minas. Conectou, em seguida, Montes Claros com o São Francisco, na região onde se haviam fixado Matias Cardoso e sua gente, depois, com o rio das Velhas, e as cidades de Sabará, Pitangui e Serro, no coração da zona mineradora. Isso tudo fez com que Montes Claros se tornasse o maior centro comercial de gado na região Norte de Minas.

O setor terciário, do qual o comércio faz parte, destaca-se em Montes Claros desde o início do Século XVIII. Segundo Paula (1980), o comércio foi a mola real do pequeno arraial de Formigas, a razão principal de seu desenvolvimento extraordinário em relação às povoações vizinhas. Pereira e Leite (2005b, p.75) acrescentam que “[...] já no século XIX Montes Claros era conhecida como a capital do sertão mineiro, se destacando no cenário regional pela intensa função comercial que desempenhava.”

Com a chegada do Trem de Ferro em Montes Claros em 1926, houve uma aceleração do setor comercial da cidade, pois facilitou a ligação com outras localidades, além de constituir um meio de transporte tanto de pessoas como de mercadorias, impulsionando o desenvolvimento da região. Dessa forma, constitui-se um marco de implantação e expansão do comércio, pois Montes Claros tornou-se um ponto de passagem obrigatório para a Região Nordeste (LESSA, 1993).

Devido à sua localização geográfica e o crescimento do sistema viário, Montes Claros é hoje considerada um entroncamento rodoviário¹, o que lhe propicia uma posição de destaque no espaço regional e nacional.

¹ O Plano Rodoviário Nacional classificou a cidade de Montes Claros como o 2º entroncamento rodoviário do país – Sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Montes Claros (2007).

Processos de exclusão e desigualdade sócio-espaciais

Assim, como outras cidades de porte médio, Montes Claros convive com profundos processos de exclusão e desigualdade sócio-espaciais que se constituem em entraves para o desenvolvimento. Por ser considerada centro regional e desempenhar um importante papel na região, recebe migrantes de várias outras cidades. Pereira e Almeida (2002, p. 19) ressaltam que “Montes Claros absorve os migrantes da região Norte e Noroeste de Minas e de parte do sul da Bahia, em função do seu papel de centro regional.”

Esses migrantes se deslocam para Montes Claros à procura de melhores condições de vida, o que inclui principalmente conseguir um emprego, mas muitas dessas pessoas não são absorvidas pelo mercado de trabalho. Assim é possível verificar em Montes Claros um aumento significativo da informalidade.

Verifica-se nessa cidade, a expansão de atividades urbanas instáveis e precárias, como a informalidade do setor de serviços e a favelização alterando a paisagem urbana. Essa cidade expressa, na atualidade, as profundas desigualdades existentes na sociedade brasileira, simbolizando não mais apenas a modernização, o lado avançado de uma região pobre, mas também a marginalidade, a segregação sócio-espacial, a degradação ambiental e a violência (PEREIRA, 2004, p. 27).

Assim, em Montes Claros a oferta de mão-de-obra passou a ser maior que a de empregos, o que contribui para que o fenômeno da informalidade esteja presente em todos os pontos da cidade, configurando-se como uma oportunidade de emprego e até mesmo de subsistência para uma grande maioria, pois um elevado percentual da população montesclareense que crescia em função do processo migratório e que não se enquadrava como mão-de-obra para as indústrias teve de buscar uma ocupação que proporcionasse a sobrevivência.

Este é um dos mais significativos sintomas de exclusão que, no entanto, não ocorre isoladamente e, correlatos a ela, estão o baixo nível de escolaridade, o desemprego ou o subemprego e mesmo o emprego mal remunerado. Parte da população não possui renda suficiente para pagar o seu aluguel e muito menos comprar um imóvel; na sociedade de classes verificam-se diferenças sociais no que se refere ao acesso de bens e serviços produzidos socialmente (CORRÊA, 1995, p.29).

Essa situação de desemprego e subemprego elevou-se, principalmente depois do agravamento do setor industrial, que se encontra parcialmente desativado, em função da ausência de incentivos governamentais, culminando no crescimento do setor informal. O índice de indústrias que migrou para outras regiões em busca dos ditos incentivos é muito elevado, deixando

no município um grande número de galpões desocupados que chegam a receber a denominação local de “cemitério industrial”².

O processo de exclusão social retrata a questão de que hoje já não se pode mais confundir crescimento com desenvolvimento. A cidade cresceu, mas o seu desenvolvimento está muito aquém do ideal. Como observa Esteva (2000), qualquer processo de crescimento que não leve à satisfação das necessidades básicas, ou pior, que prejudique essa satisfação, é uma imitação grotesca da noção de desenvolvimento.

Ao se rediscutir o conceito de desenvolvimento social aplicado à cidade de Montes Claros, verifica-se que, segundo Pereira e Leite (2005a), a estratégia desenvolvimentista viabilizada pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE - contribuiu para a formação de novas espacialidades sem, contudo, alterar o quadro de exclusão social e o baixo padrão de vida da população.

Costa (2004), por sua vez, também afirma que em Montes Claros se dá a implantação de atividades industriais intensivas em capital, pouco absorvedoras da mão-de-obra regional migrada para a cidade, formando um imenso exército de reserva de trabalhadores que força os salários para baixo. O autor conclui sua interpretação afirmando que o emprego que era a principal necessidade da população não se verificou, pois um número elevado de habitantes da cidade permaneceu ou permanece desempregado ou subempregado.

Em Montes Claros o processo de urbanização foi acelerado e desordenado, conforme mostram os dados a seguir.

Tabela 1 - Montes Claros – evolução da população urbana – 1960/2000

ANO	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	TOTAL
1960	43.097	59.020	102.117
1970	85.154	31.332	116.486
1980	155.483	22.075	177.558
1991	250.573	30.969	281.545
2000	289.183	17.764	306.947

FONTE: IBGE. Censos demográficos.

² Termo usado para fazer referência ao grande número de indústrias desativadas no Distrito Industrial de Montes Claros – MG.

A Tabela 1 evidencia ainda que a maior parte da população de Montes Claros vive na cidade. Conseqüentemente, os desempregados ou subempregados concentram-se em sua maioria na área urbana, daí a estreita relação existente entre espaço urbano e informalidade.

O comércio informal em Montes Claros

Os processos de exclusão sócio-espaciais refletiram na elevação do número de ambulantes que se instalaram na área central da cidade, ocupando espaços destinados a outros tipos de uso. O tipo de comércio que se estabeleceu tem origem na compra clandestina de produtos de origem asiática que, dentro da concepção globalizadora, atendem de imediato às condições financeiras da população carente, a qual, segundo Santos (2003), vive a fábula da informação condicionada pela mídia.

A disseminação do comércio/trabalho informal na área central de Montes Claros através dos camelôs e ambulantes começou em meados da década de 1980, considerada a década perdida pelos altos índices de inflação e baixo crescimento econômico. Esse comércio informal territorializou-se em duas grandes áreas: praça Doutor Carlos Versiane e a Avenida Coronel Joaquim Costa.

A praça Doutor Carlos, por ser a área de convergência do centro principal, e a ocupação da Avenida Coronel Joaquim Costa ocorreu depois da mudança do Mercado Municipal, que antes funcionava naquela área, para a Avenida Deputado Esteves Rodrigues; alguns comerciantes sob o pretexto de que teriam prejuízos nas vendas no novo mercado preferiram ali se estabelecerem, comercializando diversos tipos de produtos.

Dessa forma, a região central começou a apresentar um aumento desmesurado da geração de resíduos sólidos, oriundos principalmente do comércio ambulante, dado a sua expansão, não acompanhado pelas políticas públicas municipais até então, culminando na destruição quase total da praça Dr. Carlos Versiane, que ocupa posição de destaque por se localizar na porção central onde polariza todo o comércio.

Nesse espaço urbano, o fenômeno da informalidade se intensificou, confirmando uma apropriação da área por aqueles que, de certa forma, estão excluídos do mercado formal de trabalho. Sobre esse assunto, o espaço urbano nas cidades capitalistas, observa-se que:

É no espaço urbano que se reproduz a contradição. É, sobretudo, a divisão social do trabalho que diferencia o campo da cidade e que joga quem foi expropriado de seus meios de vida na convivência com os que se apropriam do espaço. É, portanto, teia viva de relações sociais e, no caso da cidade orgulhosamente capitalista, é também expressão ime-

diata de uma forma de exploração social e econômica (CARLOS, 1997, p.28).

A área central da cidade vista como uma teia viva de relações sociais sempre teve uma vocação para o comércio:

Percebemos também que os projetos de urbanização da cidade estavam, em sua maioria, voltados para a parte central da cidade, especificamente em volta das praças Doutor Carlos e Matriz, onde de fato se encontravam as residências e os comércios dos “coronéis” e “doutores” da cidade (BRITO, 2002, p. 78).

A praça Doutor Carlos Versiane foi construída em 1917, sendo que as maiores casas comerciais da cidade estavam localizadas no entorno dessa praça. Até hoje ela ainda não perdeu essa característica de polarizar o comércio da área central. O local onde funciona o Shopping Popular já foi o Mercado da cidade, considerado uma construção imponente onde se comercializava de tudo um pouco.

Vale ressaltar que, nos arredores do mercado, pessoas de várias localidades se reuniam para comprarem e venderem, ao mesmo tempo. Assim, surgiram os estabelecimentos comerciais denominados de “secos e molhados” (produtos alimentícios, armazéns, armarinhos e lojas onde se vendia de tudo). A figura a seguir ilustra um pouco toda essa movimentação.



Figura 1 - Mercado Municipal de Montes Claros na Praça Dr. Carlos Versiane (hoje Shopping Popular)

FONTE: Disponível em: <www.montesclaros.com>. Acesso em: jan. 2007.

Segundo Matos (1996), no calçadão da parte de trás do mercado, onde os feirantes amarravam os animais, havia tanto movimento que até poderia ser considerada uma central de compras da época.

A figura a seguir mostra a quantidade de animais que ficavam amarrados atrás do mercado, enquanto seus donos comercializavam.



Figura 2 - A boiada no fundo do Mercado Antigo

FONTE: Disponível em <www.montesclaros.com> . Acesso em jan. 2007

Em 1967, o mercado foi demolido e o local transformou-se em um estacionamento de veículos denominado “Cimentão”. Além de ocupar uma grande área, essa atividade é considerada de baixo retorno econômico o que caracteriza uma subutilização do espaço. Depois foi construído no local o Shopping Popular, inaugurado em março de 2003.

As fotografias a seguir mostram como esse espaço da área central de Montes Claros passou por vários processos de ocupação, sempre voltados para atividades comerciais. Mercado, área de estacionamento e atualmente o Shopping Popular.

O COMÉRCIO INFORMAL NA ÁREA CENTRAL DE UMA CIDADE MÉDIA
Dulce Pereira dos Santos; Carlos Renato Theóphilo



Figura 3 - Mercado Antigo, 1944

FONTE: Disponível em <www.montesclaros.com> . Acesso em jan. 2007



Local onde foi demolido o mercado, hoje, estacionamento mal aproveitado, ocupando a área mais nobre da cidade de Montes Claros

Figura 4 - Praça do Cimentão - 1997

FONTE: Acervo sob custódia DPDOR/Unimontes.



Figura 5 - Shopping Popular Mário Ribeiro Silveira - 2006 - Montes Claros - MG
FONTE: Disponível em <www.montesclaros.com> . Acesso em jan. 2007

A centralização e a descentralização das atividades comerciais em Montes Claros

A cidade de Montes Claros, como qualquer outra cidade capitalista, caracteriza-se por diferentes usos do espaço urbano e, segundo Corrêa (1995), são esses usos que definem áreas como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão. Segundo Pereira e Leite:

O conhecimento empírico da cidade de Montes Claros deixa evidente uma situação de uso misto generalizado, dando a impressão de que as atividades não residenciais urbanas encontram-se combinadas com as residenciais. Entretanto, quando se analisa com mais atenção as formas de apropriações e usos que se valoram de maneira diferenciada, os movimentos e os fluxos existentes no espaço urbano percebe-se que este é, simultaneamente, segmentado e articulado (PEREIRA; LEITE, 2005a, p. 3).

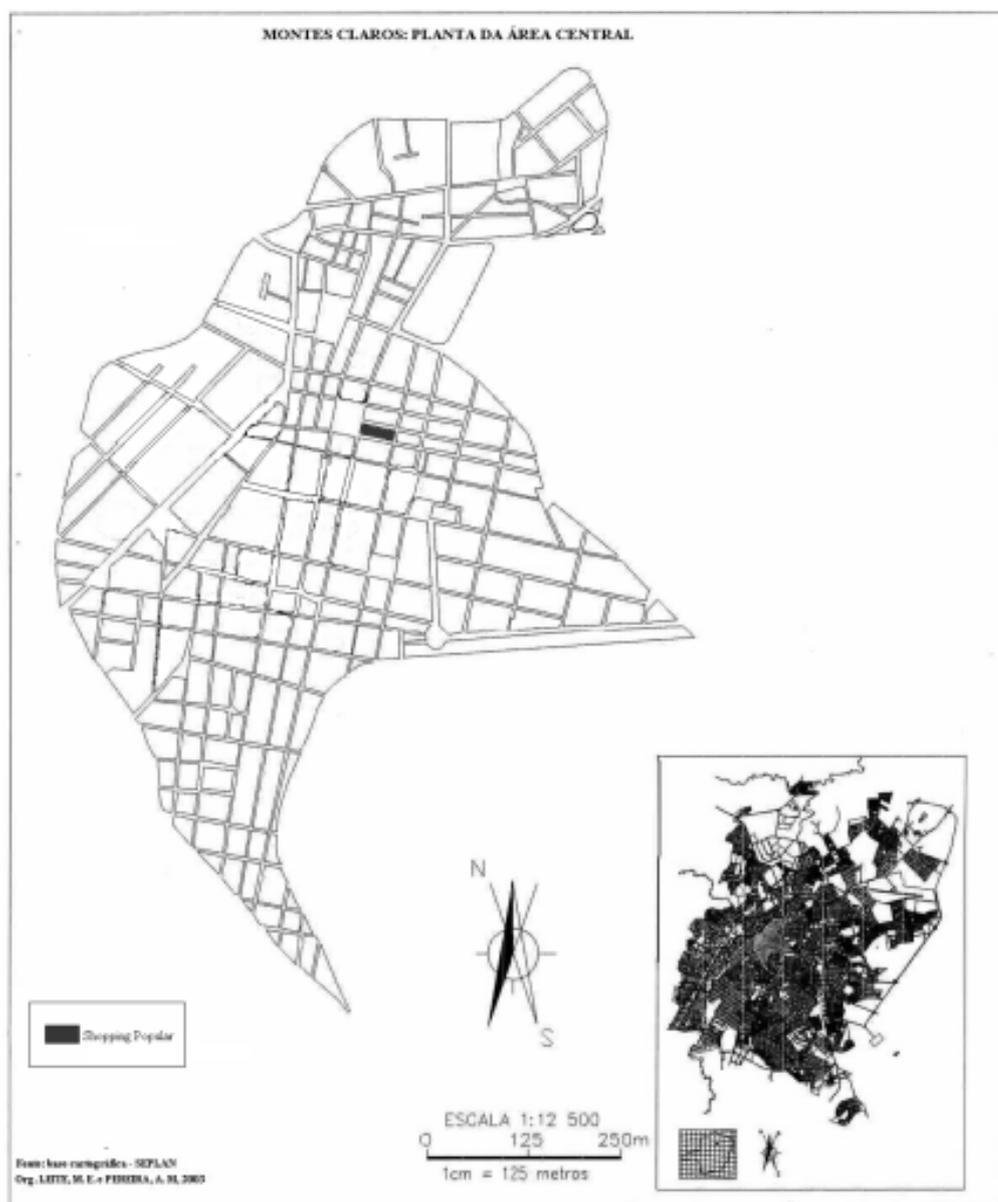
O centro de Montes Claros é resultante de dois processos espaciais explicitados por Corrêa (2001): centralização e descentralização. A centralização, segundo ele, é onde se concentram as principais atividades comerci-

ais e de serviços, bem como os terminais de transportes interurbanos e intra-urbanos. A descentralização é um processo mais recente que o da centralização e visa diminuir a excessiva centralização que causa alguns problemas espaciais e econômicos, a saber: aumento constante do valor da terra, impostos e aluguéis, afetando certas atividades que perdem capacidade de se manterem localizadas na área central; congestionamento e alto custo do sistema de transportes e comunicações que dificulta e onera as interações entre firmas; dificuldade de obtenção de espaço para expansão; restrições legais implicando na ausência de controle do espaço; ausência ou perda de amenidades, afetando atividades e população de alto *status*.

Assim, percebe-se que a descentralização na cidade de Montes Claros está relacionada ao crescimento dela, tanto demográfica quanto espacialmente, e que alguns atrativos contribuíram para incentivar esse processo, conforme destaca Corrêa (2001, p. 126):

- terras não-ocupadas, a baixo preço e impostos;
- infra-estrutura implantada;
- facilidades de transportes;
- qualidades atrativas do sítio, como topografia e drenagem;
- amenidades físicas e sociais;
- mercado mínimo capaz de suportar a localização de uma atividade descentralizada.

A área central de Montes Claros representa um lugar irradiador de negócios, comércios e sociabilidade, sendo também nessa área que está o foco de transportes intra-urbanos, ou seja, o centro comercial serve como corredor de tráfego dos ônibus coletivos, recebendo-os e distribuindo-os, contando com inúmeros pontos de paradas, em especial na praça Doutor Carlos Versiane, o que faz dessa região central uma área atrativa para as atividades de comércio e de serviços. Dessa forma, os valores da terra urbana aí localizadas são elevadíssimos o que remete novamente ao espaço ocupado pelo Shopping Popular ser considerado um dos metros quadrados mais caros, se não o mais caro da cidade.



Mapa 2 - Área Central de Montes Claros - MG: localização do Shopping Popular Mário Ribeiro da Silveira

FONTE: Base Cartográfica - SEPLAN - MG. Organização: PEREIRA; LEITE (2005b)

A instalação do Shopping Popular no centro comercial de Montes Claros representa um novo viés dado à questão da descentralização geográfica da função comercial, ou seja, há uma tendência nas cidades médias do porte de Montes Claros de ocorrer uma descentralização dessas atividades. Aqui o desenvolvimento urbano/comercial seguiu as duas vias: descentralização e

centralização, principalmente no que se refere aos circuitos da informalidade.

Até o final da década de 1980, a área central da cidade atendia aos dois tipos de usos: residencial e comercial. Hoje, prevalece o uso comercial e predominam as atividades como o comércio varejista e, segundo Corrêa (2001, p. 121), “[...] essas atividades se destacaram porque conseguiram transformar acessibilidade em lucro, ou seja, estão localizadas em áreas onde a movimentação das pessoas é muito grande.”

De acordo com Corrêa (2001), a área central constituía e ainda constitui, para muitas atividades, uma localização ótima, racional, que permitiria uma maximização de lucros e, segundo Castells (1983), o centro é o espaço que permite, além das características de sua ocupação, uma coordenação das atividades urbanas, uma identificação simbólica e ordenada dessas atividades e, daí, a criação das condições necessárias à comunicação entre os atores.

Comunicação essa que pode envolver, segundo Santos (2002), atores hegemônizados e hegemônicos³, ou seja, a espacialidade do comércio e a produção/reprodução do espaço urbano acontecem de forma coletiva, através de diferentes agentes produtores que, de acordo com Corrêa (1995), são: proprietários fundiários, construtores, imobiliárias, grupos sociais excluídos e principalmente o Estado. Esses agentes produtores do espaço urbano agem de acordo com a orientação do modo de produção capitalista. Portanto, pode-se dizer que há uma atuação do poder público na implementação de infra-estrutura que propiciará as relações capitalistas, mesmo quando se tratar de trabalhadores informais que estão incluídos de forma precária no mercado de trabalho.

Talvez ainda seja um pouco cedo para afirmar que a área central de Montes Claros passou por um processo de revitalização e inclusão ao mesmo tempo. Inclusão no sentido de que o centro não pode ser um lugar exclusivo das elites (aqueles que detêm o poder econômico), pois também seria o lugar de resistência, sobrevivência. De acordo com Padre Júlio Lancelloti em entrevista ao Instituto Polis (2006), a cidade deve ser rearranjada com tudo o que tem, não só com o que se deseja e, no caso de Montes Claros, esse rearranjo foi possível com a construção do Shopping Popular, pois ele reterritorializou os camelôs, que haviam sido desterritorializados da praça Doutor Carlos Versiane.

Partindo desse ponto de vista, o Shopping Popular está inserido no circuito comercial da cidade, bem como nos circuitos comerciais da informalidade

³ Milton Santos usa esse termo atores hegemônizados quando se refere aos excluídos, os não excluídos seriam atores hegemônicos.

pelo que permite vender e negociar, dentro do espaço da cidade. Nesse contexto, percebe-se a relação entre economia informal e centralidade urbana, pois, segundo Montessoro (2004), a melhor localização para atividades do setor terciário será onde a circulação de pessoas for bastante intensa, já que estas garantirão o consumo dos produtos e serviços existentes. Assim, esses trabalhadores informais procuram lugares centrais para se estabelecerem. Sobre esse assunto a autora abaixo comenta:

No és uma causalidade que los ambulantes busquem com frecuencia una ubicación central y calles muy concurridas, Los ambulantes suelen oponerse a las tentativas de los gobiernos de desalojarlos de los lugares centrales, o al menos buscan la negociación de compensaciones equivalentes a la “renta” perdida (POLÉSE, 1998, p. 338).

Em Montes Claros, o Shopping Popular teve esse efeito de reforçar a centralidade do centro principal, ou seja, foi projetado pela elite que dominava o poder público e que modificou o cenário urbano da área central sem, contudo, alterar a vocação comercial do centro. E, para o encerramento deste capítulo, reforça-se a idéia de que o centro de Montes Claros, espaço do comércio e também da informalidade, é considerado divergente e convergente ao mesmo tempo.

No interior da cidade, o centro não está necessariamente no centro geográfico, e nem sempre ocupa o sítio histórico onde esta cidade originou, ele é antes de tudo ponto de convergência/divergência, é o nó do sistema de circulação, é o lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades e, em contrapartida, é o ponto de onde todos se deslocam para a interação destas atividades aí localizadas com as outras que se realizam no interior da cidade ou fora dela. Assim, o centro pode ser qualificado como integrador e dispensor ao mesmo tempo (SPÓSITO, 1991, p. 6).

Assim, fica mais fácil entender a importância da localização do Shopping Popular. Ele está inserido em uma área comercial dinâmica, de fácil acesso e onde o fluxo de pessoas é elevado, tudo que o comércio informal precisa para se estabelecer. O Shopping Popular, construído para abrigar o comércio dos camelôs, tem uma dimensão organizacional informal, se consolida como alternativa de trabalho, ou seja, de sobrevivência para uma parcela de excluídos que passam a integrar este setor da economia, refletindo a questão da desigualdade social do espaço urbano capitalista expressa no acesso desigual aos recursos básicos da vida.

Enfim, as atividades comerciais na área central de Montes Claros oferecem certa dificuldade para análise, por lá ser um ponto onde se encontram todas as camadas sociais.

REFERÊNCIAS

- BERTOLUCCI, Fábio Luiz. *Da “cocada ao tênis nike”*: Um breve perfil da informalidade no núcleo central da cidade de Uberlândia/MG. Uberlândia, 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, UFU, 2005.
- BRAGA, Maria Ângela Figueiredo. *Industrialização da área mineira da SUDENE [manuscrito]*: um estudo de caso/João Pessoa. [s.n.]. 1985. 134 f.
- BRITO, Gy Reis Gomes de. *Na terra dos coronéis*: progresso para quem? Estreps e pelados na construção do progresso na cidade de Montes Claros (1917-1926). Montes Claros, 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, 2002.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- _____. *Trajetórias geográficas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- COSTA, João Batista de Almeida. *Tomando alhos por bugalhos*: o decantado desenvolvimento do norte de Minas. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, I Fórum sobre Desenvolvimento Social, 2004 (mimeo).
- ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. (Org.). *Dicionário do desenvolvimento*. Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 04 maio 2005.
- _____. População estimada de Montes Claros, 01 jul. 2005. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidades>>. Acesso em jul. 2005.
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas de desenvolvimento humano. 2002. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 03 jul. 2006.
- LANCELLOTTI, Júlio. Entrevista a Fábio Brandt. Instituto Polis, São Paulo, 11 abr. 2006.
- LESSA, Simone N. *Trem de ferro*: do cosmopolitismo ao sertão. Campinas, 1993. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História/IFCH/Unicamp, 1993.
- MATOS, Gisele Alves de, et al. *Evolução histórica e espacial da atividade comercial em Montes Claros*. Montes Claros/MG, 1996. Monografia, UNIMONTES, 1996.
- MONTES CLAROS. Disponível em <www.montesclaros.com>. Acesso em jan. 2007.

MONTESSORO, C. C. L da. *Economia informal e centralidade urbana: a difusão dos novos espaços de consumo na área central de Anápolis-GO*. Presidente Prudente, 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista - UNESP, 2004.

PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros: sua história, sua gente, seus costumes*. Belo Horizonte: Minas Gráfica Editora Ltda., 1980.

PEREIRA, Anete Marília. A propósito das cidades médias: considerações sobre Montes Claros-MG. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE CIDADES MÉDIAS, 2005 – Presidente Prudente. *Anais...* Presidente Prudente: UNESP - Universidade Estadual de São Paulo, 2005. CD-ROM.

_____. A urbanização do sertão norte-mineiro: algumas reflexões. In: PEREIRA, Anete Marília; ALMEIDA, Maria Ivete Soares de. *Leituras geográficas sobre o norte de Minas Gerais*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2004.

PEREIRA, Anete Marília; ALMEIDA, Maria Ivete Soares. *Problemas ambientais e qualidade de vida na cidade de Montes Claros: a percepção da população*. Montes Claros: Unimontes, 2002. Relatório técnico de pesquisa.

PEREIRA, Anete Marília; LEITE, M. E. A expansão urbana de Montes Claros a partir do processo de industrialização. In: PEREIRA, Anete Marília; ALMEIDA, Maria Ivete Soares de. *Leituras geográficas sobre o norte de Minas Gerais*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2004.

_____. Expansão urbana de Montes Claros e a questão da centralidade: Notas para reflexão. In: ENCONTRO REGIONAL DE GEOGRAFIA - Região e lugares: novos tempos, outros desafios, 5, 2005, Montes Claros. *Anais...* Montes Claros: Departamento de Geociências, 2005a, CD-ROM.

_____. Expansão territorial e os espaços de pobreza na cidade de Montes Claros. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Universidade de São Paulo, 20 a 26 de março de 2005b.

POLÉSE, Mário. *Economia urbana y regional: introducción a la relación entre territorio y desarrollo*. Cartago: LUR/BUAP/GIM, 1998.

PREFEITURA DE MONTES CLAROS. Disponível em <<http://www.montesclaros.mg.gov.br/>>. Acesso em: 16 jan. 2007.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. *Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. *Revista de Geografia*, São Paulo, Unesp, n. 10, 1991.

NORTE DE MINAS: LOGÍSTICA DE TRANSPORTES E EXPORTAÇÕES

Luiz Andrei Gonçalves Pereira*
Simone Narciso Lessa**

RESUMO: Na rede de exportação, o processo de escoamento da produção das áreas interioranas até os portos depende de uma rede de transporte eficiente que possibilite redução de custos, aumento de competitividade e geração de riquezas. O objetivo desse trabalho é analisar a importância da rede logística de transporte para inserção do Norte de Minas nas redes de exportações. Estudou-se com base na revisão de literatura e dados de fontes primárias e secundárias. Verificou-se que no processo de escoamento de sua produção, a região apresenta problemas no seu sistema de transporte, uma vez que o escoamento da produção regional centra-se em duas modalidades: rodovia e ferrovia, com predomínio do modal rodoviário que transporta grande parte da carga destinada ao comércio externo. As longas distâncias percorridas para se chegar aos portos e os problemas dos sistemas de transportes como: malha rodoviária deteriorada, baixa tecnologia das ferrovias entre outros, acabam elevando os custos da logística de transporte, afetando a eficiência do padrão de logística. Conclui-se que os estrangulamentos no sistema logístico de transporte norte-mineiro criam empecilhos para aumento nas exportações.

Palavras chave: Norte de Minas. Logística de transporte. Exportação e Infra-estrutura.

Summary: On the network of exportation, the process of drain of production in the countryside to the port depend on one efficient transport network that make possible the reduction of expenses, increase of competitive and creation of wealthy. The objective of this work is to analyze the importance of logistic network of transport to insertion of North of Minas in the networks of exportations. It was

* Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social - PPGDS - UNIMONTES; (luizandreigoncalves@yahoo.com.br).

** Doutora em História pela UNICAMP e Professora do PPGDS - UNIMONTES.

studied with base of revision of literature and piece of primary and secondary source. It was checked that the process of drained of production, the region presents problems in the transport system, since the drain on the regional production centralizes on the two events: highway and railway, with predominance of the modal road that transport big part of load addressed to the foreign business. The distance way crossed to arrive at the port and the problems of systems of transport with: deterioration of the railroads, old technology of railways among others, end up doing high costs of transport logistic, affecting the efficiency of pattern of logistic. Conclude that the estrangement on the logistic system of transport norte-mineiro grow up hindrances to increase on the exportations.

Key word: Norte de Minas. Logistic of transport. Exportation and infrastructure.

INTRODUÇÃO

Na rede de exportação, o grande desafio é escoar a produção das áreas interioranas até os portos, pois existe dependência de uma rede de transporte eficiente que possibilite redução de custos, aumento de competitividade e geração de riquezas. O objetivo desse trabalho é analisar a importância da rede logística de transporte para inserção do Norte de Minas nas redes de exportações. Esse estudo baseou-se na revisão de literatura e dados de fontes primárias e secundárias. Supõe-se que a infra-estrutura da rede logística de transporte influencia a forma de inserção da região na rede de exportação. Inicia-se por uma breve contextualização sobre as práticas relacionadas ao comércio internacional que interfere na participação dos países e com reflexos internos nas regiões exportadoras. Identifica-se na região norte-mineira os municípios e os setores exportadores no período de 2004 a 2006. Apresenta-se uma discussão sobre o padrão geral e regional de logística, identificando os portos pelos quais é exportada a produção do Norte de Minas, as modalidades de transportes existentes na região, os problemas na infra-estrutura logística que afetam o escoamento da produção regional e as possíveis soluções para se chegar ao padrão de eficiência logística na busca de inserir ainda mais a produção regional nos principais mercados internacionais.

Considerações sobre comércio internacional

Maia (2004) define comércio internacional como aquele que ultrapassa fronteiras, sendo representado por duas vias, uma das vendas que são as exportações, e a outra das compras que são as importações. O comércio internacional é de suma importância para o processo de acumulação capitalista, sendo este, viabilizado pelos meios produtivos e pelos meios de circulação, como afirma Harvey (2005, p. 56):

O comércio exterior é tratado com condição prévia para a acumulação capitalista, bem como consequência do mercado (...) a produção e circulação capitalista tendem a transformar essas possibilidades num sistema integrado de produção e troca, que atende ao propósito da acumulação capitalista.

As relações comerciais internacionais enfrentam vários conflitos devido a heterogeneidade das economias mundiais, de um lado, existe um conjunto de países desenvolvidos e de outro o grupo dos países subdesenvolvidos e/ou em desenvolvimento, uma das diferenciações está centrada nas bases tecnológicas. Para Harvey (2005), no comércio internacional observa-se a desigualdade no sistema de trocas entre países centrais e periféricos, baseada na diferença tecnológica. Esse autor afirma que “as regiões ricas em conteúdo tecnológico sempre têm capacidade de obter mais lucros numa determinada linha de produção, em comparação com regiões pobres em conteúdos tecnológicos” (HARVEY, 2005, p. 55). Diante dessa diferença, os países buscam soluções diplomáticas para minimização e/ou resolução dos problemas relacionados a comércio internacional sob mediação da Organização Mundial do Comércio – OMC. Segundo Gonçalves (2002), a OMC busca solucionar as controvérsias para fazer fluir o comércio no mundo globalizado.

Mesmo depois de apresentadas, discutidas e propostas resoluções nas rodadas de negociações coordenadas pela OMC, continua existindo conflito nos campos comerciais internacionais entre “países ricos” que protegem seus mercados e “países pobres” que buscam inserir seus produtos nos países desenvolvidos. Fato esse que Ratti (2004) chama de nova onda protecionista quando os países ricos vêm aplicando suas políticas protecionistas, entre elas o “dumping”, que promoveria aplicação de sobretaxa para eliminar a vantagem comparativa da produção dos países subdesenvolvidos. Nesse caso, os países desenvolvidos alegam que nos países periféricos os salários são baixos, há poucos direitos trabalhistas e ocorre a utilização de trabalho infantil na produção de produtos exportáveis.

Os países desenvolvidos aplicam medidas “anti-dumping” para proteger setores mais tradicionais de sua economia, destaca também que os norte americanos são os que mais praticam essas medidas anti-dumping elevando os direitos aduaneiros, impõem cotas as importações entre outras medidas, tudo isso para proteger diversos setores de sua economia que não consegue competir com produtos estrangeiros e acabam pressionando o governo dos Estados Unidos para aplicação de medida anti-dumping (RATTI, 2004). Dificuldades que apontam para o Brasil e Norte de Minas.

Norte de Minas: municípios exportadores, setores exportadores valores das exportações, destino das exportações e atividade logística

A mesorregião Norte de Minas está localizada na porção Norte do Estado de Minas Gerais. É composta por 89 municípios, ocupa uma área de 128.602 km² e possui uma população estimada em aproximadamente 1.599.119 habitantes (IBGE, 2005). Encontra-se subdividida em sete microrregiões: Bocaiúva, Grão-Mogol, Janaúba, Januária, Montes Claros, Pirapora e Salinas. Para análise da logística de transporte no processo de escoamento da produção destinada às exportações é preciso fazer levantamentos dos produtos, valores em dinheiro e pesos exportados, e a modalidade de transporte utilizada para escoar a produção regional.

No período que compreende a 2004 - 2006, as exportações brasileiras tiveram acréscimo significativo nos valores das exportações, saltando de US\$ 96.475.244.000 em 2004 para US\$ 118.308.387.000 em 2005 e chegando a US\$ 137.469.700.000 em 2006. O Estado de Minas Gerais seguiu o patamar de crescimento nacional, em 2004 exportou US\$ 9.997.170, 2005 exportou US\$ 13.500.887.000 e chegou a US\$ 15.638.137.000 em 2006. O Norte de Minas acompanhou o índice de crescimento das exportações nacional e mineira, em 2004 a região exportou US\$ 255.335.045, em 2005 exportou US\$ 299.470.786 e chegando a US\$ 360.814.583 em 2006. Percebe-se que o aumento nos valores das exportações do Norte de Minas e de Minas Gerais acompanha o índice de crescimento das exportações a nível nacional, conforme demonstra a tabela 01.

Tabela 01
COMÉRCIO EXTERIOR: EXPORTAÇÕES EM VALORES US\$ (2004 - 2006)

ANO	BRASIL	MINAS GERAIS	NORTE DE MINAS
2004	96.475.244.000	9.997.170.000	255.335.045
2005	118.308.387.000	13.500.887.000	299.470.786
2006	137.469.700.000	15.638.137.000	360.814.583
TOTAL	352.253.331.000	39.136.194.000	915.620.414

Fonte: SECEX (2004-2006). Org. PEREIRA, L. A. G, 2007.

Analisando a rede exportação percebe-se que existe diferença entre os municípios norte-mineiros na forma de inserção nas redes de exportação global, sendo que dos 89 municípios da região, apenas 15 conseguiram exportar sua produção para os principais mercados internacionais. De acordo com Oliveira et al (2000), poucas cidades norte-mineiras conseguiram desenvolver seus parques industriais e seus projetos agropecuários - agroindustriais, pois estes exigiam melhores infra-estruturas nas áreas de energia e trans-

porte. Na sua discussão aponta a atuação desigual do capital no Norte de Minas. Afirma que as cidades pioneiras na implantação de seu parque industrial foram: Montes Claros e Pirapora. Posteriormente outros municípios desenvolveram suas atividades industriais: Várzea da Palma, Bocaiúva e Capitão Enéas. Enquanto que no setor agroindustrial destaca-se a implantação dos projetos de irrigação do Gorutuba em Janaúba, Jaíba, Pirapora entre outros. Isso mostra que os municípios inseridos no processo de expansão do capitalismo, são os mesmos municípios que estão articulados com as redes de exportações.

Na análise dos municípios exportadores observa-se os municípios que exportaram, individualmente, valores superiores a US\$ 50 milhões foram: Montes Claros, Pirapora, Várzea da Palma e Capitão Enéas que exportam juntos US\$ 870.054.261, sendo Montes Claros e Pirapora os maiores exportadores da região somando um valor de US\$ 611.315.843. O município que exportou individualmente na faixa de US\$ 10 a US\$ 50 milhões foi Bocaiúva com US\$ 29.414.586. Outros municípios exportaram individualmente na faixa de valor de US\$ 1 a 10 milhões foram: Janaúba, Grão-Mogol, São João do Paraíso e Vargem Grande do Rio Pardo, que juntos exportaram US\$ 14.126.700. Os municípios que exportaram individualmente valores inferiores a US\$ 1 milhão foram: Taiobeiras, Ninheira, Salinas, Curral de Dentro, Manga e Coração de Jesus que juntos exportaram US\$ 2.024.867. Essas informações permitem afirmar que o Norte de Minas exportou um total de US\$ 915.620.414. Para melhor visualização da distribuição geográfica da participação dos municípios norte-mineiros em termos de valores exportados, optou-se pela demonstração no mapa 01.



Mapa 01: Norte de Minas: Municípios exportadores, valores US\$ (2004-2006)
Fonte: SECEX (2004-2006). Org. PEREIRA, L. A. G., 2007.

Segundo a Secretaria de Comércio Exterior - SECEX (2004-2006), os principais setores exportadores do Norte de Minas são: siderúrgico, metalúrgico, têxtil, vestuário, madeira, derivados de madeira, bebidas, alimentos, químico, químico farmacêutico, mineração, entre outros.

Na análise dos setores exportadores na região, observa-se que o setor siderúrgico e metalúrgico é o que mais exporta em termos de valores US\$ 558.918.955 e em termos de peso 424.667.187 KG; o setor têxtil e vestuário é o segundo setor que mais exporta em valores US\$ 259.310.879 e em peso 58.128.368 KG; o setor químico e químico farmacêutico exportou em valores US\$ 80.510.389 e em peso 1.387.308 KG, sendo este um produto de alto valor agregado. Já o setor de alimentos e bebidas exportou e valores US\$ 9.370.026 e em peso 7.012.379; o setor de madeira e derivados exportou em valores US\$ 6.581.697 e em peso 26.176.902 KG, ou seja, produto de baixo valor agregado e os outros setores exportaram em valores US\$ 928.468 e em peso 1.247.479 KG. Todos os setores exportaram um valor total de US\$ 915.620.414 e em peso um total de 518.619.623 KG. Como mostra a tabela 02.

Tabela 02
Norte de Minas: exportações (2004-2006)

Setores	Valores em Dólares (US\$)	Quantidade em Quilos (kg)
Siderúrgico e Metalúrgico	558.918.955	424.667.187
Têxtil e Vestuário	259.310.879	58.128.368
Químico e Químico Farmacêutico	80.510.389	1.387.308
Alimentos e Bebidas	9.370.026	7.012.379
Madeira e Derivados	6.581.697	26.176.902
Outros	928.468	1.247.479
Total	915.620.414	518.619.623

Fonte: SECEX (2004-2006). Org. PEREIRA, L. A. G, 2007.

Diante de uma economia “globalizada” os setores devem estar preparados e organizados para inserirem seus produtos nos principais mercados internacionais. No período analisado o Norte de Minas exportou em valores US\$ 915.620.414. Com base no banco de dados da SECEX (2004-2006), foi pos-

sível agrupar os países em blocos econômicos regionais: União Européia¹, NAFTA², APEC³ (excluso países do NAFTA), MERCOSUL⁴ e Outros, e demonstrar o destino das exportações do Norte de Minas. (Ver mapa 02).



Mapa 02: Norte de Minas: destino das exportações em valores US\$ (2004-2006).
Fonte: SECEX (2004-2006). Org. PEREIRA, L. A. G., 2007.

O Norte de Minas teve como maior mercado comprador, a União Européia que importou US\$ 348.773.235, o NAFTA como segundo maior mercado que comprou US\$ 326.207.807, a APEC como terceiro mercado importando US\$

¹ União Européia: composta por 27 países: Alemanha, França, Itália, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Reino Unido, Irlanda, Dinamarca, Grécia, Portugal, Espanha, Finlândia, Suécia, Áustria, Eslovênia, Eslováquia, República Theca, Polônia, Chipre, Malta, Estônia, Lituânia, Letônia, Hungria, Romênia e Bulgária.

² Acordo de Livre-Comércio da América do Norte - NAFTA. Composto por 03 Países: Estados Unidos, Canadá e México.

³ Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico - APEC. Composta por 21 países: Austrália, Brunei, Chile, China, Cingapura, Coreia do Sul, Filipinas, Hong Kong (China), Indonésia, Japão, Malásia, Nova Zelândia, Papua de Nova Guiné, Peru, Rússia, Tailândia, Taiwan, Vietnã e os três países do NAFTA (Estados Unidos, Canadá e México).

⁴ Mercado Comum do Sul - MERCOSUL. Composto por 04 países: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

89.306.854. O quarto maior comprador foi o MERCOSUL com US\$ 85.212.657 e outros mercados compraram cerca de US\$ 66.119.861.

Infra-estrutura da rede logística e as exportações

Uma rede logística eficiente influencia nos aumento das exportações devido à redução de custos e rapidez com que o produto chega ao destino final, evitando perdas. Com base na infra-estrutura logística se faz necessário discutir a rede logística de forma geral para entender a estrutura logística regional. Propõe-se nessa seção a conceituação do termo logística, uma breve incursão na situação brasileira em relação à logística e por fim a localização do Norte de Minas nesse contexto.

Rede logística

Numa perspectiva histórica, a discussão sobre logística surge na França, na Era Napoleônica, sendo definida como “arte prática de movimentar exércitos (...) a logística é tudo ou quase tudo no campo das atividades militares, exceto o combate” (RODRIGUES, 2003, p. 123). Do período Napoleônico até a Segunda Guerra mundial, a definição de logística estava associada às praticas militares que traçavam planos de ação voltados para estratégia nacional.

Após a Segunda Guerra Mundial, a logística foi implantada no setor industrial, de acordo com Rocha (2003), a logística foi introduzida nas atividades do sistema produtivo industrial para movimentar os fluxos de mercadorias, reduzir os custos finais dos produtos e serviços, e assim garantir competitividade no comércio seja ele nacional ou internacional. Com base nesse contexto por logística entende-se:

Conjunto de atividades direcionadas a agregar valor, otimizando o fluxo de materiais, desde a fonte produtora até o consumidor final, garantindo o suprimento na quantidade certa, de maneira adequada, assegurando sua integridade, a um custo razoável, no menor tempo possível e atendendo a todas as necessidades do cliente. (RODRIGUES 2003, p. 126).

Para Rocha (2003), a atividade logística é composta pelos elementos: transportes, armazenamentos, manuseios, embalagens, controle de estoques, localização dos armazéns ou fábricas, suprimentos de mercado, serviços ao consumidor e processamento de pedidos. Dentre os elementos que compõem a rede logística, o transporte é o elemento que mais se destaca, “embora esteja longe de ser o único, o transporte é o elemento mais visível na cadeia logística, pois diariamente podemos observar caminhões e trens trafegando carregados com mercadorias”. (RODRIGUES 2003, p. 132).

Sobre a importância do transporte na rede logística, Vieira (2002) afirma que o transporte de mercadorias interliga as atividades da indústria e do comércio, que a eficiência dos meios de transportes garante o desenvolvimento econômico e social de uma região, e a oferta de transporte ocorre de acordo com as atividades econômicas, sociais e políticas de um país. Ao analisar dados da Associação Brasileira de Movimento Logístico – ABML, foi possível comprovar que os custos logísticos no Brasil podem chegar a 18% do Produto Interno Bruto - PIB, enquanto que esses custos chegariam a 11% do PIB numa rede logística eficiente. O que mostra a ineficiência dos serviços logísticos brasileiros. Segundo Vieira (2002), dentro do sistema logístico brasileiro estima-se que cerca de 60% do custo total de um produto está ligado à atividade logística, destes 60%, 51% custeiam o transporte, e 9% custeiam os outros componentes da cadeia logística.

Para inserção no comércio internacional a infra-estrutura logística é de fundamental importância, pois ela organiza a cadeia produtiva, ajuda reduzir custos na linha de produção e de transportes, colocando os produtos com preços mais competitivos nos mercados internacionais. Ao discutir logística de transporte internacional Keedi (2000), afirma que para exportação não basta produzir uma mercadoria a preço competitivo que ao ser transportado para um determinado lugar ela poderá perder sua competitividade, diante disso, torna-se necessário ficar atento à logística de transporte e ao transportar deve-se fazer uma análise das modalidades de transportes que podem ser utilizada, conseqüentemente possa escolher a melhor forma de transporte para entrega da mercadoria ao destinatário, observando detalhes como: resguarda da mercadoria, estabelecendo melhores condições como tempo, preço e qualidade.

O comércio exterior brasileiro (importação e exportação) é feito em grande parte pela modalidade marítima, como informa a Marinha do Brasil (2007), se 95% do comércio exterior brasileiro é feito pelo transporte marítimo, sustentando-se que os outros 5% estão distribuídos entre as modalidades: rodoviária, ferroviária e aérea. Por isso, uma boa infra-estrutura na logística de transportes reduz custos e faz o produto chegar mais rápido a mesa do consumidor, elevando os volumes e os valores de produtos exportados para os principais mercados internacionais. Além de uma boa atuação dos transportes terrestres, no transporte marítimo a infra-estrutura portuária é suma importância para a política de exportação, ou seja, a eficiência das redes de transportes reestrutura a cadeia logística.

Os Portos Brasileiros

Os portos são utilizados para escoar a maior parte da produção nacional direcionadas ao mercado externo. Dentre as vantagens do transporte marítimo destaca-se a elevada eficiência energética e a maior viabilidade econô-

mica para transporte de grandes lotes a longa distância. Como desvantagens pode se destacar a necessidade da existência de portos bem equipados e a grande quantidade nos manuseios das cargas transportadas resulta na elevação das perdas (Rodrigues, 2003).

A lei de modernização dos portos nº 8.630/1993 trouxe melhorias para o sistema portuário brasileiro, mas não resolveu definitivamente os problemas dos portos no país, dentre as deficiências relacionadas à operacionalização dos portos brasileiros, Tovar e Ferreira (2006) afirmam que os principais problemas dos portos brasileiros estariam ligados à precariedade de acesso aos sistemas rodoviário e/ou ferroviário, que acaba provocando grandes congestionamentos no período de safra e a falta de dragagem nas proximidades dos portos. Esse último, acaba dificultando a atracagem de navios de grande porte, quando estes atracam não consegue utilizar toda a sua capacidade de carga. A Lei de modernização dos portos trouxe melhorias para os portos, mas os portos brasileiros apresentam muitas deficiências se comparado aos portos dos países desenvolvidos.

O aumento das exportações brasileiras nos últimos anos saturou e poderá saturar ainda mais o sistema logístico brasileiro responsável pelo escoamento das exportações e em função disso surge à necessidade de investimentos visando à melhoria e a eficiência dos portos, Tovar e Ferreira (2006, p. 219) discutem que “para se evitar um colapso logístico num futuro próximo, é fundamental que os portos se transformem em centros efetivos de distribuição de cargas, onde rapidez e eficiência no manuseio de mercadorias tornam-se imperativas”.

Portos secos no Brasil

Os portos secos permitem levar os serviços aduaneiros para o interior do Brasil, simplificando os procedimentos para os contribuintes envolvidos no sistema de importação e exportação de produtos. Para a Receita Federal (2007, p. 1) “portos secos são recintos alfandegados de uso público, situados em zona secundária, nos quais são executadas operações de movimentação, armazenagem e despacho aduaneiro de mercadorias e de bagagem, sob controle aduaneiro”. Os portos secos são instalados próximos às áreas produtoras e consumidoras, o seu sistema de armazenagem e de movimentação de produção é controlado pela aduana e a prestação de serviços conexos nos portos secos funciona sob regime de concessão ou de permissão (Receita Federal, 2007).

Atualmente, são 62 portos secos em operação no Brasil, sendo 27 em São Paulo, oito no Rio Grande do Sul, seis no Paraná, cinco em Minas Gerais, três no Espírito Santo, três no Rio de Janeiro e 10 nos outros Estados (Receita Federal, 2007). A SECEX (2004-2006), apontou o Estado de Minas Gerais

como o segundo maior exportador do Brasil. Este Estado possui cinco portos secos em operação, localizados em Betim/Contagem, Juiz de Fora, Varginha, Uberlândia e Uberaba. Observa-se que a região estudada não dispõe de um porto seco, mas existe uma discussão para implantá-lo na cidade de Montes Claros com intuito de atender toda região.

O porto seco atuando no Norte de Minas desburocratizaria o comércio exterior regional e viabilizaria o escoamento da produção destinada ao mercado externo, estimularia ainda mais os investimentos das empresas exportadoras sediadas na região e permitiria a inserção de novas empresas regionais no mercado externo, ou seja, o sistema de porto seco agilizaria o sistema logístico de transporte e a aduana regional. A instalação de um porto seco em Montes Claros exigiria investimentos na infra-estrutura de transportes na região como: duplicação e conservação da Br 135, ampliação na infra-estrutura física do aeroporto e reestruturação da malha ferroviária, visando melhorias na infra-estrutura da logística de transportes regional, fomentando a atração de investimentos e a inserção do Norte de Minas nas redes de exportações internacionais.

Papel dos Contêineres nas exportações

Outra prática associada às exportações são os contêineres. Para Rodrigues (2003), contêineres são caixas construídas em aço, alumínio ou fibras resistentes ao uso contínuo no transporte de mercadorias. O surgimento dos contêineres ocorreu num primeiro momento durante a Segunda Guerra mundial, no serviço de saúde do exército americano com o intuito de locomover os feridos e instalar-se pequenos blocos cirúrgicos. Na década de 1960 foram implantados e instalados na atividade industrial para transportar cargas e permitir conexões entre os modais de transporte, (RODRIGUES, 2003).

O uso dos containeres no comércio exterior tem a função de facilitar o manuseio das mercadorias no processo de embarque e desembarque, reduzir a utilização e custos de embalagens. Para cada tipo de carga existe um tipo de contêineres: carga geral, térmicos, tanques, granel, plataforma e especiais. Os contêineres vieram atender as necessidades dos exportadores com a redução de tempo no trânsito, segurança das mercadorias e redução dos custos para baldeação de mercadorias para outros modais de transporte. Rodrigues (2003, p. 34-35) destaca outras vantagens em utilizar contêineres:

Possibilita o uso de embalagens mais leves e mais baratas; dificulta (mas não evita definitivamente) o roubo de cargas; evita contaminação entre cargas incompatíveis armazenadas e/ou transportadas no mesmo porão de uma aeronave ou navio; reduz o índice de avarias às cargas; facilita a movimentação e os transbordos, viabilizando a logística de transporte multimodal.

A Rede logística de Transportes do Norte de Minas

No caso do Norte de Minas Gerais que não possui saída direta para o mar, torna-se necessário à utilização de portos nos estados vizinhos como: São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia. Nesse contexto cabe a utilização e a contribuição dos modais de transporte para o processo de “desenvolvimento” da região.

Transporte ferroviário

A ferrovia chegou ao Norte de Minas no início do século XX, sendo Pirapora o primeiro município a ter implantada a ferrovia, foi em 1911. Anos mais tarde estendeu-se sua rede a Bocaiúva em 1924, Montes Claros em 1926, atingindo outras cidades do Norte de Minas como: Capitão Enéas, Janaúba, Monte Azul, Espinosa, entre outras, atingindo a região Nordeste do Brasil na década de 30 do século XX. De acordo com Lessa (1993), a cidade de Montes Claros tornou-se uma cidade “ponta de trilhos” transformando-se num grande centro de distribuição que atendia a região e o Sul da Bahia, fator que contribuiu para que Montes Claros se tornasse um pólo regional. No governo de Fernando Henrique (1995-2002), o transporte ferroviário brasileiro foi privatizado e as malhas ferroviárias foram cedidas às concessionárias para prestação de serviços. Em 1996 a Ferrovia Centro-Atlântica - FCA assumiu a concessão da malha ferroviária que passa pelo Norte de Minas e hoje a Companhia Vale do Rio Doce - CVRD tornou-se acionária majoritária com 99,9% das ações da FCA (FCA, 2007).

Os municípios exportadores do Norte de Minas que tem acesso à ferrovia são: Montes Claros, Pirapora, Várzea da Palma, Capitão Enéas, Bocaiúva e Janaúba. A FCA interliga a região aos portos de Vitória e Tubarão no Espírito Santo, Salvador e Aratu na Bahia, ao porto do Rio de Janeiro, de Angra dos Reis e na conexão com a MRS Logística liga aos portos de Sepetiba-RJ e Santos-SP.

Segundo Rodrigues (2003), o modal ferroviário é indicado para percorrer distâncias superiores a 500 km e para transportar grande quantidade de cargas. Mas na prática, Caixeta-Filho (2003) afirma que as distâncias percorridas para movimentação de cargas por ferrovias no Brasil em média são inferiores a 500 km. Esse modal seria ideal para transportar cargas do Norte de Minas destinadas às exportações porque a distância dos municípios da região aos portos é de aproximadamente 1000 km (ver tabela 3), distância favorável ao uso do transporte ferroviário. Percebe-se que na região a ferrovia é pouco utilizada para esse tipo de transporte destinado ao comércio exterior, apenas o grupo Companhia Tecidos Norte de Minas S/A - COTEMINAS S/A utiliza essa modalidade para transportar parte de sua produção.

Portanto, o Norte de Minas segue a política nacional de transporte voltada para as rodovias e utiliza muito pouco o transporte ferroviário, situação que mostra o mau aproveitamento do modal na região. Sendo assim, a baixa utilização da ferrovia no transporte de cargas destinadas às exportações também estaria relacionada à precariedade do sistema ferroviário norte-mineiro. A malha ferroviária regional é composta por bitola métrica (1 metro). De acordo com Furtado (2005), a malha ferroviária brasileira foi construída no início do século XX, e que as diferenças de largura entre bitolas métricas (largura de 1,0 metro) e bitolas largas (1,6 metro) dificultam a conexão do sistema ferroviário.

Ainda de acordo com a autora, a falta de investimentos na malha ferroviária e a ocupação irregular de áreas próximas à linha férrea, não respeitando a distância superior a 15 metros de cada lado da linha, acabam contribuindo para a baixa velocidade dos trens brasileiros que percorrem em média 25 km/hora. Esses mesmos problemas são aplicados ao sistema logístico ferroviário norte-mineiro. Fica evidente a falta de investimentos no transporte ferroviário, levando essa modalidade ao sucateamento e centrando cada vez mais o escoamento pelas rodovias.

Transporte Rodoviário

Na concepção de Rodrigues (2003), o transporte rodoviário é indicado para percorrer distâncias inferiores a 500 km. Observa-se que no Brasil, os “caminhões” percorrem distâncias superiores a 500 km. Segundo Caixeira-Filho (2003), as longas distâncias que separam áreas produtoras e os mercados consumidores diversos, a distância média percorrida por rodovias pode superar 1600 km, fator que mostra a prioridade dada ao modal rodoviário pelos projetos governamentais. Trazendo para uma discussão o comércio exterior regional percebe-se clara opção do modal rodoviário, mesmo observando que a distância que separa as cidades da região e as cidades portuárias são superiores a 500 km, exceto para municípios da microrregião de Salinas (Ninheira e São João do paraíso) que poderiam utilizar o porto de Ilhéus.

De forma genérica, o porto de Ilhéus está localizado mais próximo da região, mas não dispõe de infra-estrutura que suporte a movimentação de grandes volumes de cargas. Os portos de melhor infra-estrutura para exportação como Santos e Rio de Janeiro estão localizados a uma distância aproximada de 1000 km do Norte de Minas e escoam grande parte da produção regional. Outros portos que possuem uma boa infra-estrutura como Vitória, Angra dos Reis e Itaguaí/Sepeitiba também se encontram localizados numa distância aproximada de 1000 km da região (ver tabela 3). O que não justificaria a opção por esse modal.

Tabela 3
Distância Rodoviária entre as cidades do Norte de Minas e cidades Portuárias

CIDADES	Santos -SP	S. Sebastião-SP	Angra dos Reis - RJ	Itaguaí -RJ	Rio de Janeiro-RJ	Vitória-ES	Ilhéus-BA	Salvador -BA
Bocaiúva	1018	1011	914	829	793	897	788	1033
Capitão Enéas	1126	1119	1022	937	901	1005	746	991
Coração de Jesus	1193	1126	1029	944	908	1012	819	1064
Curral de Dentro	1337	1390	1187	1102	1066	896	473	718
Grão-Mogol	1197	1190	1093	1008	972	929	650	895
Janaúba	1194	1187	1090	1005	969	1073	814	1059
Manga	1349	1342	1245	1160	1124	1228	962	857
Montes Claros	1064	1057	960	875	839	943	740	985
Ninheira	1411	1404	1288	1203	1167	997	447	692
Pirapora	1005	998	901	816	780	884	911	1156
Salinas	1271	1264	1167	1082	1046	960	537	782
S. João do Paraíso	1374	1367	1399	1314	1278	1062	479	724
Taiobeiras	1036	1299	1202	1117	1081	995	572	817
V. G. do Rio Pardo	1389	1382	1285	1200	1164	1078	655	900
Várzea da Palma	958	951	854	769	733	837	950	1195

Fonte: Guia Quatro Rodas on-line, 2007. Org. PEREIRA, L. A. G., 2007.

Contrariamente ao exposto em relação ao não investimento na ferrovia na região, especialmente a partir de 1970, integrou a política de investimento no transporte rodoviário, decaindo posteriormente até chegar ao estágio atual.

A partir de 1920 os primeiros automóveis chegaram ao Norte de Minas e foram sendo construídas as primeiras estradas para que esses automóveis pudessem trafegar, fazendo a ligação de Montes Claros com outros municípios da região. Mas, a partir de 1970 iniciam as ações do programa de pavimentação de rodovias no Norte de Minas. Com a pavimentação da Br 135 interligando Montes Claros - Br 040 - Belo Horizonte e a Br 365 ligando Montes Claros - Pirapora - Br 040 - Triângulo Mineiro.

A inserção do Norte de Minas no plano de expansão do capital trouxe benefícios em termos de infra-estrutura para a região, especialmente, nas áreas que apresentavam um maior dinamismo econômico (OLIVEIRA et al, 2000). Ocorreu a pavimentação da Br 365 interligando Montes Claros - Pirapora -

Triângulo Mineiro; a Br 251 interligando Montes Claros - Salinas - Br 116; a Br 122 interligando Montes Claros - Br 251 - Janaúba - Estado da Bahia. Essas rodovias são responsáveis em interligar o Norte de Minas a outras regiões do Brasil. Para o comércio exterior norte-mineiro o eixo rodoviário tem o papel interligar os municípios da região aos eixos logísticos nacionais e, conseqüentemente, atingir os principais portos brasileiros.

A conexão rodoviária entre os municípios do Norte de Minas aos portos se dá através das rodovias pavimentadas Brs 135, 251, 365, 122 e 496 que cortam a região, mas três municípios exportadores Grão-Mogol, Vargem Grande do Rio Pardo e Ninheira utilizam estradas não pavimentadas para fazer ligação com a rede de rodovias pavimentadas da região. Saindo do Norte de Minas em direção ao Porto de Santos utiliza-se as rodovias citadas anteriormente, chegando a Br 040. A partir de Belo Horizonte circula-se pela a Br 381 e, em São Paulo, utilizam-se as rodovias estaduais SP 150, SP 160 para chegar ao porto de Santos. Para chegar aos portos cariocas são usadas as rodovias que passam pela região, a Br 040 até o porto do Rio de Janeiro. A partir daí, para chegar a Itaguaí e a Angra dos Reis a circulação é feita através da Br 101.

A microrregião de Salinas pode utilizar a Br 116. Para os portos do Espírito Santo são utilizadas as rodovias regionais, Br 040, 262, e no caso da microrregião de Salinas pode-se utilizar a Br 116. Para chegar aos portos da Bahia utilizam-se as rodovias regionais e a Br 116. Para chegar ao porto de Ilhéus é mais comum o uso das rodovias regionais, Br 116 e BA 263. (Ver mapa 03).

As deficiências no estado de conservação das rodovias acabam elevando os custos na cadeia logística dos transportes. De acordo com a pesquisa rodoviária da Confederação dos Transportes - CNT (2004-2006), grande parte das rodovias pavimentadas que fazem a interligação para os portos encontra-se em estado de conservação que varia de ruim a péssimo nos Estados da Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais, excetuando os trechos de rodovias “pedagiadas” que apresentam um estado de conservação que entra na classificação que varia de bom a ótima no Estado de São Paulo e o do Rio de Janeiro.

Deficiências na infra-estrutura da rede logística regional

As modalidades de transportes do Norte de Minas apresentam problemas relacionados a infra-estrutura logística. A CNT (2002) apontou os principais problemas que acabam prejudicando o transporte cargas e observou-se que na análise é corroborada pela situação também verificada no Norte de Minas. Dentre os fatores que afetam a eficiência do transporte de cargas a nível nacional e regional, destacam-se:

- desequilíbrio entre os meios de transportes com priorização do modal rodoviário, que resulta no baixo preço dos fretes rodoviários, nas poucas alternativas ao modal rodoviário e na criação de barreiras para a intermodalidade, culpa de uma política governamental que priorizou o modal rodoviário e gerou uma espécie de concorrência entre os modais de transportes.
- legislação e fiscalização inadequadas como a não regulamentação do transporte de cargas, fiscalizações ineficientes e burocracia nas legislações;
- deficiência em infra-estrutura de apoio como a falta de um banco de dados completo no setor de transportes, baixo investimento em tecnologia de informação e pouquíssimas alternativas de terminais intermodais.
- desgaste prematuro da infra-estrutura logística rodoviária, ferroviária, hidroviária, aeroviária e portuária, problema intensificado pela modalidade da transação entre produtores e transportadores, pois, o transportador ganha por tonelada transportada, o que incentiva o transporte de cargas com excesso de peso principalmente nas rodovias.
- insegurança nas Vias, como: elevação dos roubos de cargas e aumento nos números de acidentes de trânsito com vítimas fatais, devido a falta de manutenção nas rodovias e a precariedade na sinalização das mesmas.
- as perdas e os problemas ambientais: aumentam as perdas com transportes por caminhões, porque a frota é velha com uma média de idade

em torno de 17 anos, elevando o consumo de combustível, enquanto que nos países desenvolvidos essa média fica próximo a 5 anos de idade.

Eficiência nos meios de transportes: melhor aproveitamento da rede logística

O planejamento da rede logística eleva os potenciais regionais no processo de escoamento do sistema produtivo destinados ao mercado internacional. Segundo Alaby (2003), para o aumento nas exportações depende-se de melhorias na área de logística. De acordo com a CNT (2002), torna-se necessário levantar as possíveis soluções para que se chegue a eficiência na rede logística:

- adequação da legislação no qual o transporte de cargas seriam regidos por leis e/ou regulamentos, com revisão de leis antigas e implantação de novas leis;
- investimento na melhoria da fiscalização para evitar a evasão fiscal e desgaste na infra-estrutura em transporte;
- implantação de sistemas de pesagens nos postos fiscais para impedir que veículos transitem com excesso de pesos pelas rodovias;
- planejamento para melhorar a infra-estrutura em transportes com a construção e a conservação das rodovias, ferrovias, aeroportos, hidrovias, portos e portos secos;
- investimento na modernização dos sistemas de transportes com a adoção de novas tecnologias, disponibilização de bancos de dados referente aos sistemas de transportes e a criação e/ou reestruturação dos terminais logísticos para implantação do transporte multimodal;
- garantia de eficiência no sistema de transporte para o acompanhamento do crescimento econômico das exportações brasileiras;
- equilíbrio entre as modalidades de transportes para um aproveitamento melhor do sistema de transporte de cargas brasileiro;
- utilização dos recursos oriundos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE para os investimentos na infra-estrutura em transportes. A CIDE resulta na contribuição sobre a comercialização de produtos derivados do petróleo no mercado interno, estendendo-se aos derivados de petróleo importados. Pagam CIDE combustíveis: produtor, formulador e importador com a base de cálculo para gasolina e suas correntes que possam ser utilizadas na formulação do diesel soma um valor de R\$ 501,10 m³, no caso do diesel e as suas correntes utiliza-

das exclusivamente para formulação do diesel soma um valor de R\$ 157,80 m³ ... (LEI Nº 10.336/2001). Mas na verdade, esses recursos da CIDE não são aplicados nos setores de infra-estrutura viária, isso faz com que as instituições do setor de transporte cobrem do governo investimentos desse imposto no setor de infra-estrutura viária.

O planejamento e os investimentos nas matrizes de transportes brasileiras possibilitariam as melhorias no sistema logístico e, conseqüentemente, reduziria o “custo Brasil”. A redução dos custos logísticos possibilitaria a articulação e a integração da rede logística regional ao plano logístico nacional e internacional, podendo aumentar a competitividade dos produtos no mercado interno e externo e assim promover o desenvolvimento econômico e social na região.

Considerações Finais

Através deste estudo verificou-se que a infra-estrutura logística interferiu no desempenho da inserção da região Norte de Minas na rede de exportação. No período analisado, a região apresentou crescimento nos valores das exportações, acompanhando o crescimento em Minas Gerais e no Brasil, mas o percentual dos valores exportados na região é baixo se comparado às exportações de Minas e do Brasil. Um dos fatores que criam empecilhos para a exportação está relacionado aos estrangulamentos no sistema logístico de transporte regional uma vez que as deficiências da rede logística acabam elevando os custos com os fretes, resultando na perda de competitividade e na demora para fazer percursos das áreas produtoras até as consumidoras internacionais. A região apresenta um grande potencial para intensificar sua participação na rede de exportação, principalmente no setor de alimentos e bebidas, mas as deficiências na infra-estrutura logística de transportes apresentadas no sistema rodoviário e no ferroviário acabam “travando” o crescimento das exportações na região.

Referências

ALABY, Michel Abdo. **A importância da logística para o comércio exterior**. São Paulo: Guia de Logística, 2003. Disponível em <www.guiadelogistica.com.br> acesso: 30 abr. 2006.

CAIXETA-FILHO, José Vicente (org.). **Transporte e logística em sistemas agroindustriais**. São Paulo: Atlas, 2001.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTES – CNT. **Transporte de Cargas no Brasil: Ameaças e Oportunidades para o desenvolvimento do País**. Brasília: CNT, 2002. Disponível em <www.cnt.org.br/>. Acesso em: 14 ago. 2006.

_____. **Pesquisa Rodoviária (2004-2006)**. Brasília: CNT, 2006. Disponível em <www.cnt.org.br/>. Acesso: 25 jun. 2007.

Ferrovias Centro-Atlântica - FCA. **História**. Belo Horizonte: FCA, 2007. Disponível em <www.fcasa.com.br> acesso: 20 de jun. 2007.

FURTADO, Clarissa. **Infra-estrutura: uma corrida sobre os trilhos**. Revista IPEA nº 9. Brasília: IPEA, 2005.

Guia Quatro Rodas. **Guia rodoviário on-line**. São Paulo: Editora Abril, 2007. Disponível em <guia4rodas.abril.com.br> acesso: 10 jun. 2007.

GONÇALVES, Williams. **Relações internacionais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Estimativa da população brasileira por municípios**. Brasília, 2005. Disponível em: <www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 out. 2006.

KEEDI, Samir. **Transportes e Seguros no Comércio Exterior**. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

LESSA, Simone Narciso. **Trem de Ferro: Do Cosmopolitismo ao sertão**. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História, Universidade de Campinas, Campinas, 1993.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia internacional e comércio exterior**. São Paulo: Atlas, 2004.

MARINHA DO BRASIL. **Amazônia azul**. Brasília: Marinha do Brasil, 2007. Disponível em <www.mar.mil.br> acesso: 20 ago. 2007.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. **Mapas e informações**. Brasília: Ministério dos Transportes, 2006. Disponível em <www.transportes.gov.br> acesso 16 jun. 2007.

OLIVEIRA, Marcos Fabio Martins de et al. **Formação econômica e social do Norte de Minas**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000.

RATTI, Bruno. **Comércio internacional e câmbio**. São Paulo: Aduaneiras, 2004.

ROCHA, Paulo César Alves. **Logística & Aduana**. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

RODRIGUES, Paulo Roberto Ambrósio. **Introdução aos sistemas de transporte no Brasil e à logística internacional**. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

Secretaria de Comércio Exterior - SECEX. **Balança comercial brasileira por municípios.** Brasília: SECEX, 2004-2006. Disponível em <www.desenvolvimento.gov.br> acesso: 15 abr. 2007.

Secretaria da Receita Federal - SRF. **Portos secos.** Brasília: Receita Federal, 2007. Disponível em <www.receita.fazenda.gov.br> acesso: 20 abr. 2007.

TOVAR, Antônio Carlos de Andrada. FERREIRA, Gian Carlos Moreira. A infraestrutura portuária brasileira: o modelo atual e perspectivas para o seu desenvolvimento sustentado. Revista BNDS nº 25. Rio de Janeiro: BNDS, 2006. Disponível em <www.bnds.gov.br> acesso: 05 abr. 2007.

VIEIRA. Guilherme Bergmann Borges. **Transporte internacional de cargas.** São Paulo: Aduaneiras, 2002.

SOCIOTERRITORIALIDADE NO NORTE DE MINAS: LUGAR DE VIDA – TRADIÇÃO E MODERNIDADE

Ana Ivânia Alves Fonseca*
Ellen Vieira Santos**

Resumo: A política agrária que assistimos vem formulando propostas para amenizar conflitos de cunho agrário, sendo substituída por políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável, que foi responsável pela modernização e dinamização do campo, no qual, contornos territoriais foram criados e recriados pelo capital industrial e financeiro. Assim, a leitura do campo brasileiro e especificamente do Norte de Minas se referenciam no paradigma da modernização agrícola. Neste contexto, a concentração fundiária no Brasil possui raízes históricas, uma vez que, a formação e a ocupação do território ainda no período colonial foram realizadas pelas sesmarias. Inicialmente foi introduzida a monocultura da cana-de-açúcar e, posteriormente já na década de 1970, a monocultura de eucalipto, grãos, algodão, detentores de grandes extensões de terra, com alta produtividade destinada ao abastecimento do mercado externo. Dessa forma, pequenos produtores rurais, remanescentes de quilombos, índios, populações tradicionais foram e vêm sendo expropriados de suas terras em função da necessidade de apropriação de novas terras pelo capital hegemônico. Neste sentido, procurou-se neste artigo fazer algumas considerações acerca do processo de socioterritorialização vivenciada pelas populações tradicionais do Norte de Minas, enquanto lugar de vida, pertencimento e identidade. A metodologia utilizada baseia-se em referencial teórico, observação empírica, respaldada na Geografia Cultural.

Palavras Chave: Norte de Minas. Modernização agrícola. Populações tradicionais. Socioterritorialização.

Abstract: The agrarian policy that has seen formulating proposals to alleviate conflicts of agrarian stamp, being replaced by public policy, sustainable rural development, which was responsible for the modernization and promotion of the

* Professora do Departamento de Geociências Unimontes. Coordenadora do Curso de Geografia da Rede Soebras. Mestre pela UFU. Ana.fonseca@unimontes.br

**Graduada em Geografia pela Unimontes. Pós-Graduada em Sociologia e Política pela Unimontes. Professora da Rede Estadual de Ensino. ellentakli@yahoo.com.br.

field, in which, territorial contours were created and recreated by industrial capital and financial. Thus, the reading of the Brazilian and specifically North of Minas was in reference paradigm of agricultural modernization. In this context, the concentration land in Brazil has historical roots, since, training and occupation of the territory still in the colonial period were made by sesmarias. Initially was introduced a monoculture of sugar cane and subsequently cited in the 1970, the monoculture of eucalyptus, grains, cotton, holders of large tracts of land, with high productivity intended to supply the foreign market. Thus, small rural producers, remnants of quilombos, Indians, traditional populations have been and are being expropriated of their land according to the need of acquisition of new land by the hegemonic capital. In this sense, it is in this article make some considerations about the process of socioterritorialização traditional experienced by the people of Northern Minas, as place of life, belonging and identity. The methodology is based on reference theoretical, empirical observation, supported the Cultural Geography.

Keywords: North of Minas. Agricultural modernization. Traditional populations. Socioterritorialização.

1.1 O Norte de Minas no Contexto do Capital Mundializado

No Norte de Minas, como em todo o Brasil, vigora o modelo agro-exportador, como modelo econômico da sociedade, que se baseava na organização da produção agrícola típica de plantation, ou seja, fazendas com grandes extensões de terra, dedicadas à monocultura (café, soja, algodão, pecuária extensiva...). A respeito disso Feliciano (2006, p. 234) afirma que ocorreram “fortes rupturas territoriais e sócio-culturais no campo”. Os problemas começaram na adoção deste modelo e evoluíram até os dias atuais.

Silva (2000) comprova em seus apontamentos que o povo do lugar, constituído em sua maioria de famílias de camponeses, não foi levado em conta nesse processo de desenvolvimento econômico. O homem do campo passa a vivenciar fortemente a exploração sobre ele, seja através da expropriação de suas terras e apropriação de sua força de trabalho, seja através da apropriação de parte do que produz.

Segundo Gonçalves (2000), a concentração fundiária na região foi instituída ainda no período colonial. Depois vieram a industrialização agrícola, os incentivos governamentais sob a forma de isenção fiscal ou de concessão de terras públicas colocadas à disposição de empresários que abraçaram essa ideologia modernizadora. Sendo assim, a partir, da década de 1970, o fomento de incentivos fiscais para reflorestamentos juntamente com a expansão da fronteira agrícola e da pecuária extensiva vieram mudar a paisagem e a problemática fundiária no Norte de Minas, sendo que, a expropriação de povos e comunidades tradicionais provocou o que muitos autores chamam

de socioterritorialização. No entender de Dayrell (2000), quando o processo de “desenvolvimento” chega à região, as populações camponesas, indígenas, quilombolas que aí viviam secularmente são expropriadas de suas terras, ou seja, do seu instrumento de trabalho e subsistência. Com a chamada modernização agrícola foram privilegiadas as oligarquias tradicionais e os setores industriais e agro-industriais da sociedade.

Esse conjunto de transformações nas relações sociais e produtivas desencadeou no campo as lutas pela posse e uso da terra, fundamentadas na forte resistência dos camponeses que se viam encurralados pelos projetos agroindustriais que se expandem até a época atual.

A luta pela terra data do século XIX, com legislação que institui o mercado de terras no país, intensificado com a modernização do campo, por volta da década de 1960, modificando a paisagem regional e alterando profundamente a vida das populações rurais.

Neste sentido, como as grandes extensões de terra estavam direcionadas aos projetos de reflorestamentos (pinus e eucalipto), fruticultura irrigada e grandes projetos agropecuários, a região é inserida no contexto da internacionalização econômica, com grande produção de soja, algodão e fornecedora de matéria-prima, sobretudo de carvão para abastecimento das siderurgias mineiras; subordinando o camponês à monoproduções e padrões operativos.

O desenvolvimento contraditório e desigual do capitalismo, presente no avanço incansável do agronegócio na região, faz com que o capital crie e recrie as condições sócio-econômicas para sua reprodução, uma vez que, milhares de camponeses expropriados de suas terras, perdem seus instrumentos de trabalho, reprodução social, cultural, econômica. Na análise de Oliveira (2001, p. 47).

Assim é que com a expansão do capitalismo no Brasil, nas últimas décadas, o número desses conflitos tem aumentado, sendo expropriação num ponto do país, o posseiro vai surgir em outro para mais uma tentativa de reconquista da autonomia do trabalho.

Assiste-se atualmente um crescimento dos movimentos sociais em defesa da reforma agrária, mediante o acirramento da luta de classes concretizadas nas ações organizacionais dos trabalhadores rurais. Conforme Júnior (2006, p. 139), “o sentido contraditório do conflito ‘capital versus trabalho’ e de sua territorialização nas áreas de Cerrado, intensificado no processo já exposto de modernização da agricultura, pode ser apreendido na perspectiva das lutas sociais aqui travadas”.

Considerando a mesma lógica, Feitosa e Barbosa (2006, p.177) elucidam que

as ocupações de terras e os acampamentos conseqüentes tornaram-se a principal forma de ação dos movimentos de luta pela terra, ao lado das manifestações públicas tais como marchas e passeatas (...), promovendo a constituição de uma identidade política

Inúmeros conflitos são travados constantemente, em defesa não só de um pedaço de chão, mas também por uma vida de equidade e justiça para todos. Essa realidade agrária no Norte de Minas vem moldando novas formas de organização de produção e trabalho, que por sua vez, se materializam na luta cotidiana pela posse e uso da terra. Feitosa e Barbosa (apud Fernandes, 2006, p. 184), acrescentam que:

Os espaços de luta e resistência são materializados na ocupação de terra. A ocupação de terra é condição de territorialização. A luta conquistada é uma fração do território, onde os sem-terras se organizam para promover um novo grupo de família que irá realizar uma nova ocupação, conquistando outra fração do território. Assim, a luta se renova e se amplia, territorializando-se. Dessa forma, os sem-terras migram para todo o território nacional, plantando as raízes da luta e mirando a concentrada estrutura fundiária.

Percebe-se que as políticas públicas para o campo nunca estiveram voltadas para os interesses da grande maioria que são os povos e as comunidades tradicionais. É de fundamental importância abrir um parêntese em torno da mídia no que diz respeito aos conflitos agrários, que ao abordar a questão adota uma visão equívoca e hegemônica. Como avalia Oliveira (2001, p. 19)

... a empresa brasileira tem registrado as evidências e as marcas da violência presente nos conflitos social no campo brasileira. Notícias sobre assassinatos de posseiros, bóias-frias, líderes sindicais, agentes pastorais, padres e advogados têm sido comuns entre nós.

A questão dos conflitos repercutida na mídia quer apenas fazer com que predomine uma concepção preconceituosa, ausente de conhecimento e informação daquilo que realmente representa a causa das lutas e, sobretudo, o motivo de sua permanência. Foram e são milhares e milhares que morrem por um pedaço de terra, por justiça, por dignidade e os meios de comunicação acabam reportando um viés irreal da situação.

Feitosa e Barbosa (2006, p. 184) esclarecem que “a ocupação de terras desenvolve processos de espacialização e territorialização quando são criados e recriados. O capitalismo com o seu poder opressivo, busca a todo custo manter sob controle o espaço de acumulação, mesmo que a violência seja usada”.

Nesta perspectiva, a região norte-mineira é palco de novas formas e estratégias de luta pela posse e uso da terra. Esse quadro unido a vários outros representa a concretização de mais um passo a caminho da reforma agrária.

A partir da década de 1970, houve um aumento significativo de posseiros, uma vez que, a agricultura passou por diversas transformações, no qual, a figura dos grandes produtores-donos de imensos latifúndios se sobrepôs a figura de pequeno.

As relações de trabalho no campo se distribuem de forma desigual e contraditória, cuja história remonta ao período da escravidão até a atualidade, onde a existência do posseiro se faz pela própria acumulação capitalista que os aprisiona. Nesta questão Oliveira (1996, p. 37) é categórica ao afirmar que "(...) o aumento dos posseiros revela que uma parte do campesinato expropriado recusa a proletarização e procura abrir na posse da terra reconquistada o espaço para a continuidade do trabalho camponês familiar".

A reconcentração de terras tanto no Brasil, como no Norte de Minas, nasce e se reproduz no seio da própria produção camponesa. Oliveira (2001, p. 39), diz que "o camponês médio ou rico anexa através da compra, a terra de pequeno, que muitas vezes vai buscar uma área maior em outra região (...) ou que tenha sido vítima da proletarização, com conseqüente migração para as cidades." É por isso, que os conflitos pela terra ultrapassam o 'espaço do campo', tornando-se evidente a cada dia, que a luta pela terra só pode ser feita na cidade.

A conjuntura da reconcentração fundiária estabelecida é fator preponderante nas relações homem-terra, com agravamento da situação devido às desigualdades de desenvolvimento capitalista na região sobre o Cerrado e seus povos. Pode-se entender que a disputa pela terra é um retrato fiel do descontentamento dos pequenos produtores e trabalhadores rurais, refletido nos movimentos sociais, tornando-se urgente não só a conservação das áreas de remanescentes de Cerrado, como também do extraordinário patrimônio sócio-cultural desse bioma.

A região norte-mineira é tida também como território de transição geograficamente pertencente ao sudeste do Brasil e ao Polígono das Secas. Que para o planejamento estatal é considerada como Região Mineira do Nordeste (RMNE), onde os programas governamentais foram responsáveis pela riqueza de poucos e pobreza de muitos.

Embora venham desempenhando um importante papel na conservação dos recursos biológicos e dos conhecimentos tradicionais a eles associados, inclusive na manutenção da agrobiodiversidade, os povos e comunidades tradicionais tem vivido uma situação de agravamento das questões relacionadas às possibilidades de permanência em seus territórios.

Assim, percebem-se as estratégias de movimentos sociais em parceria com as comunidades tradicionais para reapropriar de seus territórios, elemento indispensável na reprodução de sua cultura, de sua identidade.

Para Gonçalves (2000), essa realidade é reflexo do vetor globalizado que funcionaliza os lugares, no qual, determinados recursos existentes na região norte-mineira foram selecionados, destacados, abstraídos de totalidade local/regional e funcionalizados por determinados vetores que operam de modo a ignorar essas totalidades que são os lugares de vida. Dentre esses recursos, não está somente o território, mas, o próprio homem do campo¹, seus valores, sua identidade, todo um saber ecológico do lugar, que é repassado por várias gerações, perpetuando uma racionalidade que se vê seriamente transformada por essa funcionalidade de lugares e pessoas.

Portanto, esse modelo de desenvolvimento implantado na região associado a política militar da época, consideraram essa áreas como “vazios”, embora manejadas e habitadas secularmente por populações camponesas e indígenas. A consequência dessa política desenvolvimentista provocou dentre outros fatores, a crescente descentralização de suas estratégias produtivas, ameaçando sensivelmente sua matriz sócio-cultural, tornando as invisíveis perante as instâncias do poder público.

No que diz respeito às características de seus processos produtivos, os mesmos são marcados pela economia de subsistência, onde a produção e determinada por questões singulares ligadas as necessidades *versus* possibilidades, destacando-se as dificuldades enfrentadas por esse grupos no campo econômico, sobretudo, no que se refere ao acesso ao crédito e ao reconhecimento de suas formas de organização social.

Desde o início dos anos 2000as comunidades vêm desenvolvendo propostas para retomada de seus territórios, onde já apresentaram ao governo do estado de Minas Gerais e ao Governo Federal um programa de Reconversão Agroextrativista das áreas de monocultura e eucalipto e a constituição de RESEX's – Reservas Extrativistas Geraizeiras. Estas comunidades encontram-se hoje articuladas com o MASTRO (Movimneto Articulado dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região do Alto do rio Pardo), FETAEMG (Federação dos Trabalhadores Rurais do estado de Minas Gerais), Rede Deserto Verde, Via Campesina, Rede Cerrado, ASA (Articulação do Semi-Árido) e ANA (Articulação Nacional de Agroecologia). (Trecho da carta da 3ª Conferência Geraizeira realizada na comunidade de Vereda Funda – Rio Pardo de Minas, no período de 31 de agosto a 02 de setembro de 2007).

Percebe-se desse modo que, a conjuntura a reconcentração fundiária estabelecida é fator preponderante nas relações homem-terra, com agravamento da situação devido às desigualdades do desenvolvimento capitalista. Pode-se inferir que a luta pelo território é um retrato fiel do descontenta-

¹ Refere-se aqui os camponeses, indígenas, quilombolas, geraizeiros, caatingueiros, seringueiros... Enfim, os que se auto-reconhecem enquanto povos tradicionais.

mento dos povos e comunidades tradicionais, refletido nos movimentos sociais na luta pelo patrimônio sócio-cultural.

1.2 POPULAÇÕES TRADICIONAIS E SOCIOTERRITORIALIDADE²

O Brasil é um dos países de maior diversidade cultural apresentando a existência de centenas de grupos e comunidades tradicionais que incluem, entre outros seringueiros, cablocos, ribeirinhos, caiçaras, quebradeiras de côco, quilombolas, povos indígenas, pantaneiros, campeiros, geraizeiros, caatingueiros e faxinais. Dentre as características que definem as comunidades tradicionais destacam-se: a ligação intensa com seus territórios, incluindo seu domínio cognitivo, com profundos conhecimentos sobre fatores climáticos, solos, unidades vegetacionais; a presença de instituições políticas próprias e tradicionais; a dependência de sistemas de produção voltados principalmente para a subsistência e para a manutenção da coesão social.

Mesmo sendo parte integral e formadora da sociedade brasileira, essas vêm, ao longo da história perdendo os territórios por elas ocupados e os direitos de acesso e uso de recursos naturais. O que resultou em êxodo rural e aumento da pobreza, agravados pela degradação ambiental de seus territórios remanescentes, refletindo diretamente na sua qualidade de vida. Como principal causa deste quadro pode-se citar a falta de reconhecimento da importância econômica, social e ambiental das atividades produtivas e culturais dessas comunidades, que têm sido historicamente excluídas das políticas públicas de promoção social e econômica consideradas “invisíveis”, “atrasadas”, ou mesmo como “obstáculo ao desenvolvimento e ao aumento da produção comercial”.

... terras tomadas, exploradas, euxaridas; culturas tradicionais que sempre viveram numa relação de sagrada reverência com o solo e foram desalojadas pelo individualista displicente pelo agressor capitalista. (Simon, 1945; p.23)

Tais populações constituem-se em sociedades diversas, tradicionais, específicas, que ainda mantêm seus processos produtivos com base no uso de insumos locais no aproveitamento das potencialidades e ecossistemas que as cercam; lutam pelo reconhecimento de seus direitos sócio-culturais, pela qualidade de vida e por uma forma de educação que atenda de fato suas especificidades e necessidades. A respeito disso, faz-se necessário:

... considerar o campo como espaço heterogêneo, destacando a diversidade econômica, em função do engajamento das famílias em atividades agrícolas e não-agrícolas (pluriatividade), a presença de fecun-

² Parte do texto foi extraído da fala do Professor João Batista de Almeida Costa, na sua participação no 1º Fórum de Agroecologia e Reforma Agrária do PRONERA/UNIMONTES.

dos movimentos sociais, a multiculturalidade, as demandas por educação básica e a dinâmica que se estabelece no campo a partir da convivência com os meios de comunicação e a cultura letrada. (Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, 2002; p.05-06).

Pode-se acrescentar, que neste sentido é instituída pelo decreto N°6.040, de 7 de Fevereiro de 2007, pelo então presidente da República Luiz Inácio da Silva a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, tendo como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia de seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

No Brasil, a idéia de que apenas os povos indígenas podiam ser considerados diferentes, começa a mudar com as lutas das populações tradicionais presentes secularmente não só no Norte de Minas, mas em todo o país. São povos e comunidades tradicionais, os veredeiros, vazanteiros, os geraizeiros, os caatingueiros, os seringueiros, os quilombolas, indígenas.

Sendo assim, os grupos étnicos são diferentes, mas não segundo o padrão que se conhece como normal. Como já foi dito, as diferenças estão nos seus sistemas de produção e nas suas manifestações de modo coletivo, o que contradiz a produção convencional, ou seja, a monocultura que se estabelece segundo o modelo capitalista, no qual, o dono da propriedade detém a propriedade da força de trabalho e dos meios de produção. Para esses meios funcionarem, a produção tem que gerar produtos que gerem riqueza, que é sempre concentrada na mão de uma minoria de pessoas. O princípio norteador do Capitalismo é a reprodução do mercado, enquanto que o princípio da população tradicional é a produção da humanidade das pessoas, da produção do homem, melhorar a vida da coletividade, a família é a unidade de produção, todos trabalham para que o sistema funcione.

Dessa forma, as populações tradicionais são policultoras, ocupando múltiplos espaços de acordo com seus conhecimentos sobre o terreno, exercendo múltiplas atividades: agricultura, pecuária, extrativismo. São detentoras de direitos diferentes dos direitos que comumente conhecemos que se baseiam no direito individual consolidado pelo modo de vida europeu. Elas lutam por seus direitos de reconhecimento como povos tradicionais, buscam a retomada de posse de seus territórios, uma vez que elas são detentoras de território (coletividade) e não de terras (individualidade). Nessa perspectiva, o território perpassa por marcas e significados dessa população. Outro ponto a observar, consiste na Convenção 169 criada pela ONU, no qual, as populações têm que ser tratadas diferenciadas e as ações dentro da comunidade tem que levar em conta os direitos coletivos.

Considerações Finais

Consideramos que a mundialização capitalista foi e ainda é responsável pela funcionalidade dos lugares e das pessoas, expropriando milhares de brasileiros do campo. Sendo assim, a região norte-mineira é marcada por suas especificidades, isso devido a forte resistência do norte-mineiro frente ao capital mundializado. Nesta perspectiva, o contexto agrário do Norte de Minas é revestido por novas formas e estratégias de luta pela reconquista do seu território, explicitando a concretização de mais um passo a caminho da reforma agrária. A partir disso, deve-se compreender a espacialização do capital e seus desdobramentos na região, sendo que as seqüelas são percebíveis em três vertentes patentes: maior empobrecimento do homem do campo, degradação ambiental, sócio-cultural e péssimas relações de trabalho, resultantes da acumulação capitalista patrocinada pelo Estado, que obteve todos os instrumentos necessários para a sua implantação, expansão e reprodução no campo brasileiro.

Portanto, pode-se inferir que a política agrícola que gere mais emprego no campo a partir da modernização da agricultura, como foi implantada pelas grandes empresas rurais atendem somente aos interesses agroindustriais e, jamais será capaz de solucionar os graves problemas vividos pelos povos e comunidades tradicionais, tampouco, os problemas ecológicos e sócio-econômicos, mascarados no discurso de desenvolvimento rural sustentado, que na prática, nada mais é que assegurar condições para auto-expansão e reprodução do capital de acumulação flexível.

Referências

DAYRELL, Carlos Alberto. Os Geraizeiros Descem a Serra ou a Agricultura de Quem Não Aparece nos Relatórios dos Agrobusiness. DAYRELL, Carlos Alberto. LUZ, Cláudia (Orgs). **Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade**. Montes Claros: CAA, 2000.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento Camponês Rebelde: A Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo:Contexto, 2006.

FEITOSA, Antônio Maurílio Alencar. BARBOSA, Rômulo Soares. Tendências e Desafios Regionais da Luta pela Posse da Terra e da Reforma Agrária no Brasil. FEITOSA, Antônio Maurílio Alencar. ZUBA, Janete Aparecida Gomes, JÚNIOR, João Cléps. **Debaixo da Lona**. Goiânia: Editora Goiás da UCG, 2006.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. As Minas e os Gerais: Breve Ensaio Sobre o Desenvolvimento e Sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas. DAYRELL, Carlos Alberto. LUZ, Cláudia (Orgs). **Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade**. Montes Claros: CAA, 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO: **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do Campo**, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Juciara Mendonça. **O Processo de Industrialização no Brasil nas Décadas 60-70 e seus Efeitos sobre a Agricultura**. Monografia apresentada à Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, 1996.

SHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**: tradução Hildergard Feist.- SÃO Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. Desenvolvimento e Sustentabilidade nos Cerrados: O Caso do Sertão Norte-Mineiro. DAYRELL, Carlos Alberto. LUZ, Cláudia (Orgs). **Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade**. Montes Claros: CAA, 2000.

ENTRE VIVÊNCIAS E TRADIÇÕES NA BARRA DO PACUÍ: O COTIDIANO E A CONSTRUÇÃO DO SABER LOCAL EM UMA COMUNIDADE RURAL RIBEIRINHA DO NORTE DE MINAS

Maria das Graças Campolina Cunha*
Camilo Antônio Silva Lopes**

Resumo: Este artigo toma como lócus de análise a comunidade rural negra Barra do Pacuí, pertencente ao município de Ibiaí-MG, localizada no espaço compreendido como sertão nortemineiro. Objetiva compreender o processo de territorialidade em seu envoltório, o saber local instituído pelas práticas de trabalho e a paisagem cultural refletida nos espaços de organização e manifestação da vida na comunidade. A comunidade é caracterizada como comunidade tradicional rural, pois apresenta nas suas interfaces uma relação de simbiose entre a população local e o meio ambiente em que estão inseridos. A mesma organiza-se socialmente através das relações de parentesco, compadrio, amizades e vizinhanças, possibilitando ao grupo se organizar enquanto coletividade para garantir a sua reprodução social, cultural e material. Existe, ainda, na comunidade, rituais que, quando praticados pelos moradores, fortalecem os vínculos de pertencimento dessa comunidade tradicional ribeirinha.

Palavras-chave: Comunidades tradicionais. Territorialidade. Organização social. Cultura.

Abstract: This article takes as analysis of lócus the black rural community of *Barra de Pacuí* which is located in the municipal district of Ibiaí-MG, located in the space known as *sertão nortemineiro* and it aims understanding the process territoriality in its wrapping, the local knowledge instituted by the work's practices and the cultural landscape reflected in the organization of spaces and manifestation of the life in the community. This territoriality is also characterized as rural traditional community, because it presents in its interfaces a symbiosis relationship between the local population and the environment in that are

* Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia e professora do Departamento de Geo-Ciências da Universidade Estadual de Montes Claros. E-mail: gracapira@yahoo.com.br.

**Mestrando em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros. E-mail: camilosantarosa@yahoo.com.br.

inserted. It is organized socially through the relationship, camaraderie, friendships and neighborhoods, facilitating to the people their organization while collectivity for obtaining social, cultural and material reproduction. In the community exists, rituals which have been practiced by the inhabitants, they strengthen the entails of belonging of that riverine traditional community.

Key-words: Traditional communities. Territoriality. Social organization. Culture.

O processo de territorialização da comunidade

Este texto incide sobre uma comunidade rural negra localizada às margens dos rios Pacuí e São Francisco no norte de Minas Gerais denominada Barra do Pacuí¹. Essa comunidade pertence ao município de Ibiaí, distante aproximadamente quinze quilômetros do município sede. O interessado em conhecê-la deverá chegar à cidade de Ibiaí e a partir daí percorrer por uma estrada vicinal de areia que em certos momentos margeia o rio São Francisco até a localidade descrita. A mesma nas suas interfaces apresenta uma população de 280 habitantes (IBGE, 2000) distribuídos em 51 famílias e 50 residências.

O termo Barra indica banco ou coroas de detritos carregados pelos cursos d'água e depositados na foz dos rios (GUERRA, 2001, p. 82); o termo Pacuí deriva do tronco lingüístico tupi-guarani e informa uma espécie de peixe. Barra do Pacuí encontra-se às margens do rio Pacuí, em sua foz, onde se encontra com o rio São Francisco. O pacuí - como também o curimatã, o surubim, o dourado, a traíra, o matrighã - serve de alimento para as comunidades ribeirinhas.

O processo de ocupação do território remete à década de 1930, período em que no norte de Minas iniciavam-se os cercamentos das propriedades por pessoas que, ou compraram ou invadiram as terras pertencentes ao Estado. A memória coletiva local informa que a comunidade se originou a partir da chegada de cinco homens negros que chegaram ao local e estabeleceram moradia, iniciando dessa forma o cultivo da terra e a prática da pesca artesanal, garantindo a sua reprodução. A memória local informa, ainda, que, somente após algum tempo é que as mulheres chegaram à região, possibilitando os casamentos e conseqüentemente a reprodução social da pequena população que ali se instalava.

¹ Um estudo mais aprofundado sobre esta e outras comunidades rurais ribeirinhas existentes no norte de Minas está sendo efetuado pelos autores e demais pesquisadores integrantes do grupo de pesquisa "OPARÁ: Tradição, Identidade, Territorialidade e Mudança entre Populações Rurais e Ribeirinhas no Sertão Roseano", vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da UNIMONTES, com financiamento da FAPEMIG.

Paul E. Little (2004) afirma que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. A territorialidade é compreendida pelo antropólogo como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico. Portanto, compreende-se que as estratégias para garantirem a reprodução material e social de um grupo familiar ou de uma coletividade se constituem como estratégia de territorialidade.

Assim, ao analisar os processos de territorialização desse grupo local vêm à tona processos sociais vividos, tendo como dinâmica estruturante a ligação com o lugar em que habitam, pois nele se encontram os lugares e as coisas consideradas sagradas pelos moradores. Para se considerar os processos de territorialização há que considerar a transformação de um espaço da natureza em um espaço social onde são incorporados significados pela população que por meio do trabalho culturaliza a natureza. Em Barra do Pacuí, a constituição da área como espaço social, ou melhor, como um território da população que aí vive ocorreu em meados do século XX, quando alguns ancestrais das atuais famílias instituíram o *mundus*, lugar de instituição de uma ordem social vinculado a um determinado território e processaram a territorialização da área.

Importante salientar que os estudos sobre comunidades e/ou populações tradicionais são denominados no mundo acadêmico como populações ou sociedades tradicionais. Neste caso, consideramos a comunidade rural de Barra do Pacuí como uma população tradicional, pois a mesma apresenta características no seu interior que apontam para este modo de organização.

Nos estudos sobre populações tradicionais, Diegues (2004) informa que historicamente as mesmas mantêm uma simbiose com o ambiente onde estão inseridas, utilizando desta forma, os recursos naturais para garantirem a sua reprodução sociocultural bem como a comercialização dos produtos excedentes oriundos da agricultura e da criação de pequenos animais.

Comunidades tradicionais estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela, produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso de recursos naturais renováveis. Uma característica importante desse modo de produção mercantil (*petty mode of production*) é o conhecimento que os produtores têm dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares, etc. Esse “Know-How” tradicional, passado de geração em geração, é um instrumento importante para a conservação. Como essas populações em geral não tem outra fonte de renda, o uso sustentado de recursos naturais é de fundamental importância. Seus padrões de consumo, baixa densidade

populacional e limitado desenvolvimento tecnológico faz com que a sua interferência no meio ambiente seja pequena (DIEGUES, 2004, p. 87)

Essa população local desenvolve uma relação de interdependência com a natureza, utilizando técnicas e manejos de baixo impacto ambiental. As famílias desenvolvem pequenos cultivos articulando diversas áreas, sendo que algumas são colocadas em descanso e no rodízio entre as áreas onde vão desenvolvendo uma agricultura policultora. A convivência dessa população com a natureza evidencia que a mesma é guardadora da biodiversidade e de saberes tradicionais locais.

Estudos realizados no norte de Minas demonstram que onde vivem populações tradicionais tem sido o lugar da preservação da biodiversidade regional, por necessidade e estratégia de sobrevivência, tendo como princípio estruturante a diversificação para a reprodução física e social².

Organização social

Para estudar o processo social de modo concreto em uma pequena comunidade, é necessário analisar os elementos que compõem a organização social da mesma. O Antropólogo Raymond Firth (1974) ao realizar estudos sobre pequenos grupamentos humanos afirma que no interior de uma comunidade existem quatro componentes essenciais para a sua existência social. Este autor evidencia que num grupo local existe a sua composição social, os controles sociais, os meios sociais e os padrões sociais.

Dessa forma, ao estudar a vida social da comunidade Barra do Pacuí e alicerçado nos estudos de Firth (1974), torna-se necessário analisar esses componentes sociais. A composição social do grupo local inclui a sua estrutura social no sentido restrito do termo. Compreendendo não apenas grupos incorporados e baseados no sexo, na idade e no parentesco, mas também associações de pessoas para objetivos comuns como o trabalho ou lazer. Além disso, existe a divisão das pessoas no grupo local por sua ocupação, a graduação hierárquica, a ritual, além da organização das pessoas por seu papel social e status social. Dessa forma, a composição social na comunidade constitui-se no conjunto dos papéis sociais que cada membro desempenha dentro do grupo local.

A vida em grupo local envolve os seus membros num sistema de crenças nas quais as atividades podem ser guiadas ou controladas. Esses controles sociais do espaço incluem o sistema geral de conhecimento técnico e empírico com o qual as pessoas manipulam grande parte dos recursos naturais utilizados na reprodução material e social da coletividade, além de regular o

² Neste sentido ver (Dayrell, 1998 e 2000), Luz de Oliveira (2003), Costa (2005).

comportamento social e religioso. Esses controles sociais constituem fatores reguladores da vida do grupo local.

Na comunidade Barra do Pacuí, os meios sociais tornam-se garantidores de laços com o passado. Podemos tomar como exemplo a linguagem do grupo local, além dos meios materiais – as ferramentas utilizadas e o transporte – que cristalizam os esforços e são objetos de relações de propriedade e também de atitudes emocionais. Para Firth (1974), os vínculos entre os membros, a linguagem e os bens materiais em um grupo local fornecem um aparato através do qual as relações sociais são atualizadas. Por último, os padrões sociais que representam os sistemas de valores em sua expressão. O valor pode ser compreendido como a qualidade da preferência atribuída a um objeto em virtude de sua relação com os meios e os fins.

A organização sociocultural de uma comunidade também é edificada pela conjugação de dois contextos simultâneos. O primeiro é exógeno, material e partilhado por outros grupos delimitados dentro de uma mesma fronteira, relacionando-se às noções de etnia, miscigenação e religião. A conjugação das diferenças define os contornos e as bases da cultura estabelecida.

O segundo contexto é endógeno, relacionado aos processos históricos de sua construção, aos modos de vida estabelecidos, aos fatos singulares e geradores – naturais e sociais – que ocorreram no local. Esse contexto traduz um conjunto de saberes locais, constituindo características singulares no espaço em que se solidifica, suscitado pela necessidade intrínseca ao homem da construção da identidade e do sentimento de pertencimento, configurando uma gramática sócio-cultural com suas normas, regras, formas, preceitos e valores diferenciados dos demais, tornando-a única no processo de produção da sua cultura.

Compreendemos a cultura na perspectiva de Geertz (1989, p. 15), onde ele informa que “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu. Assim, assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise (...)”. Para o autor o conceito de cultura pode ser também definido como

sistemas entrelaçados de signos interpretáveis (o que eu chamaria símbolos, ignorando as utilizações provinciais), a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade. (GEERTZ, 1989: p.24).

O autor corrobora que a construção do conhecimento, bem como as manifestações culturais se diferenciam nos locais em que ocorrem, distinguindo-se das demais. Apesar de apresentar aspectos comuns e características sociais que as une em conjuntos denominados étnico, nação, região, terri-

tório, o conhecimento se realiza e se manifesta em seu cotidiano localmente, ou seja, opera também em escala macro, distinguindo-se, mesmo que em pequenos gestos, ações e fazeres cotidianos organicamente comuns, das outras culturas próximas, especificidades entendidas como: “saber local”. “(...) remexendo na maquinaria de idéias passadas, as formas do saber são sempre locais, inseparáveis de seus instrumentos e de seus invólucros” (Ibidem, p. 11).

O sertão e as gentes do lugar

Impossível pensar essa comunidade ribeirinha sem nos remetermos à idéia de sertão. Compreender o sertão não é um exercício fácil³, pois os significantes e os significados do signo sertão são dependentes do lugar em que o enunciante está localizado, isto é, o espaço que ele ocupa ao se posicionar sobre o signo.

Neste sentido, Amado (1995), afirma que, para os portugueses, o Brasil todo era um grande sertão; para o habitante do Rio de Janeiro no século XVI, ele começaria logo além dos limites da cidade, no obscuro e desconhecido espaço dos indígenas; para o bandeirante paulista do século XVII ou XVIII, o sertão era os atuais estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, interiores perigosos, mas dourados, fonte de mortandade e riquezas. Essa autora informa, ainda, que sertão representava liberdade e esperança: liberdade em relação a uma sociedade que os oprimia, esperança de uma vida melhor e mais feliz. Desde o início da História do Brasil, o sertão sempre configurou uma perspectiva dual, contendo em seu interior uma virtualidade, a da inversão. Inferno ou paraíso, tudo dependeria do lugar de onde se estava falando.

Se anteriormente foi dito que o significado de sertão depende de onde o enunciante se encontra, no nosso caso, falamos do sertão de dentro do sertão. Dessa forma, inicialmente, a nossa abordagem sobre essa temática visa o espaço situado no estado de Minas Gerais e compreendido como sertão nortemineiro, espaço de transição ecogeográfica e social que compreende nas suas interfaces a articulação de vários biomas que constituem a paisagem sertaneja nortemineira, como a caatinga, o cerrado, faixas de mata atlântica, veredas e chapadas, e de várias culturas e projetos civilizatórios (COSTA, 2005).

Localizada no espaço compreendido como sertão nortemineiro, a comunidade Barra do Pacuí apresenta na sua vivência social elementos culturais próprios dessa região, ou seja, apresenta uma cultura diferenciada na qual é

³ Neste sentido ver Lopes (2006).

denominada de cultura sertaneja, interpretada por Costa (1997, p. 82) como o

resultado do caldeamento de modos de comportamento, relações, saberes e fazeres de etnias diferenciadas que se colocaram em contato no território nortemineiro bem como as transformações verificadas, com o passar do tempo, em função das articulações das populações existentes com homens de outras regiões.

Nessa perspectiva,

a organização social sertaneja que se estabeleceu a partir de lógicas diferenciadas, normatizou a vida considerando as regras consuetudinárias. Apoiadas no personalismo e na emotividade, homogeneizaram comportamentos que propiciaram a integração social tendo em vista vínculos de parentesco, vizinhança e compadrio, possibilitando a disseminação da solidariedade (COSTA, 1997, p. 93).

Na comunidade em destaque, assim como em muitas outras comunidades do norte de Minas, a articulação entre as famílias bem como a organização social através de parentesco, compadrio, amizade e vizinhança fortalecem os vínculos de pertencimento ao local.

O sentimento de pertencimento e a construção da memória coletiva perpassam pela percepção da paisagem. A interpretação desses espaços permite a compreensão dos códigos que constituem as bases locais da cultura e possibilita analisar as formas como criam, recriam e vivem suas vidas cotidianas.

A paisagem considerada como um espaço percebido (Collot, 1990), permeia e coloca em relação as esferas da sensação (uma vez que se constitui pela percepção visual), da experiência, que irá influenciar nas opções pelo que se enxerga quando se olha e vive um espaço, e a esfera afetiva, processando e decodificando psicologicamente as possibilidades de apreensão da sensação e da experiência. Essa abordagem conceitual permite entender o espaço como construção da cultura de um grupo, sem, no entanto, deixar de considerar a relevância das experiências individuais, do olhar da pessoa⁴.

Os símbolos inscritos na paisagem e as formas que são distribuídos, bem como as redes de interação são fechos que desvelam a relação da população com o meio. Assim, as populações ribeirinhas do sertão nortemineiro na sua trajetória de vida articulam modos de vida diferenciados que asseguram a sua reprodução social, material e cultural.

⁴ RIEPER, Ana. Cotidiano e Paisagem: Uma abordagem cultural. Disponível em <http://www.canoadetolda.org.br/memoriasbsf>. acessado em 08/03/2007.

As divisões práticas e simbólicas das paisagens: os espaços percebidos

Bonnemaison (1981)⁵ afirma que “O espaço assume uma dimensão simbólica e cultural onde se enraízam seus valores e através do qual se firma a sua identidade”. Contemplar os espaços construídos - elaboração e organização - nos permite uma reflexão sobre porque estão distribuídos desta forma e não daquela, quais os significados dos símbolos impressos nesses espaços. Quando analisamos espaços urbanos eles são definidos por sua forma, função e estrutura: áreas de indústrias, centros financeiros, de comércio ou habitação, e as contradições existentes entre centro-periferia são algumas das questões que os pesquisadores se propõem.

Para estudar as representações sociais nestes espaços e os processos de acomodação, acedência ou resistência frente à homogeneização das práticas urbanas, a fragmentação dos espaços é uma prática necessária. Estudamos as representações sociais em um bairro, uma rua, uma tribo urbana, um movimento de resistência ou uma etnia, delimitadas por uma fronteira simbólica e identitária, que lhes permite construir identidades e sentimentos de pertença⁶. A construção da memória coletiva nestes espaços é elaborada num contexto dinâmico e permanente - ou às vezes fluido e efêmero.

Contrariamente, quando nosso olhar se volta para espaços de funções e formas múltiplas, a continuidade e a imbricação destes espaços constroem uma paisagem difusa e seus símbolos estão inseridos neste contexto.

Sem a dinâmica organizacional e utilitária planejada pelo poder público e pelo mercado, e geralmente constituído por grupos humanos que partilham traços culturais comuns, o conjunto reflete a forma como a sociedade se organiza e se reproduz. Esta é uma das características dos espaços rurais, das comunidades e dos pequenos povoados tradicionais que vivem e praticam atividades não-capitalistas.

A arquitetura das casas revela a simplicidade das famílias, apresentando a maioria das construções em alvenaria, sem pintura ou reboco, parte delas ainda são construções em adobe - mistura de barro com capim. As mesmas não são delimitadas por nenhum tipo de muro ou cerca, cabendo a cada

⁵ In: Rosendahl (2003, p. 194). Na discussão proposta neste texto, nossa escolha recai sobre categoria “espaço” acordando com o sentido dado pelo autor referenciado por Rosendahl ao discorrer sobre a construção da territorialidade, o território considerado como um “geossímbolo”, que encarna a relação simbólica entre cultura e espaço.

⁶ Podemos citar como exemplo os antigos espaços urbanos não reterritorializados pelas atividades de mercado, ou, se o foram, conseguiram adaptá-los no contexto em que vivem caracterizando um processo endógeno que não chega a romper o modo de vida pré-existente. São enclaves que, apesar de estarem inseridos num contexto metropolitano (considerado amnésico por Fani, 2005) possuem uma memória coletiva.

morador saber onde começa e termina o seu espaço. Os limites são demarcados pelo processo de uso: os quintais de terra são utilizados para as atividades domésticas, os varais, os tanques de lavar roupas, as plantas que pertencem a um servem de limite ao quintal do outro. O mesmo processo ocorre nas lavouras que se estendem desde o entorno das construções até as margens dos rios. Porém, os espaços de trabalho são delimitados pela função que cada um ocupa, homens e mulheres exercem papéis pré-estabelecidos e dividem, cada um, espaços de trabalho diferentes e complementares para a vida familiar.

A divisão social do trabalho na comunidade

O espaço de trabalho feminino é delimitado às circunferências de suas residências. Compete à mulher cuidar da criação de pequenos animais domésticos, do cultivo de hortas e das árvores frutíferas, além do cuidado com a casa e com os filhos; ou seja, a ela cabe assegurar alimento e o cuidado do núcleo familiar por meio das atividades domésticas cotidianas.

Em oposição ao trabalho feminino, encontra-se o espaço de trabalho masculino. Diferente daquele, limitado à circunferência das habitações, o espaço de trabalho masculino é bastante extenso, cabendo aos homens o preparo da terra, seu cultivo, a colheita, bem como a prática da pesca artesanal.

Sem delimitação física que as separaram, as roças são delimitadas pelos diversos tipos de plantio. Onde acaba a plantação de feijão de um morador começa a plantação de milho de outro. A falta de cercas tanto nos espaços que circundam as moradias como nos espaços em que praticam suas atividades reflete uma característica da organização social local, a confiança.

Esta divisão de espaços tem suas fronteiras rompidas em algumas épocas do ano, pois no trabalho da terra cabe às mulheres fazerem a semeadura. Num rito local, no período de plantio, elas saem de casa por volta das cinco horas da manhã e vão ao campo efetuar o plantio, retornando às suas casas por volta das sete horas para iniciarem os afazeres domésticos. Segundo informação dos moradores, devido à característica fecundadora da mulher, o plantio realizado pelas mesmas é sinônimo de boa colheita.

Sistema e beneficiamento da produção local

O espaço utilizado para estruturação do sistema de produção na comunidade articula as terras que servem para o cultivo agrícola, estando as mesmas localizadas principalmente nas áreas férteis às margens dos rios São Francisco e Pacuí e também nas ilhas formadas sobre o leito do rio São Francisco, favorecendo o plantio em diferentes espaços, demonstrando desta forma o seu conhecimento do solo e das possibilidades de usufruir suas

potencialidades em favor de si mesmo. Nessas terras os membros da comunidade costumam plantar a roça em sistema de consórcio, aproveitando o mesmo espaço para cultivarem duas ou mais variedades diferentes de alimentos como o milho e o feijão que são plantados juntos, o milho, a fava e o amendoim etc. Cultivam diferentes alimentos como feijão, milho, amendoim, mandioca, abóbora, quiabo, feijão andu e fava.

As hortas familiares são também fontes para complemento da alimentação local bem como fornecedora de ervas medicinais que são utilizadas no tratamento de doenças, principalmente nas crianças do lugar.

Ao realizar a colheita dos produtos plantados na roça, os moradores utilizam muitas vezes o sistema de ajuda comunitária, pois vários membros desse grupo local se dispõem a ajudar quem tem mais urgência em colher os seus produtos, não permitindo assim a perda da produção, influenciada pelo clima ou pela ação de animais e aves, principalmente periquitos e maritacas que atacam especialmente as plantações de milho. Com esse processo, reforça-se automaticamente o vínculo comunitário dos moradores, propiciando um aumento significativo da coesão social entre os membros.

A pesca realizada no rio São Francisco tem como objetivo principal o sustento familiar, sendo o excedente comercializado na cidade de Ibiaí, ponto de referência e também local de compra de outros produtos que não são encontrados na comunidade.

Manifestações culturais existentes na comunidade

Próximo ao rio São Francisco encontra-se o antigo cemitério, localizado numa porção mais alta, no meio de inúmeras árvores onde os ancestrais estão sepultados propiciando, desta maneira, atestando a territorialidade local. Existe na comunidade o ritual da chuva que é realizado quando esta demora a chegar no tempo de plantio. As mães entregam às crianças latas com água para carregarem ajoelhados por um longo percurso e regarem as covas, num pedido simbólico de intervenção dos seus antepassados junto a alguma entidade para que faça chover e eles possam semear.

Na comunidade, o mês de outubro é dedicado à santa padroeira, época em que é realizada uma festa em homenagem a Nossa Senhora Aparecida. Durante o período de festa, a comunidade se transforma para receber visitantes e também os moradores ausentes que migraram para outros lugares em busca de condições melhores de vida. Este é um momento onde os moradores reformam suas casas e também preparam comidas especiais para servirem aos visitantes.

Estudando uma festa em uma comunidade rural nortemineira, Lopes (2006) informa que as festas em comunidades rurais além de propiciar diversão e

alegria para os moradores, constitui-se em um momento extraordinário na vida cotidiana dessas comunidades. Este é o momento onde os moradores ausentes retornam à comunidade para reafirmarem os seus vínculos de pertencimento ao lugar, bem como o momento de se estabelecer novos laços de amizade e solidariedade.

Na comunidade, os festejos são celebrados com missas solenes na igreja local, procissões e festa familiares. É um momento de êxtase para a comunidade, onde o trabalho é suspenso temporariamente culminando com a entrega total dos moradores aos festejos.

A festa de São Gonçalo também é uma outra manifestação local, porém, sua realização independe de data pré-estabelecida, uma vez que a mesma ocorre para o pagamento de promessa quando esta foi alcançada, em qualquer época do ano⁷.

Em seus estudos sobre o catolicismo popular no Brasil, Pereira de Queiroz (1976) informa que práticas religiosas como a Dança de São Gonçalo eram realizadas nas igrejas de Salvador e de Recife, mas com a transmigração da família real portuguesa em 1808, a modernização urbana decorrente de sua instalação no Rio de Janeiro impeliu pela primeira vez a civilização rústica⁸ para o interior. O processo de modernização, progredindo cada vez mais, foi aos poucos expulsando das cidades maiores, em seguida das pequenas capitais provincianas, para finalmente se refugiar nos vilarejos e povoados.

A prática da dança de São Gonçalo na Barra do Pacuí reafirma a colocação da autora acima citada, pois a comunidade apresenta uma pequena densidade populacional e encontra-se localizada a grande distância dos grandes centros urbanos.

Pereira de Queiroz (1976) informa, ainda, que a dança de São Gonçalo é um antigo rito religioso português e que a mesma fora proibida pela igreja Católica durante o século XVIII em Portugal, porém, ela persistiu no Brasil e continua até hoje mesmo em regiões rurais consideradas modernizadas.

⁷ Tradicionalmente, a dança de São Gonçalo é apresentada em qualquer época do ano, bastando que um morador tenha prometido a dança ao santo em troca de algum pedido. Assim que a graça é alcançada, ele comunica aos vizinhos que se encarregam de organizar a dança. Na Barra do Pacuí, a dança é efetuada por um número indefinido de pares de mulheres. Apenas três homens participam: o Capitão e dois contra-guias que dão as coordenadas. Ao todo na comunidade são vinte e quatro rodas, todas com movimentos e cantigas específicas, repetindo sempre o mesmo passo. (THÉ, 2006: p. 9).

⁸ De acordo com PEREIRA DE QUEIROZ (1976, p. 78) "A civilização rústica que hoje encontramos no interior do país é o prolongamento da antiga civilização brasileira cujo nascimento teve lugar no início da colonização portuguesa."

Considerações

A comunidade rural ribeirinha de Barra do Pacuí possui conhecimentos produzidos no local onde ela se insere - técnicas do fazer e práticas do agir - em suas formas de interpretar e conviver com o ambiente adquirido no cotidiano de trabalho e reprodução social da vida, conjunto do *saber local*. Constituiu-se como um corpo coletivo tendo sua lógica voltada para a reprodução familiar e social pelo trabalho na terra, bem como para os processos de territorialidade vividos por este grupamento humano. Organizam-se em sistemas de parentescos, de compadrio e também por relações de amizades. Além disso, compreendem o trabalho da terra como sendo uma continuidade dos desejos dos ancestrais que inicialmente fundaram a coletividade.

Em suma, a comunidade tradicional de Barra do Pacuí vive, se reproduz e se relaciona com o mundo tendo a coletividade organizada e estruturada como uma comunidade a partir da qual instituem suas relações internas e externas, dando suporte à reprodução de cada família e do grupo como um todo.

Referências

- CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni (orgs). *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- COSTA, João Batista de Almeida. *Cultura Sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas*. In: SANTOS, Gilmar Ribeiro dos. (Org) *Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas*. Montes Claros: Best, 1997.
- _____. *Cultura, natureza e populações tradicionais: o Norte de Minas como síntese da nação brasileira*. In: *Revista Verde Grande vol. 1 - nº 3, Montes Claros: 2005*.
- _____. *A reescrita da história, a valorização do negro e a atualização das relações ancestrais no norte de minas*. In: *Revista Verde Grande vol. 1 nº 2, 2005*.
- DAYRELL, Carlos Alberto. *Geraizeiros y Biodiversidad en el Norte de Minas Gerais: La contribución de la agroecología y de la etnoecología en los estudios de los agroecosistemas*. Huelva: 1998. Dissertação de Mestrado.
- DIEGUES, Antônio Carlos. *O Mito Moderno da natureza Intocada*. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- FIRTH, Raymond. *Elementos de organização Social*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1974.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 1989.
- GUERRA, Antônio Teixeira. *Novo Dicionário Geólo-Geomorfológico*. 2ª ed. Rio

de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 22 mar. 2007.

LITTLE, Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da territorialidade. In: *Anuário Antropológico 2002/2003*. Rio de Janeiro: 2004.

LOPES, Camilo Antônio Silva. *A Festa de Santa Rosa de Lima: Territorialidades, Religiosidade, Clivagens Sociais e Coesão Social no Simbolismo Ritual*. Montes Claros: Unimontes/DPCS, 2006. Monografia de Graduação.

LUZ DE OLIVEIRA, Cláudia. *Os vazanteiros do Rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade Norte de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado, 2005.

PEREIRA DE QUIEROZ, Maria Isaura. O catolicismo Rústico no Brasil. In: *O Campesinato brasileiro*. Ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1976.

THÉ, Tatiana Glinfskoi. *Barra do Pacuí: entre o rural e o urbano*. 2006. (Monografia de Graduação) Universidade de São Paulo.

PERSPECTIVAS DE FUTURO DOS JOVENS DO PROJETO JAÍBA NO NORTE DE MINAS GERAIS

Alex Douglas Martins Demier*
Rômulo Soares Barbosa**

RESUMO: Este trabalho apresenta um estudo sobre as perspectivas de futuro dos jovens do Projeto Jaíba, localizado no município de Mocambinho – MG. Procurou-se analisar os aspectos relevantes da vida das novas gerações rurais, a repercussão do processo de êxodo rural, principalmente entre as mulheres, e a conseqüente masculinização da juventude, uma vez que alguns aspectos da vida rural no Jaíba não oferecem atrativos e condições de sobrevivência condizentes com as expectativas dos jovens entrevistados. Através de um roteiro de entrevistas, aplicado individualmente aos jovens, foram coletadas informações e opiniões de 31 jovens de ambos os sexos, residentes em áreas distintas do Projeto. Os dados mostram jovens com bom índice de escolaridade e baixa renda, convivendo no seio familiar, e com projetos de vida, em sua maioria, completamente desvinculados da agricultura. As informações obtidas permitem observar uma baixa expectativa quanto à vida no meio rural do Jaíba e uma profunda insatisfação diante da realidade do campo, trazendo implicações para o futuro dos jovens que vivem no Projeto Jaíba.

Palavras-chave: Projeto Jaíba. Juventude rural. Agricultura familiar.

ABSTRACT: This monograph presents a study about the perspectives of the future of the young from Projeto Jaíba, located in the municipality of Mocambinho. This monograph was intended to analyse the relevant aspects of the new generations' way of life, the repercussion of the rural exodus process, especially between women, and the consequent masculinization of the youth, since the rural life does not offer neither attractions nor surviving conditions concerning the interviewees. A total of 31 young people, living in different areas of the Project, were surveyed, individually, through a pre-elaborated questionnaire, in which, opinion and information were collected. The data show that young people with a

* Bacharel em Ciências Sociais – UNIMONTES. E-mail: alexdemier@yahoo.com.br

** Doutor em Sociologia – CPDA/UFRRJ. Prof. Depto de Ciências Sociais - UNIMONTES.
E-mail: romulo.barbosa@unimontes.br

low level of education and income still live with their families; a lot of them have life projects related to areas not connected to agriculture. That fact shows a weak expectation concerning life in the countryside and a deep dissatisfaction toward the reality of life in the rural areas, and it can compromise the future of the youngs from Projeto Jaíba.

Key-words: Projeto Jaíba. Rural young people. Family agriculture.

INTRODUÇÃO

No contexto da agricultura familiar, um ator fundamental na reprodução das atividades da propriedade é o jovem, filho ou filha responsável, não apenas por parte das operações e das atividades agropecuárias, mas, principalmente, pela manutenção dos laços comunitários e “do modo de vida ligado à atividade agrícola” (ABRAMOVAY, 1998), quando da sucessão.

Segundo Abramovay (1998), o processo de êxodo rural, ocorrido sob o fenômeno da modernização da agricultura, intensifica-se atualmente sobre as populações jovens das regiões de agricultura familiar, caracterizando processos de envelhecimento da população rural e masculinização da juventude, uma vez que o êxodo é mais intenso junto às moças. Esse processo pode ser observado empiricamente nas Glebas de lotes de agricultura familiar do Projeto Jaíba, sobretudo com relação ao envelhecimento dos produtores e à dificuldade de alguns em formar sucessores para administrarem as propriedades, em função da saída de seus filhos para outras regiões.

Os estudos sobre a juventude de forma geral e, principalmente, sobre a juventude rural, ainda são incipientes na região Norte de Minas. O presente artigo procura analisar aspectos relevantes da vida do jovem rural residente no Perímetro de Irrigação Jaíba a fim de compreender suas estratégias de sobrevivência, bem como as perspectivas de futuro.

Quanto ao procedimento metodológico, optou-se pela realização de entrevistas, utilizando-se de roteiros semi-estruturados com jovens de 14 a 24 anos das áreas “A”, “B”, “C3” e “F” do Perímetro de Irrigação Jaíba. Tal roteiro foi elaborado a partir de questões com respostas abertas e fechadas possibilitando identificar como os jovens, a partir de suas falas, percebem sua condição atual, as problemáticas por que passam e suas perspectivas de futuro no que tange a continuidade das atividades agrícolas e a residência no Perímetro.

Tal metodologia foi levada a efeito, pois se acredita que é capaz de demonstrar, nos discursos dos jovens, as construções sociais elaboradas por estes, conforme afirma Cortes (1998, p. 19) citado por Spanevello (2003) as quais seriam:

Um misto da fala do indivíduo peculiar e daquele que expressa valores estruturados socialmente. Ele é revelador do caráter histórico e específico das relações sociais que esse indivíduo realiza e das variadas “subculturas” das quais ele participa em um contexto de classe social, de orientação sexual, de pertinência a uma geração, a uma etnia etc.

Os adolescentes foram entrevistados em suas residências ou nas dependências da instituição de ensino em que estavam matriculados.

Em função do grande número de jovens residentes no Perímetro, seguiu-se a orientação de Gil (1999, p.99), que afirma:

de um modo geral, as pesquisas sociais abrangem um universo de elementos tão grande que se torna impossível considerá-los em sua totalidade. Por essa razão, nas pesquisas sociais é muito freqüente trabalhar com uma amostra, ou seja, pequena parte dos elementos que compõem o universo.

Foi realizada, ainda, pesquisa bibliográfica sobre juventude e juventude rural no Brasil, além de conceitos de agricultura familiar, envolvendo suas características e inserção nos projetos de irrigação; sobre os programas públicos de desenvolvimento regional aplicados no Norte de Minas e sobre o histórico do Perímetro de Irrigação Jaíba e suas características, como pano de fundo para a análise da problemática atual da juventude.

A importância da juventude, no processo de continuidade das atividades agrícolas ou não agrícolas, aliada às esperanças que a sociedade deposita nela como responsável pelo processo de desenvolvimento sustentável do meio rural, impõe o conhecimento mais aprofundado de sua condição atual, dos problemas por que passam e das suas perspectivas de futuro. Assim, há a possibilidade de agir no sentido de propiciar que essa juventude seja protagonista de seu próprio desenvolvimento.

De modo geral notou-se uma descrença na agricultura, apesar de aceitarem que é uma alternativa para o futuro. O estudo é importante ainda para mostrar as incertezas dos jovens quanto a outras questões que lhes são pertinentes: opções de lazer, prática de esportes, anseios, confronto com a realidade, assimilação das transformações ocorridas dentro e fora do meio em que vivem e expectativas de vida.

A agricultura irrigada como estratégia de promoção do desenvolvimento econômico do semi-árido brasileiro

A região semi-árida caracteriza-se, principalmente, pela escassez de água, decorrente da incidência de chuvas apenas em curtos períodos de três a cinco meses por ano, irregularmente distribuídas. Essa característica causa

uma forte dependência da intervenção do homem sobre a natureza, no sentido de garantir, por meio de obras de infra-estrutura hídrica, o armazenamento de água para abastecimento humano e demais usos produtivos.

Em 1956, período final do governo de Juscelino Kubitschek, e a pedido dele, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), liderado por Celso Furtado, apresentou o modelo para uma nova política de gestão da Região Nordeste, documento que propiciou a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (FURTADO, 2005).

O Plano de Ação apresentado pelo GTDN estava estruturado em quatro diretrizes básicas, que objetivavam a produção de alimentos na zona úmida do Nordeste, o desenvolvimento no semi-árido de uma agricultura resistente aos efeitos da seca, a colonização do Maranhão e o desenvolvimento da irrigação no São Francisco, como se pode verificar abaixo:

- a) intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira;
- b) transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada;
- c) transformação progressiva da economia nas zonas semi-áridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas, e
- d) deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas da hinterlândia maranhense, que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semi-árida (FURTADO, 2005, p. 38).

Foi recomendada a criação de um grupo de trabalho para reformular a política federal de combate às secas, indicando as prioridades e as alternativas para a organização da economia do semi-árido. Esse grupo de trabalho deveria contar com a participação do diretor-geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), do secretário executivo do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), do secretário-executivo da Comissão do Vale do São Francisco, do presidente do Banco do Nordeste S.A. (BNB) e de um diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que deveriam ser assessorados por técnicos experientes, inclusive pertencentes às Nações Unidas. (FURTADO, 2005).

Para a reorganização da economia agropecuária da região, foi proposta a atuação conjunta de técnicos do BNB, GTDN, DNOCS, Ministério da Agricultura e da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, “com a tarefa de escolher uma região típica da zona semi-árida e empreender a visita das unidades produ-

tivas, para fazer um levantamento rápido das mesmas e sugerir esquemas de reorganização que permitam aumentar a resistência ao impacto das secas” (FURTADO, 2005, p. 105).

Não obstante as semelhanças econômicas, sociais e culturais do Norte de Minas em relação ao semi-árido nordestino, Polígono das Secas (delimitado em 1936), o norte mineiro somente foi incluído no polígono em 1946, através do Decreto-Lei n.º 9857. Esse fato foi um dos motivos que levaram à inclusão do Norte de Minas na área de atuação da SUDENE, com a criação dessa Superintendência em 1959, com a Lei n.º 3.692. Seu espaço de atuação foi definido como o Nordeste e a Área Mineira do Polígono das Secas. A partir de então, a região passou a contar com os programas e políticas da autarquia, que passaram a configurar quase como única fonte de promoção e fomento regional, já que, conforme Oliveira (2000, p.95), “o Governo Mineiro não estava particularmente interessado no processo de desenvolvimento da Área Mineira da SUDENE, ou qualquer outra região do Estado em particular”, o que reforçou a concentração espacial e setorial da economia de Minas.

A região Norte Mineira apresentava como base da economia a produção regional, que permaneceu praticamente estagnada por séculos. Caracterizava-se por uma base econômica simples, com mercado incipiente, pouco diversificada, desprovida de técnicas agrícolas e com integração produtiva quase nula com outras regiões. Além disso, era altamente dependente dos insumos de outras regiões (RODRIGUES, 2000). A intervenção da SUDENE na região foi decisiva para incrementar as taxas de crescimento econômico, mas, em consequência do modelo capitalista, não beneficiou todos os segmentos da população. Sobre a economia do Norte de Minas, Santos (2003, p.11) acrescenta: “A região possui, historicamente, base econômica na pecuária de corte e é uma das mais carentes de Minas. A agricultura ali foi constituída basicamente como meio de sobrevivência, não como atividade econômica, salvo algumas raras exceções”.

A SUDENE, portanto, com a missão de promover o desenvolvimento da região semi-árida, buscou coordenar a ação do Governo Federal e administrar os recursos transferidos para a região, com vistas a atenuar as disparidades regionais. (OLIVEIRA, 1996).

A implementação de perímetros irrigados ao longo da bacia do Rio São Francisco fez parte da estratégia do Estado brasileiro, de incrementar tecnologia e capital à dinâmica agrícola dessa região. Tratava-se de aportar recursos financeiros (linha de crédito) e concessões fiscais somados ao investimento público em infra-estrutura para que a agricultura irrigada intensiva em tecnologia e capital fosse desenvolvida, como indutora do crescimento econômico regional.

A SUDENE, ao analisar as potencialidades do Rio São Francisco, constatou que uma grande produção de alimentos à base de irrigação poderia ser implementada, com base nas primeiras pesquisas que revelaram a existência de aproximadamente 150 mil hectares de terras baixas e de caatingas aptas à irrigação (BRAMBILLA, 2006). Além disso, o aproveitamento progressivo desses 150 mil hectares com culturas irrigadas não só poderia gerar uma grande oferta de alimentos no sertão, como poderia beneficiar cerca de 50 mil famílias de pequenos produtores agrícolas em assentamentos, além de gerar empregos diretos e indiretos. Foi iniciada, então, a primeira experiência da SUDENE em Bebedouro, entre Juazeiro, na Bahia, e Petrolina, em Pernambuco, que contou com a cooperação da FAO, organismo das Nações Unidas.

Tendo a agricultura irrigada como estratégia de desenvolvimento iniciou-se as primeiras iniciativas governamentais de ocupação planejada da área. Dentre elas, destaca-se o Perímetro de Irrigação Pirapora, iniciado em 1975, com área total de 1.683,44 hectares; o Perímetro de Irrigação Gorutuba, concebido e iniciado pelo DNOCS, e repassado à Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), em 1978, bem como o Perímetro de Irrigação Lagoa Grande, com cerca de 1.200 ha.

A assinatura de um convênio com o *Bureau of Reclamation* dos EUA, que elaborou o relatório “Recolhimento dos Recursos Hidráulicos e de Solos da Bacia de São Francisco”, medida adotada pelo governo militar, possibilitou a identificação de uma área de 230.000 hectares na região denominada Mata do Jaíba. A proposta era de que, nessa região, 100.000 hectares fossem destinados ao desenvolvimento da agricultura irrigada, e 130.000 a culturas de sequeiro. (BRAMBILLA, 2006)

Na década de 1970, dada a grande importância do Projeto para todo o Norte de Minas, o Governo Federal, através da CODEVASF, incorporou-se ao empreendimento, com a missão de executar as obras de infra-estrutura coletiva de irrigação.

Em meados de 1975 surge a atual configuração do Projeto a ser implantado em quatro etapas com uma área irrigada em torno de 100.000 ha.

O Perímetro de Irrigação Jaíba

O Perímetro de Irrigação Jaíba foi criado para incrementar os índices de produção, de produtividade e de renda *per capita*, através de investimentos em irrigação, pesquisa e assistência técnica, de forma a dinamizar as subestruturas econômicas e a criar um pólo de agronegócio (RODRIGUES, 2001).

O perímetro foi concebido para ser implantado em quatro etapas, com uma

área total de 107.612,89 hectares, sendo 65.880,08 hectares irrigáveis, das quais apenas as Etapas I e II estão implantadas, através da CODEVASF e da RURALMINAS, respectivamente. (SOARES, 1999).

A infra-estrutura de irrigação compõe-se principalmente pelo canal de chamada do Rio São Francisco, com 1.200m de extensão (levando a água do rio até a estação de bombeamento principal), por três estações de bombeamento, com capacidades de 75m³/s, 65m³/s e 15m³/s, e pelos canais principal e secundário, com extensão de 31,60 km. (*Ibid.*).

Os canais principal, secundários, terciários e quaternários somam 409,29km de extensão. A malha viária das duas etapas implantadas possui 869,93km, conforme dados do Distrito de Irrigação de Jaíba (DIJ).

A Etapa I, com 41.611,13 hectares de área total e 24.669,68 hectares irrigáveis, é composta de 2.157 lotes, sendo 1.828 lotes de 5,00 hectares irrigáveis, 325 lotes empresariais com áreas irrigáveis de 20 e 50 hectares, um lote de 280 hectares irrigáveis e 3 lotes particulares (C1, C4 e 4), com 7.000 hectares irrigáveis. Dos lotes de 5,00 hectares, 1.445 se encontram ocupados por agricultores familiares, e os restantes encontram-se em processo de assentamento de famílias, que deverá ser concluído até o primeiro semestre de 2007. Dos lotes empresariais, 195 já foram licitados, e os 130 restantes estão em fase final de licitação. (CODEVASF, 2005).

A Etapa II, com 34.772,76 hectares de área total e 19.276,40 hectares irrigáveis, possui 684 lotes com áreas de 10,00 a 90,25 hectares irrigáveis, todos já licitados e em início de exploração. (RURALMINAS).

O Jovem do Perímetro de Irrigação Jaíba

O tema juventude ainda é pouco difundido tanto no meio acadêmico e de pesquisa, quanto em relação a ações governamentais específicas. No Brasil, as pesquisas ainda são pouco expressivas em termos quantitativos. Recentemente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, através do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento (NEAD), publicou estudo objetivando “mapear e discutir o conhecimento produzido sobre a juventude rural no período de 1990 a 2004, com o propósito de esboçar o ‘estado da arte’ nesse campo de investigação” (WEISHEIMER, 2005).

Foram realizados no período, segundo a citada pesquisa, 50 trabalhos por, aproximadamente, 36 pesquisadores, entre teses de doutorado, livros, dissertações de mestrado e artigos publicados em periódicos ou anais de congressos científicos. Sobre tal resultado Weisheimer (2005, p. 9) afirma:

Esses dados demonstram que as pesquisas sobre juventude do meio rural não constituem uma produção expressiva em termos de volume,

uma vez que não chegam a compor quatro trabalhos por ano no período de 1990 a 2004. Logo, confirma-se que os jovens rurais têm estado invisíveis para a maioria dos pesquisadores brasileiros, constituindo-se em um objeto ainda pouco estudado.

Não obstante, no pequeno número de trabalhos realizados, nota-se que a produção acadêmica sobre o tema tem crescido nos últimos anos, sendo que 86% dos estudos analisados realizaram-se no período de 2001 a 2004, demonstrando um interesse crescente sobre essa temática.

Em outros países o tema *juventude* também tem despertado interesse de pesquisadores em diversas frentes de análise. Na França, segundo Gauthier *et alli* (1999), citado por Stropasolas (2003), a questão do alongamento do período de escolarização e o ingresso no mercado de trabalho dominam a produção, em língua francesa, dos trabalhos sobre jovens. Ainda segundo a autora, os trabalhos em língua inglesa focam a questão do risco: toxicomania, delinquência, suicídio, entre outros. Temas recorrentes também nos estudos relativos aos jovens da África, além das questões da prostituição e da insegurança. (ZOA, 1999, Stropasolas, 2003).

O conceito de juventude e a delimitação da faixa etária que compreende esse estágio da vida ainda são controversos. Diversas abordagens são utilizadas nas definições conceituais sobre a juventude rural. No Brasil, podemos citar como diferentes parâmetros: faixa etária, geração, ciclo de vida, cultura ou modo de vida e representação social. Esses dados podem ser utilizados individualmente ou a partir de combinações entre si.

As Nações Unidas, a Organização Ibero-Americana da Juventude, a Organização Internacional da Juventude e, no Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entendem os jovens como indivíduos com idade entre 15 e 24 anos. No Japão, delimitam essa categoria a cidadãos até 35 anos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente classifica como adolescente o indivíduo na faixa entre 12 e 18 anos. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define o termo adolescência utilizando o critério apenas biológico, para o qual a pré-adolescência encontra-se entre 10 e 14 anos de idade, e a adolescência entre 15 e 19 anos (WEISHEIMER, 2005).

Bourdieu (1984), citado por Stropasolas (2003), questiona veementemente a classificação por faixa etária e o fato de considerar os jovens como uma unidade social, com interesses comuns, e de transferir esses interesses a uma idade definida biologicamente. Faz-se necessária uma análise entre as diferentes juventudes, formadas a partir de espécies de capital – escolar, cultural, econômico, etc. – de que usufruem. Portanto, é um abuso de linguagem formidável subsumir, sob o mesmo conceito, universos sociais que não têm

praticamente nada em comum. (BOURDIEU, 1984).

Carneiro (1998), em seu texto *O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais*, aponta para a dificuldade na delimitação dessa categoria demográfica “que se define essencialmente pela transitoriedade inerente às fases do processo de desenvolvimento do ciclo vital – não justifica que recorramos a critérios exclusivamente biológicos, ou mesmo jurídicos, para definirmos juventude”. A autora utiliza-se da classificação da própria população local onde foi realizada a pesquisa, ou seja: “estar em fase de preparação para o mercado de trabalho e não ter constituído ainda uma unidade familiar autônoma via casamento”.

Essa classificação, utilizando-se o conceito da transitoriedade ou ciclo de vida, em que a juventude seria um período de transição entre a infância e a vida adulta, vem sendo amplamente utilizada por pesquisadores, principalmente após a Conferência Internacional sobre Juventude, realizada em Genoble (1964), em que a UNESCO assumiu essa delimitação.

A partir desse enfoque, o período da juventude se iniciaria com o aparecimento da puberdade, sendo que seu término é determinado segundo diversos critérios, tais como o ingresso no mercado de trabalho, a autonomia financeira e o matrimônio.

Nessa mesma perspectiva, Galland (1985, 1993, 1996), citado por Stropasolas (2003), concebe juventude como uma “entrada na vida adulta” e engloba os critérios citados acima em dois eixos principais: o eixo escolar-profissional e o eixo familiar-matrimonial. Portanto, a passagem para a vida adulta dar-se-ia a partir da transposição dos quatro marcos: “o fim dos estudos, o início da vida profissional, a partida do domicílio familiar e a formação de um casal”.

Guillaume (1999), citado por Stropasolas (2003), ao analisar as representações sociais do estatuto dos jovens belgas, demonstra algumas restrições analíticas da sociologia atual “ao verificar no âmbito desta ciência o predomínio de abordagens caracterizadas por um enfoque excessivamente normativo da idéia de passagem ou transição para a vida adulta, que acaba excluindo numerosos jovens contemporâneos” (STROPASOLAS, 2003).

Abramovay (1998), em seu estudo sobre a questão sucessória no município de Saudades-SC, utilizou a definição de Cook (1999), que classifica “jovem” a partir da relação de dependência em relação ao lar dos pais.

Alguns autores definem a juventude utilizando-se de critérios culturais, ou seja, partem do pressuposto de que existe uma cultura jovem com características próprias, presentes em suas vestimentas, acessórios, linguagem, gostos musicais, práticas esportivas e de lazer (WEISHEIMER, 2005).

Nesse sentido, a mídia apresenta um papel fundamental na disseminação de comportamentos e na construção do que venha a ser juventude. Questiona-se inclusive a pertinência da presença de uma juventude rural, uma vez que os meios de comunicação chegam praticamente em todas as regiões. Portanto, haveria uma hibridização cultural, tendo em vista a difusão da cultura urbana no meio rural.

Weisheimer (2005, p. 23) acrescenta:

[...] o próprio desenvolvimento do capitalismo no campo, seu padrão de modernização e os recentes processos de industrialização difusa, que fazem do meio rural não exclusivamente agrícola, contribuíram para a diluição das fronteiras materiais e simbólicas entre o meio rural e urbano. Se isso não pôs fim às profundas diferenças entre estes, permitiu ao menos a convivência em um mesmo espaço social de práticas e valores que articulam elementos urbanos e rurais.

É o que propõe Carneiro (1998) ao identificar em seu trabalho o que chama de “rurbanização”, em que as identidades locais não são mais sustentadas na homogeneidade de padrões culturais, mas na diversidade e, principalmente, na maneira específica de combinar práticas e valores originários de universos culturais distintos. Os jovens filhos de agricultores reelaboram suas identidades sociais e passam a questionar os projetos de reprodução de modos de vida pautados exclusivamente na atividade agrícola, reivindicando padrões de vida, valores e condições materiais tidos como “urbanos”, o que se expressa no ideal “rurbano”. (CARNEIRO, 1998).

Nos trabalhos acerca da juventude rural brasileira, Weisheimer (2005, p. 24) identificou uma abordagem teórica em que o termo juventude representa uma série de relações sociais específicas protagonizadas por indivíduos classificados como jovens em uma dada sociedade:

Mais do que uma faixa etária, fala-se em condição juvenil, que aparece como uma posição na hierarquia social fundada em representações sociais, ou seja, busca-se apreender os significados atribuídos que definem quem é e quem não é jovem em um dado contexto social.

Nessa abordagem assume-se também a questão da transitoriedade e do caráter de dependência do jovem em relação aos pais. Os jovens seriam responsáveis por uma série de papéis sociais ou funções socialmente atribuídas pelos processos de socialização. (*Ibid.*)

Portanto, a definição teórica de jovem e de juventude converte-se em grande desafio, dado o caráter genérico e abrangente dos termos e as diferentes construções que cada sociedade faz em relação a essa categoria, mediante seu contexto socioeconômico e cultural. É preocupante observar a invisibilidade dessa parte da população tanto no que concerne à ausência

de tradição acadêmica na análise das suas problemáticas, não apenas por parte da sociologia, mas de todos os ramos da ciência, quanto à escassez de políticas públicas específicas, principalmente em relação aos residentes nas zonas rurais.

Não obstante as diversas formas e da dificuldade de classificar e definir juventude, apresentadas anteriormente definiu-se para os propósitos do presente trabalho o critério de faixa etária, sendo, portanto, o foco do trabalho indivíduos entre 14 e 24 anos. A utilização deste critério deve-se a facilidade de identificar o “jovem” na pesquisa e de estabelecer relações analíticas com os dados censitários oficiais.

O Perfil dos entrevistados

Foram entrevistados, ao todo, 31 jovens, sendo 11 da Gleba A, 12 da Gleba B, 2 da Gleba C3 e 6 da Gleba F. As respostas dos entrevistados não apresentaram diferenças significativas entre as glebas, demonstrando que a situação do jovem é semelhante em toda a área de agricultura familiar do Projeto.

A idade dos entrevistados é diversa e bem distribuída ao longo da faixa etária delimitada de 14 a 24 anos, sendo que 15 encontram-se entre 14 e 18 anos, ou seja, menores de idade, e 16 entre 19 e 24 anos.

Com relação ao estado civil, a maioria dos entrevistados apresentou-se como solteira; apenas três responderam estar casados ou “amigados”, dos quais dois são do sexo masculino.

Com referência ao sexo, foram entrevistados vinte jovens do sexo masculino e onze do feminino. Nesse aspecto, detectaram-se diferenças consideráveis de gênero em diversos itens como: educação, formas de lazer, perspectivas de futuro, entre outras que serão abordadas ao longo do capítulo.

A desproporção entre o número de entrevistados do sexo masculino e feminino parece demonstrar, talvez não com tanta discrepância de número entre os sexos, o que diversos autores têm denominado de processo de masculinização do meio rural. Tal processo é caracterizado pela migração seletiva das jovens para as cidades. Essa migração não pode ser explicada apenas em função de maiores oportunidades de trabalho para as mulheres na zona urbana quando comparada com os homens, ou seja, o mercado de trabalho nas cidades seria mais demandante por mulheres, o que efetivamente não é o que se apresenta.

Para Abramovay (1998) “[...] são fundamentalmente as perspectivas que se oferecem no interior das unidades familiares de produção, respectivamente para rapazes e moças que estão na raiz da questão do viés de gênero dos processos migratórios”.

Na verdade, o que se observa é que apesar de as mulheres realizarem trabalhos semelhantes na lavoura, elas praticamente não têm acesso a tarefas que envolvam tomada de decisão. A marginalização da mulher no processo produtivo é causada pela pouca percepção da sua produtividade em função ou do desprezo às atividades desenvolvidas por mulheres ou pela noção de que o trabalho agrícola feminino é uma extensão do doméstico (BRUMER, 2002, citado por SPANEVELLO, 2003).

Aliada a tais questões encontra-se ainda a problemática da sucessão dos lotes em decorrência do falecimento ou do impedimento dos pais. Em conversas informais com alguns pais, não foi observada nenhuma restrição quanto à filha assumir o lote como sucessora, porém nenhuma entrevistada veiculou essa possibilidade, sempre identificando um irmão para essa tarefa.

A pesquisa parece indicar que a vida no campo é mais atraente para os rapazes que para as moças. Enquanto eles herdaram a terra e/ou têm apoio para assumir atividades produtivas, portanto apresentam alternativas à saída para a cidade, para as moças a vida de esposa de agricultor não parece ser atraente, diante de uma vasta possibilidade de alternativas conhecidas e frente às aspirações de vida em outro meio cultural e profissional.

Uma das entrevistadas apresenta o que para ela é o principal motivo de “ir para a cidade”: “aqui no Projeto, mulher arrumar emprego é difícil, não tem emprego para as mulheres”. Tal fala talvez possa ser explicada em função de que a maior parte das oportunidades de trabalho encontra-se exatamente na agricultura que, para outra jovem, é um “serviço pesado e pouco valorizado”.

É interessante notar que toda a modernização da agricultura promoveu uma mudança no caráter patriarcal na agricultura familiar. Tal afirmativa pode ser comprovada com os incentivos dos pais às filhas para migrarem para outras regiões em busca de estudo e/ou trabalho, enquanto que, tradicionalmente, elas somente saíam da casa dos pais para casar. Nenhuma moça entrevistada alegou impedimento por parte dos pais quanto à migração para a cidade, pelo contrário, as restrições à saída se dão em função da incapacidade financeira de manter a filha fora de casa.

Apesar da referida modernização, nota-se, a partir de toda problemática apresentada, que a família não rompeu ainda com os padrões tradicionais de submissão feminina.

Conforme Panzutti, citado por Abramovay (1998, p. 87):

A masculinização do meio rural não pode ser encarada como decorrência “natural” do processo de desenvolvimento. A intensidade do êxodo juvenil feminino é a expressão da maneira como o poder se distribui no interior da família. As responsabilidades, o planejamento, a participação, a apresentação social na qualidade de agricultora é vedada às

jovens. O desempenho da mulher na produção familiar não é reconhecido socialmente porque o espaço “público” continua sendo domínio masculino.

Para o caso do Projeto Jaíba, a questão da masculinização merece aprofundamento, haja vista que não foi objetivo do presente estudo, porém reveste-se de importância para a compreensão da problemática das jovens.

A Vida no Projeto

Uma questão fundamental na vida do jovem é o entretenimento. A partir das afirmações de diversos jovens, pode-se observar que eles acreditam que essa é uma restrição à qualidade de vida no Projeto: “aqui não tem opção para se divertir, é parado”; “aqui divertimento é pouco”; “minha diversão é lavar roupa e arrumar casa” e “aqui é meio devagar”.

Quando questionados, para responder espontaneamente, sem opções de resposta, como se divertem, a maioria dos jovens respondeu que a prática de esportes é a principal alternativa. O esporte mais praticado é o futebol. Novamente percebe-se uma diferenciação de gênero nas respostas, apenas uma entrevistada respondeu “esporte na escola” como forma de diversão, demonstrando que o esporte não é hábito entre as moças do Projeto. Mesmo entre os rapazes, as respostas “de vez em quando” e “às vezes” foram bastante ouvidas. Alguns afirmaram praticar esporte “na quadra da escola”.

A segunda resposta mais corrente foi a participação em festas, tanto nas escolas, quanto nas comunidades, seguida de eventos nas escolas, ida a barzinhos, pescaria e banho no rio São Francisco, participação em igreja e assistir à televisão.

Quando foram disponibilizadas respostas para que os entrevistados escolhessem, assistir a televisão foi a mais votada, seguida de esporte (nenhuma mulher respondeu essa alternativa), visita a amigos, assistir a filmes e, por último, pescaria.

Ao serem questionados especificamente se praticam esportes, 24 jovens afirmaram que sim, sendo quatro mulheres. Sete entrevistados responderam que não praticam esportes, desses, todos são do sexo feminino.

Os esportes mais praticados são futebol (24 respostas), vôlei (3 respostas) e ciclismo (2 respostas). Apesar de 77% dos jovens afirmarem praticar esporte, demonstrando hábitos saudáveis da juventude do Projeto Jaíba, tal questão merece aprofundamento em dois aspectos: a regularidade da prática esportiva entre os jovens e o desinteresse por parte das moças em praticar esporte.

Ao serem questionados, para responderem espontaneamente, qual o principal problema que o jovem enfrenta no projeto, duas temáticas apareceram com frequências semelhantes: emprego e educação.

Com relação à primeira temática, treze entrevistados responderam que o principal problema do jovem do Projeto Jaíba é a falta de emprego, não havendo diferença significativa entre os sexos. Nesse ponto, devem-se diferenciar três situações: o fato de serem menores de idade, em função das restrições legais à contratação, conforme afirma um jovem de 14 anos de idade: “por eu ser muito novo, não tem emprego para mim”; a falta efetiva de oportunidades de trabalho de maneira geral, o que é agravado pela inexperiência do jovem; e a questão da formação escolar/profissional como fator limitante ao acesso às vagas de emprego. Um dos jovens afirmou que “é difícil trabalhar com pouco estudo”, e outro vai mais longe: “é difícil ter que trabalhar e estudar é muito cansativo”.

As afirmações dos jovens deixam claro que o maior objetivo deles é a obtenção de uma ocupação fixa com registro, ou emprego propriamente dito, em detrimento da obtenção de renda a partir da exploração agrícola. Considerando que os entrevistados são provenientes da agricultura familiar, que seus pais são detentores de lotes agrícolas e que grande parte deles respondeu trabalhar no lote da família, a afirmativa da falta de emprego parece demonstrar que a renda proveniente da agricultura familiar irrigada não vem sendo suficiente para proporcionar ao jovem certa estabilidade e garantia de renda.

A geração de renda a partir do lote agrícola insuficiente para o custeio das despesas familiares também foi detectada por Santos (2003) em que 23% dos produtores trabalha em outro local além do lote.

Dos irrigantes que declararam possuir renda igual ou menor que um salário mínimo, nenhum exerce atividades fora de seu lote, ao passo que parte significativa dos declarantes de maior renda trabalha em outras atividades. Este fato demonstra que o trabalho fora do lote é uma imposição e não uma opção. (SANTOS, 2003 p. 60)

Uma das possíveis causas da baixa rentabilidade das atividades agrícolas do Projeto foi identificada por Rodrigues (1998) ao analisar a taxa média de crescimento (ou decréscimo) anual para a quantidade produzida, preço pago ao produtor, custo de produção e produtividade das principais culturas exploradas no Jaíba concluiu que:

[...] para a maioria das culturas, existe uma tendência bem-definida (sic) de queda dos preços ao longo do tempo. Contrariamente, para o custo, a tendência, na maioria dos casos, foi de aumento ao longo do tempo. Esse aumento do custo nem sempre foi associado a um ganho de produtividade. Assim, no período analisado três produtos apresentaram produtividade decrescente: algodão, banana e amendoim.

Dessa forma a rentabilidade de algumas culturas tende a ser negativa ao longo do tempo.

Ainda com relação à temática da ocupação econômica, é necessário ressaltar que, apesar de não ter sido mencionada por muitos jovens, a problemática agrícola foi abordada, a exemplo da afirmativa de um jovem: “*falta* recursos para investir em agricultura”. Outro entrevistado aborda a questão da rentabilidade: “as lavouras dão pouco lucro”.

A preocupação dos jovens com a questão da obtenção de renda, principalmente através de empregos fixos, e o pequeno número de respostas abordando a problemática da agricultura não parecem demonstrar o desinteresse do jovem pela atividade agrícola. Demonstram, na verdade, maturidade e compreensão da realidade por que passa a juventude rural e os agricultores familiares. As citações apresentadas evidenciam as dificuldades em conciliar trabalho e estudo, e em conduzir safras agrícolas com riscos de uma estreita margem de lucro e com poucos recursos, ou seja, é exigido muito esforço físico e administrativo para um trabalho com tão poucas garantias.

A educação formal tem sido cada vez mais valorizada no meio rural, o que pode ser observado nas respostas dos entrevistados, ao considerarem a dificuldade de acesso à educação como um dos principais problemas enfrentados. Tal valorização também foi observada por Abramovay (1998) com jovens do município de Saudades no oeste catarinense em que “(...) a maioria dos jovens considera que a atividade agrícola é incompatível com um baixo nível de escolaridade).

A “dificuldade para estudar” pode ser dividida em três fatores causais diversos, a saber: a dificuldade em conciliar estudo e trabalho, problemas de acesso à escola, em função de restrições na infra-estrutura de transporte escolar, e a impossibilidade da continuidade dos estudos em função da ausência de curso superior no Projeto.

Para os jovens do Projeto, estudo e trabalho estão intimamente interligados, pois, durante o dia, trabalham no lote da família ou prestando serviços em outros lotes e, no outro turno, estudam. Essa dupla jornada é tida como cansativa pelos entrevistados, pois precisam dividir seu tempo entre as duas atividades, principalmente nos períodos de safra.

Com referência ao transporte escolar, esse se apresenta como problema para alguns jovens, em função do veículo passar relativamente distante da residência, exigindo o deslocamento dos estudantes. Apesar disso, esses problemas localizados levam a entender que a política pública voltada para o transporte dos alunos à escola influencia diretamente no grau de escolaridade atual, quando comparado com a geração dos pais.

A importância do transporte ainda é mais proeminente no Jaíba, em função da grande dimensão do Projeto e a forma como foram realizados os assentamentos das Glebas “A” e “B”. Em tais áreas, os produtores não receberam

lotes em núcleos habitacionais e, portanto, residem no lote agrícola, caracterizando uma dispersão entre os habitantes, ocasionando longas distâncias entre as residências dos estudantes e a escola.

Entre os três fatores causais da “dificuldade de estudar”, a impossibilidade da continuidade dos estudos em função da ausência de curso superior no Projeto foi o mais citado, demonstrando a preocupação do jovem com uma melhor preparação para o mercado de trabalho e a consciência da dificuldade de se deslocar para outra localidade para cursar o ensino superior.

Ainda com referência à escola, muitos jovens avaliam que a infra-estrutura dos estabelecimentos de ensino no Projeto não é satisfatória e precisa de melhorias, principalmente nos laboratórios. Eles reivindicam também maior acesso à informática e à Internet.

Além das deficiências estruturais, deve-se mencionar o conteúdo que é trabalhado com os alunos nas escolas, o que também foi citado pelos jovens. De maneira geral, os conteúdos não são adequados à realidade rural. São relacionados a temas essencialmente urbanos, não levando em conta a importância de serem agricultores e apresentando poucas disciplinas específicas.

No que tange à capacitação, o resultado das entrevistas assemelhou-se ao observado por Abramovay (1998) com jovens do município de Saudades no oeste catarinense. Nas duas localidades, a participação dos jovens nos cursos de capacitação profissional é pequena. Dos jovens entrevistados, 55% não participaram de nenhuma capacitação/treinamento ao longo da vida, apesar de entenderem ser de grande importância serem preparados.

As respostas a esses questionamentos deixam em evidência duas questões: a importância relativamente pequena dada às capacitações, como fator indispensável à condução das suas atividades no lote agrícola, e o interesse dos jovens por capacitações que possam gerar renda em atividades não agrícolas, talvez em função dos recursos provenientes do trabalho do lote não se apresentarem suficientes, conforme já mencionado.

Conforme demonstradas em trabalhos científicos, as atividades não agrícolas apresentam-se atualmente como uma importante fonte de renda nas zonas rurais do Brasil.

Trabalho e perspectivas de futuro

Tendo em vista que são provenientes da agricultura familiar, na qual a contribuição dos membros da família nas atividades agrícolas é dominante, os jovens entrevistados, em sua maioria, afirmaram trabalhar. Apenas 19% responderam não estar trabalhando atualmente. Esse percentual aumenta para 36% quando se analisa os dados relativos às mulheres.

Estes resultados são semelhantes ao que Santos (2003) observou em sua análise do trabalho realizado por jovens maiores de 14 anos em que 59 % destes estavam trabalhando e 27 % desempregados.

Como foi mostrado, os jovens do Jaíba demonstram grande preocupação em relação às questões inerentes às ocupações remuneradas (emprego) e, conseqüentemente, com a geração de renda para seu próprio sustento. Isso reflete o significado do trabalho para o jovem como condição básica de sobrevivência da unidade familiar.

São duas as principais fontes de trabalho e de renda para os jovens: o trabalho no lote familiar e o trabalho como diarista em outros lotes familiares ou empresariais. Cinquenta e cinco por cento dos jovens responderam que a principal fonte de renda consiste em ajudar a família nas atividades do lote agrícola, 32 % apresentam como fonte principal a prestação de serviços de diarista em outros lotes, e 13 % trabalham como empregados domésticos, funcionário público, entre outros serviços.

É interessante notar que os trabalhos na atividade agrícola não são excludentes, ou seja, a maioria dos jovens trabalha tanto no lote da família, quanto em lotes de terceiros. Quando a exploração agrícola do lote da família encontra-se pequena ou nos períodos em que se minimizam os tratamentos culturais dos plantios familiares, o jovem, para complementar sua renda, presta serviços em outros lotes familiares ou das áreas empresariais.

Esse trabalho como diarista, não obstante ser relevante na complementação da renda familiar é preocupante, uma vez que não apresenta qualquer garantia legal, visto que os trabalhadores não são registrados, demonstrando a precariedade das relações de trabalho. Apenas dois jovens que prestam serviço em atividades agrícolas afirmaram estar com “carteira assinada”.

Com relação ao trabalho como diarista, não especificamente de jovens, Santos (2003) chama a atenção para outra problemática, as condições de segurança do trabalho: “encontramos, muitos deles, descalços trabalhando na lavoura e, até mesmo, aplicando produtos químicos sem qualquer equipamento de segurança.” (SANTOS, 2003 p. 65)

Mais uma vez, vislumbra-se certa diferenciação de gênero, dos seis jovens que afirmaram não estar trabalhando, quatro são do sexo feminino, ou seja, o desemprego entre as jovens é mais pronunciado que entre os rapazes.

Quanto às perspectivas de futuro dos jovens do Projeto Jaíba, percebe-se pouco interesse na atividade agrícola. Trinta e dois por cento afirmaram almejar trabalhar no futuro com a agricultura, sendo que apenas 6% gostariam de continuar explorando o lote do pai, 10% sonham ter um lote próprio e o restante (16%) não especificou onde desejam atuar na agricultura.

No caso específico das jovens, o futuro como agricultora é almejado apenas por uma delas, o que confirma o desinteresse pelas demais atividades agrícolas e a problemática de gênero, exposta no item 4.1, que promove uma masculinização do meio rural. Os trabalhos de Abramovay (1998) no oeste de Santa Catarina, e de Carneiro (1998) nos municípios de Nova Friburgo-RJ e Nova Pádua-RS também demonstraram o desinteresse das jovens pela atividade agrícola.

Efetivamente, a grande aspiração de futuro dos jovens está na continuidade dos estudos a partir da entrada em uma universidade, 45% dos entrevistados optaram por essa expectativa.

A análise das causas para esse desinteresse precisa ser mais aprofundada. Quando questionados, o principal argumento está no aspecto econômico: “não vejo futuro no Projeto, as coisas são muito difíceis, pra plantar não tem lucro”, “o pessoal quer sair para estudar para arrumar emprego”. A questão das características do trabalho também foi levantada “o trabalho é pesado e não é valorizado”.

As respostas demonstram que a situação atual da agricultura familiar no Perímetro, caracterizada por altos custos de produção e baixos lucros, não incentiva o jovem a continuar na atividade de forma espontânea. Demonstra, ainda, a grande valorização que os jovens e as famílias dão à educação, vislumbrando nela o único caminho para “arrumar um bom emprego”.

Quando questionados sobre o futuro que esperam ter, ou seja, no que realmente acreditam que trabalharão no futuro, a situação muda. Cinquenta e oito por cento acreditam que permanecerão na agricultura, sendo que 23%, no lote da família. Outras opções foram, por ordem de citação: trabalhar em educação, trabalhar como funcionário público e no comércio.

Esse questionamento visa identificar se a agricultura para os jovens é uma escolha preferencial entre as várias opções de futuro ou se resultam, na verdade, da impossibilidade de realização de um projeto pessoal.

As respostas à pergunta “Onde você pretende residir no futuro?” parecem apresentar certa contradição, quando comparadas com as perspectivas de futuro profissional. Oitenta e um por cento dos jovens afirmaram pretender residir no lote ou em núcleos habitacionais do Projeto, enquanto apenas 19% vislumbram residir na cidade, não apresentando diferenças entre os sexos.

Os motivos dizem respeito a questões de segurança, pois acreditam que “aqui é tranquilo”, e de afetividade, em função de poderem continuar próximos das famílias e amigos. Os jovens, portanto, gostariam de, numa situação ideal, saírem do Projeto para concluir seus estudos e retornar numa condição

de capacitação que possibilitasse a obtenção de um emprego com boa remuneração. Os jovens querem estar no projeto, porém em outras condições socioeconômicas. Isso implica em pensar o projeto como lugar de viver, que envolve as várias dimensões da vida, e não somente como um lote agrícola. Do ponto de vista econômico, significa pensar que o rural não se reduz ao agrícola.

Os resultados assemelham-se aos obtidos por Carneiro (1998), no trabalho que identificou o interesse na permanência na zona rural, porém não atuando na atividade agrícola.

As respostas quanto às perspectivas de futuro dos jovens demonstram a importância de se implementar políticas públicas específicas para os jovens, a fim de tentar diminuir a migração, principalmente das mulheres, para outras regiões. A saída dos jovens apresenta-se como preocupante no que tange ao futuro do Projeto, pois eles detêm conhecimentos e experiências acumulados em agricultura irrigada, que poderiam ser aproveitados na melhoria da produtividade e da rentabilidade das explorações agrícolas e, ainda, na valorização do meio rural.

Seria, portanto, “perder a oportunidade de utilizar socialmente vocações e capacidades profissionais e, sobretudo, encarar como fatalidade inelutável a desertificação social, econômica e cultural que ameaça tantas regiões brasileiras hoje.” ABRAMOVAY (1998)

Considerações Finais

Procurou-se neste trabalho analisar as perspectivas de futuro dos jovens residentes no Projeto Jaíba. A pesquisa no Projeto Jaíba mostrou como o jovem percebe o processo de desenvolvimento a partir do seio familiar, as novas relações, os problemas estruturais, conflitos, padrões culturais e sociais que acabam definindo quem são esses jovens rurais de hoje, como trabalham, estudam e convivem na família e na sociedade.

Depreende-se da pesquisa realizada que o futuro dos jovens do Projeto Jaíba é preocupante, uma vez que estes prováveis mantenedores dos laços familiares, herdeiros da atividade agrícola nas pequenas propriedades, apresentam baixíssimas expectativas quanto a essa atividade e migra para o meio urbano ou passa a se dedicar a outras atividades econômicas da região.

É inegável, portanto, a necessidade de se amparar a juventude rural, através de políticas que possam dotá-la de educação rural de qualidade, capacitação, assistência técnica e financiamentos. Problemas como transporte escolar, infra-estrutura das escolas, educação de adultos e alternativas de lazer evidenciam a precariedade das condições de vida no projeto.

O investimento em projetos de capacitação e formação da juventude pode aumentar as oportunidades de trabalho no Projeto Jaíba, minimizando as condições socioeconômicas nas quais esta se encontra.

Todavia, para além de um espaço produção agrícola os jovens do Projeto Jaíba o reivindicam como um lugar de viver, que incorpore a dinâmica educacional, de saúde, lazer, informação...

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; et all. **Juventude e Agricultura Familiar: Desafios dos Novos Padrões Sucessórios**. Santa Catarina: UNESCO, 1998.

ABRAMOVAY, R. e CAMARANO, A.A. **Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos Últimos 50 Anos**. Texto Para Discussão nº. 621. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

BARBOSA, R. S. **Perfil Agropecuário do Norte de Minas: uma análise a partir da base de dados produzida pela pesquisa “O Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil redescoberto”**. Montes Claros-MG, 2002.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BRAMBILLA, H. *In*: Revista Catolicismo. Edição: Set. 2006. Disponível em <<http://www.catolicismo.com.br>> Acesso em: 06 set. 2006.

CARNEIRO, M.J. **O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário dos jovens rurais**. In: TEIXEIRA DA SILVA, F.C. SANTOS, R.; COSTA, L.F. de C., (org.) **Mundo rural e Política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p.95-117.

CASTRO, E.G. **Sonhos, desejos e a “realidade”: herança, educação e trabalho de “jovens rurais” da Baixada Fluminense/RJ**. Apresentação no I Simpósio Internacional de Juventude brasileira - JUBRA, Rio de Janeiro: UFRJ, out./2004.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E PARNAÍBA; EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Relatório Anual de Produção 2005**. Montes Claros, 2005. 50 p

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Relatório de Acompanhamento da Produção**. Jaíba, 2006. 20 p

DINIZ, C.C. **Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização**, *Nova Economia*, v.3, n.1. Belo Horizonte: UFMG/FCE/DCE, 1993.

FUNDAÇÃO MINEIRA DE COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Relatório Etapa II Projeto Jaíba**, 2006. 25 p

FURTADO, C. **Celso Furtado e o Desenvolvimento Regional**. José Sydrião de Alencar Júnior (organizador); Ricardo Bielschowsky...[et al.]. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005.

_____. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro, 1974.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206 p.

GUANZIROLI, C.H. *et al.* **Agricultura Familiar no Brasil: Uma Análise do Censo Agropecuário de 95/96**: Brasília, Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. 2000.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1998. 211p.

OLIVEIRA, M.F.M. de. **O Processo de Desenvolvimento de Montes Claros (MG), sob a Orientação da SUDENE**. 1996, 199 f. Dissertação. (Mestrado em História Econômica) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, M.F.M. de e RODRIGUES, L. (org.). **Formação Social e Econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000, 428 p.

OLIVEIRA, P. de S. **Metodologia das ciências humanas**. São Paulo: Editora Hucitec. 2001.

RODRIGUES, L. **Potencial da Agricultura Irrigada como Indutora do Desenvolvimento Regional: o caso do Projeto Jaíba no Norte de Minas Gerais**. In: Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2001, v. 32, n. 2, p. 206 a 232.

SANTOS, G.R. dos. **Da Produção de Subsistência à Agricultura Moderna – Socialização e Preparação para o Trabalho no Projeto Jaíba**. 2003, 202 f. Tese (Doutorado em Educação) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SPANNEVELLO, R.M. **Jovens Rurais do Município de Nova Palma – RS: Situação Atual e Perspectivas**. 2003.147 f. Dissertação (Pós-graduação em extensão rural) universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul. 2003.

SOARES, C.C. **O Caráter Social e as Perspectivas de Adaptação da Pequena Produção Inserida em Projetos de Concepção Técnica: o Caso do Projeto Jaíba**. Lavras: UFLA, 1999, 114p.

STROPASOLAS, V.L. **Juventude Rural: Uma Categoria Social em Construção**. In: XII Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro, 2004.

WEISHEIMER, N. **Juventudes Rurais: Mapa de Estudos Recentes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. 76 p.

A PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA NO CONTEXTO DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NA SUB-BACIA DO RIACHÃO

Priscilla Caires Santana Afonso – Unimontes*
João Cleps Júnior – UFU**

Resumo: Este artigo tem por objetivo discutir como historicamente o processo de modernização agrícola influenciou na forma de se relacionar com o meio e conseqüentemente na forma de gestão dos recursos naturais como água no alto curso da bacia do Riachão, Norte de Minas Gerais. A bacia se localiza em área de cerrado e a exemplo dos demais rios que nascem nessa região, são privilegiados com uma grande riqueza hídrica. Entretanto, as novas práticas agrícolas adotadas por empresários que chegaram à área a partir da década de 60 e a imposição de um novo modelo de agricultura aos locais vêm comprometendo a riqueza hídrica e cultural do lugar. Para alcançar o objetivo proposto, delimitamos uma área de estudo, o alto curso da bacia nos limites municipais de Montes Claros mais especificamente as Comunidade de Pau-D'Óleo, Tiririca e Lagoa do Barro, por ser essa área da bacia onde se concentra representantes dos dois grupos de agricultores existentes na sub-bacia e por estarem representados os diversos impactos sócio-ambientais enfrentados por esses. Adotamos uma metodologia baseada em pesquisa documental e bibliográfica, trabalhos de campo e entrevistas com agricultores familiares e comerciais, além de registros fotográficos da área. Os resultados parciais apontam para uma necessidade urgente de formulação de políticas públicas que atendam aos agricultores no que tange a regulação dos conflitos pela posse dos recursos naturais.

Palavras-chaves: Norte de Minas. Agricultura familiar. Geraizeiros. Modernização da agricultura. Água.

Abstract: This article has as objective to argue how historically the process of agricultural modernization influenced in the way of relating itself with the environment and consequently in the way of management of the natural resources such as water in the high course of the basin of Riachão, North of Minas Gerais. The basin is located in an area of meadow and, as example of the several

* Mestranda em Geografia UFU – Bolsista FAPEMIG. Professora pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES – priscillacaires@yahoo.com.br

** Orientador – jcleps@ufu.br

rivers that start in this region, is privileged with a great hydric wealth. However, the new agricultural practices used by entrepreneurs, who have arrived in the region since the decade of 1960, and the imposition of a new model of agriculture to the places are compromising the hydric and cultural wealth of the place. To reach the considered objective, we delimited a study area, the high course of the basin in the municipal limit of Montes Claros, more specifically the Community of Pau D' Óleo, Tiririca and Lagoa do Barro, for being this area of the basin where it concentrates representatives of the diverse typologies of agriculturists and therefore the great majority of the environment impacts faced by them are represented. We used a methodology based on documentary and bibliographical research, works of field and interviews with familiar and commercial agriculturists, beyond photographic registers of the area. The partial results show an urgent necessity of formularization of public politics that take care of the agriculturists in what it refers to the regulation of the conflicts for the possession of the natural resources. For this reason, it makes necessary a change in the way as these politics are formulated, based on the technical studies that disrespect the historical and social aspects of the place.

Word-keys: North of Minas Gerais. Familiar agriculture. "Geraizeiros". Modernization of agriculture. Management of the water.

O espaço agrário norte-mineiro

COSTA (2006) considera a região norte do Estado de Minas Gerais a síntese da nação brasileira, devido a sua complexidade social, cultural e política fruto de sua história de colonização e de sua situação ambiental (área de transição) sendo a convergência do cerrado, da caatinga e das formações de transição.

Cabe ser ressaltado que esta é uma região de enormes contradições devido à própria história de formação do território, marcada por um tipo de economia baseada na pecuária, o que influencia a forma como o capital se instala na região. Isso resulta, de maneira geral, na exclusão de grande parte da população ao capital, o que significa o não acesso à tecnologia, aos recursos naturais e aos modos de produção.

Essa região também é denominada por muitos estudiosos de sertão das Minas Gerais. PEREIRA (2004) acredita que isso se deve a forma de povoamento, espaçado, característico da economia de curral. RIBEIRO (2000) acrescenta a esse fato que a área de sertão é característica de muitos estados do Brasil. Isso porque esse termo é utilizado para denominar espacialmente, áreas periféricas fora dos centros dinâmicos do mundo moderno, se associando freqüentemente a esse termo as áreas de cerrado que ainda segundo o autor, no imaginário nacional é tida como uma mata que não se desenvolveu, permanecendo "raqútica". O sertão é visto como representando o "atra-

so” frente ao “progresso” identificado com a sociedade do litoral, agrícola, urbana e industrial.

Foi devido a essa característica físico-ambiental e a sua própria posição geográfica que o colonizador (bandeirantes paulistas/baianos) implementa a pecuária nessa região. Essa atividade econômica é pertinente a Coroa por fornecer carne, couro e animais a economia das minas do século XVIII, no caso específico norte-mineiro para garantir o suprimento do mercado minerador do rio das Velhas, Jequitai e São Francisco, por serem os mais próximos.

Esses colonizadores se afazendavam por todo o norte de Minas, expulsando os moradores originais, os indígenas, por ser esta uma área considerada desabitada pela Coroa portuguesa que concediam as sesmarias para a administração de sesmeiros que serviam aos seus interesses. O problema da posse dessas terras até hoje (2008) serve como motivo de lutas entre os posseiros que vivem a muitos anos na terra e os latifundiários que as herdaram.

A grande disponibilidade de terra ao colonizador proporcionou um tipo de pecuária que se assemelha a do sertão nordestino, chamada de pecuária ultra-extensiva em campo aberto, com o gado criado solto e procurando o próprio alimento, o que provocava uma adaptação do animal ao meio ambiente. (ANDRADE, 1982). Andrade (1982) afirma que os vaqueiros que trabalhavam nas fazendas norte-mineiras eram remunerados em produtos, um bezerro em cada quatro que nasciam, podendo fazer criação de pequenos animais, utilizar o leite produzido e montar pequenos roçados de lavouras de subsistência.

A cultura do algodão surge associada à pecuária, na segunda metade do século XVIII, para abastecer as indústrias que surgiam na Grã Bretanha em virtude da I Revolução Industrial, e era tida como atividade complementar nas áreas de cerrado cercadas, em chapadas superiores a 400 m. Essa era a cultura comercial da época, que provocou a implantação, nas vilas, fazendas e povoações, de bolandeiras e posteriormente, de descaroçadores a motor, que separavam a semente da fibra. (ANDRADE, 1982). Kageyama e Graziano da Silva (1987) chamam essa estrutura de “complexo rural”, uma vez que havia uma divisão social do trabalho incipiente, parte dos bens produzidos nas fazendas só tinham valor de uso não se destinando ao mercado e a parte que cabia a comercialização abastecia a um mercado externo. Essas fazendas eram auto-suficientes produzindo os próprios meios de produção.

Andrade (1982) considera ainda que o período do século XVI ao XVIII, denominou-se de formação econômico-social da região, e baseou-se em uma rigorosa hierarquia de classes, em que o ápice era ocupado, pelo sesmeiro, com os seus fazendeiros-arrendatários com uma considerável participação na renda produzida. Sob ordens diretas dos sesmeiros ou dos fazendeiros

arrendatários, colocavam-se os empregados, os agregados, os moradores e na base da pirâmide social, os escravos índios e negros.

Os ocupantes dessas 02 classes sociais que balizava a pirâmide constituem o campesinato regional, que plantavam em áreas não aproveitadas pela pecuária. Seus roçados eram cercados para a proteção da cultura ao gado, e feitos em várzeas do leito maior dos rios inundadas durante as enchentes ou nas áreas de serras, onde faziam pequenos desmatamentos. Em áreas de clima diversificado e relevo acentuado a agricultura de subsistência se desenvolveu na forma de “ilhas” isoladas, com uma diversidade considerável de culturas e associadas a elas eram criados animais que complementavam a alimentação e a renda.

Esses agricultores eram responsáveis pela produção de milho, feijão e mandioca, principais produtos que abasteciam a população moradora dos arraiais locais, sendo vendidos nas feiras que se realizavam semanalmente nos mesmos.

Após a colheita, os animais eram trazidos ao local cultivado, a fim de ter, na estação seca, uma alimentação suplementar. Nos brejos mais úmidos, localizavam-se as engenhocas produtoras de rapadura e aguardente construídos de madeira e movidos por tração animal que complementavam a renda ao serem comercializadas nas feiras regionais.

Como exposto, esses camponeses desenvolveram uma forma única de se relacionar com o meio, com técnicas específicas de cultivo da terra e gestão dos recursos naturais. Regionalmente passam a serem denominados de geraizeiros, vazanteiros ou caatingueiros de acordo com o domínio ecológico no qual sobrevivem e por fazerem uso de terras comunais para extração de frutos do cerrado, usarem de técnicas agrícolas próprias além de cultivarem variados gêneros de subsistência e o excedente comercializarem no mercado local (COSTA, 2006). Nesse estudo, o conceito de campesinato será adotado de acordo com autores como Wanderley (1996), Fernandes (2001) e Martins (1975) que acreditam ser essa uma classe que considera a terra um bem comum, fazer uso de mão-de-obra familiar e praticar a agricultura de excedente dentro de uma lógica não-capitalista.

A partir da década de 1960-70, uma nova história começa a ser escrita no sertão das gerais, pois a partir desse período houve a abertura de rodovias que diminuiu as distâncias e houve a transformação das unidades produtivas auto-sustentadas em unidades voltadas para a venda da produção. É o surgimento dos Complexos Agroindustriais - CAIs no Norte de Minas.

Isso acontece porque o Brasil precisa ser modernizado e o “atraso” deve ser substituído pelo “progresso”. Essa ideologia repassada pela mídia, deve ser analisada dentro de um outro prisma, o de que as novas tecnologias permi-

tiriam a ocupação de terras inutilizadas do ponto de vista da geração de renda nos moldes modernos.

O ponto de partida da modernização da agricultura foi a “Revolução Verde”, um programa idealizado pelo grupo econômico americano Rockefeller no início dos anos 1940. O objetivo deste programa foi

contribuir para o aumento da produção e produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como a descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratamentos culturais mais modernos e eficientes. (BRUM, 1988, p.44).

O norte de Minas passa a compor o projeto nacional de modernização agrícola, onde o Estado foi seu grande financiador e produtor de tecnologias. Graziano da Silva (2003) considera que o processo de modernização da agricultura brasileira foi parcial, por ter atingido de forma diferenciada tanto as regiões como os diversos tipos de agricultores, sendo mais ou menos difundida de acordo com as características do processo produtivo adotado em cada região; e conservadora na medida em que “conservou”, as antigas estruturas de concentração de terras e de renda, ou seja, as bases das desigualdades sociais permaneceram inalteradas. Assim a região absorve a modernização de forma diferenciada de acordo com a capacidade de resposta do produtor ao pacote tecnológico trazido por ela e causa o aprofundamento das desigualdades sociais que historicamente já eram enormes.

Gervaise (1975), pesquisador que testemunhou a territorialização desse processo na região, assim o descreveu

(...) a imagem de um outro Brasil se impõe, hoje, nessa terra de tradição sertaneja. A via férrea e a rodovia aos poucos têm aberto a região, novos empresários estão chegando e introduzem critérios de rentabilidade econômica. A transformação, rural sobretudo, é impressionante. De um mês para outro a paisagem da mata tem desaparecido, km a km de cercas de arame se estendem, as residências luxuosas dos novos fazendeiros dominam vastos horizontes de pastagens. (GERVEISE, 1975, p. 09).

É preciso analisar que a expansão da fronteira agrícola nacional se dá frente à ocupação das terras gerais e dos posseiros camponeses. Andrade (1982) considera que a expansão da fronteira agrícola nessa região

processa-se da mesma forma, só que em menor escala, como está se realizando a ocupação da Amazônia e do Centro-Oeste: grupos econômicos poderosos, locais e de outras regiões, desalojam posseiros que não dispõem de títulos de propriedade, de recursos e poder político para resistir ao avanço dos ricos pecuaristas (...). Expansão que vem sendo

feita por um processo altamente devastador das condições ecológicas e concentradoras da propriedade da terra e da renda.” (ANDRADE, 1982, p. 203)

Como exposto, o processo de incorporação das terras norte-mineiras ao novo quadro do espaço agrário nacional, não se deu sempre por via da compra. No entanto, foi a partir desse processo que a terra é aprisionada dentro dessa forma de aquisição, conforme regia a Lei das Terras de 1964. A modernização agrícola é então o marco que demonstra historicamente a passagem da economia de curral para a economia essencialmente capitalista e moderna.

Desde a incorporação da lógica capitalista moderna na região, a preocupação dos posseiros passa a ser a demarcação de suas terras e sua escrituração. Esses são “obrigados” a se adaptar a essa nova racionalidade sob pena de perder suas terras. Em pouco tempo, os camponeses que não foram expropriados pela força física, acabam por vender o que possuem por uma questão de sobrevivência a um sistema que o exclui da possibilidade de cultivo sob essas novas práticas, de concorrer com os novos empresários e vão em busca do sonho de vida melhor na cidade grande, em pleno processo de expansão, que na região é representada por Montes Claros. Ou ainda, partem para desbravar novas terras, consideradas impróprias pelo novo modelo vigente, as terras dobradas.

Todo esse processo se explica porque o Estado acreditava que a partir da incorporação dessas novas áreas no processo produtivo capitalista, ocorreria a geração de renda da terra, ou seja, ao tornar-se “produtiva” essa passaria a gerar renda, capital. Marx (1980) criador do conceito de renda diferencial da terra, é utilizado na obra de muitos autores como Oliveira (1986) e Andrade (2005), esses nos ajuda a analisar como a partir do processo de produção capitalista a terra passa a valer pelo que produz - pela sua fertilidade natural e sua localização (renda diferencial I). E a valer também o quanto produz sob a aplicação de capital transformado em tecnologia - fertilizantes, corretivos, defensivos... (renda diferencial II).

Em todo esse processo fica claro que o Estado atende a uma classe dirigente que exerce sua hegemonia sobre ele por meio de um sistema político (HARVEY, 2005). Esse processo, no caso norte-mineiro, foi possível graças às políticas instaladas via Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, que a partir dessa mesma década passa a atuar na região.

À política da SUDENE, instituída pela Lei nº 3.962 de 1959, e tinha como objetivo financiar projetos que promoveriam o desenvolvimento econômico, a fim de reduzir as desigualdades regionais e as disparidades de renda, planejando e administrar os recursos públicos. Via SUDENE ou de forma independente, vários programas passam a interferir no cenário regional. Exemplo disso é o Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordes-

te - POLONORDESTE que visava à expansão das áreas de fronteiras agrícolas através da irrigação; o Programa Cooperativo Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER criado em 1979 e o Programa de Desenvolvimento do Cerrado - POLOCENTRO criado no início do governo Geisel, em 1975, que tinham como objetivo o desenvolvimento e a propagação da modernização das atividades agrícolas, propiciando a assistência técnica, crédito rural, apoio e infra-estrutura. Essas políticas, acabam por excluir a grande massa de agricultores da possibilidade de aquisição, via dinheiro oficial e barato, aos fatores de produção.

Esses projetos resultaram de forma prática no estímulo aos reflorestamentos monoculturais de eucalipto, as monoculturas de algodão, a difusão de práticas agrícolas ditas modernas como a irrigação mecânica e em menor medida, a pecuária extensiva, que contribuem para a exclusão acentuada da agricultura camponesa.

Esse é o processo de modernização conservadora à *la Norte de Minas* (PORTO-GONÇALVES, 2000). O produto desse processo é uma estrutura fundiária altamente concentrada, problemas sociais e ambientais dos mais diversos e com um desrespeito profundo pela cultura regional/local. Tudo isso devido à mudança da matriz de racionalidade e a imposição de uma outra para a grande maioria dos agricultores. A original que produzia riqueza, “ (...) através de um modo de vida que transformava (...) a natureza local/regional em cultura; para uma outra racionalidade preocupada com a *expressão monetária* da riqueza, o dinheiro, que não é a riqueza mesma.” (PORTO-GONÇALVES, 2000, p. 27).

O Vale do Riachão: da abundância a escassez

É importante deixar claro que, foi a partir da modernização agrícola, marca contemporânea da intensificação da racionalidade econômica na bacia do Riachão, que houve a modificação rápida e intensa desse espaço, devido principalmente, a nova forma de exploração da natureza que não levou em consideração as limitações ambientais do lugar. Para Santos(2004)

o uso dos sistemas técnicos são crescentemente estranhas às lógicas locais (...). A busca da *mais-vaila* ao nível global faz com que a sede primeira do impulso produtivo seja apátrida, extraterritorial, indiferente às realidades locais e também às realidades ambientais. (SANTOS, 2004, p. 253)

Verifica-se numa primeira análise, a modificação das categorias de uso do solo e dos recursos naturais no em toda a bacia, originalmente recoberta por uma extensa área de cerrado, com espécies características como pequiizeiro, pau-santo, pau-d'óleo, pau-terra, sucupira, vinhático, paineira, caviúna, jatobá, ipê, carne-de-vaca e embaúba (AFONSO, 2000).

A partir de 1960 a pecuária extensiva, tímida até a década de 50 na bacia, passa a ocupar uma grande área. Surge então, uma paisagem composta por imensas áreas cercas caracterizadas por uma profunda monotonia que só é quebrada pela presença de uma ou outra árvore que são deixadas ao longo do pasto para fazer sombra ao gado. As áreas de pastagem natural continuam a serem utilizadas e novas áreas são abertas para essa finalidade, isso implica a substituição de áreas de cerrado por áreas de pastagem plantada, principalmente com capim braquiarião (*brachiaria brizantha*). O pecuarista passa a aplicar novas técnicas que vão desde o plantio do campim com sementes híbridas até o uso de técnicas de alimentação e descendentação do gado durante o período de estio. Entretanto, nunca são utilizadas técnicas de manejo características da pecuária intensiva. Isso porque ele dispõe de enormes áreas de terras que a história conta terem sido herdadas, compradas ou expropriadas. Atualmente essa categoria de uso do solo corresponde a 39,19% (em média) da área de toda a bacia, perfazendo um total de 187,56 km² (ÁGUAS CONSULTORES LTDA, 1999).

A ampliação das terras com vistas à pecuária de corte e de leite foi conseguida de forma direta ou indireta pela desapropriação dos geraizeiros (camponeses) e das terras gerais. A medida que o acesso à terra foi sendo dificultado aos geraizeiros, outros aspectos que são a base para a sustentação da agricultura geraizeira passam a ser alterados, ou seja, o patrimônio cultural começa a se perder e novas formas tecnológicas, indiferentes ao lugar, de apropriação dos recursos naturais e do cultivo da terra se legitimam. Nesse sentido, os geraizeiros tornam-se proletários, por compartilhar de uma característica que determina essa classe, não possuir os meios de produção.

Aliado a atividade do pecuarista, os agricultores geraizeiros tradicionalmente criam animais para complementação de renda. Dentre as criações deve ser destacada a do gado, de muita importância para esses agricultores. Nos períodos da seca, com a escassez de pastagem, o gado é solto e pasta por todas as partes, nas áreas de roça e sobre as nascentes, veredas e brejos, provocando um processo contínuo e lento de degradação subterrânea, pouco visível. Esse lado perverso da pecuária é pouco observado pelos locais, justamente por ser essa uma atividade que garante a reprodução econômica desses. (CAA/NM, 2000). É preciso que se repense uma política de racionalização desta atividade por toda a extensão da bacia.

Outra categoria de uso do solo que se torna relevante na bacia e contribui no processo de homogeneização da paisagem, é a monocultura de eucalipto, implementada principalmente em seu alto e médio curso. Esse tipo de cultivo, se instala a partir da década de 80, com o apoio estatal, que incentivou via concessão de terras e incentivos fiscais a expansão das empresas do setor, localmente denominadas de “firmas”. Em toda a bacia a silvicultura ocupa 30% dessa categoria de uso do solo, o que corresponde a 124,15 km² (ÁGUAS CONSULTORES LTDA, 1999).

A comunidade de Lagoa do Barro, localizada no alto Riachão, foi uma das mais atingidas por essa nova prática. Os posseiros da referida comunidade foram cercados por uma extensa e contínua área dessa monocultura que é cultivada em terras de chapadas.

O resultado para a comunidade de Lagoa do Barro e outras do vale do rio Riachão foi uma mudança rápida e profunda na forma de se relacionar com o meio e a perda de um bem tão precioso como a terra na agricultura, a água, devido primeiramente a localização dessas monoculturas. As terras de chapada são áreas de recarga de aquífero. Isso leva da perda quantitativa da água a jusante, uma vez que esse aquífero deveria abastecer o rio principal e seus tributários, agora comprometidos pelo uso do solo com aspectos bem diferentes dos usuais pelas comunidades locais e com uma espécie que não pertence ao cerrado que originalmente recobria a área.

O estudo do Centro de Agricultura Alternativa / Norte de Minas – CAA/NM (2000) aponta que nas duas últimas décadas (1990-2000) foram implementados 26 mil ha entre o alto e médio Riachão. Ainda segundo esse estudo, a transpiração da planta pode chegar a seis mm/dia, cerca de três a quatro vezes mais que a transpiração da vegetação de cerrado. Isto significa dizer que somente esses 26 mil ha plantados na bacia, representam uma demanda de 1,04 bilhões de litros d'água por dia, acima da quantidade anteriormente consumida pela vegetação original.

Aliada a questão da silvicultura, as novas práticas agrícolas utilizadas na bacia merecem destaque. A implementação de novos gêneros agrícolas cultivados por migrantes oriundos de outras partes do país que chegam ao norte de Minas com a intenção de praticar a agricultura comercial moderna caracteriza essa nova etapa. É preciso citar que foram implantados em toda a bacia 835 ha de agricultura irrigada. Desse total, 565 ha estão localizados ao longo da Lagoa da Tiririca.

Um exemplo claro desse tipo de cultivo é a fruticultura, difundida a partir da “compra” de grandes áreas por empresários que chegam à sub-bacia a partir de 1960 ou da transformação da propriedade familiar policultora em monocultora. A maioria desse tipo de empreendimento está localizada no alto curso do rio. A prática desse tipo de agricultura “exige” o uso de agroquímicos, que são dissolvidos na água de irrigação, e a adoção do pivô central. Esse processo ocasiona no âmbito local a poluição do lençol freático.

Ao citarmos esse tipo de agricultura é preciso retomar a discussão de Graziano da Silva (2003) sobre a modernização da agricultura brasileira. O autor argumenta que tal processo foi além de conservador, parcial, podendo haver diferentes leituras de diferentes espaços de acordo com a apropriação da técnica, com as características do processo produtivo adotado em cada região, além de se diferenciar também dentro de um mesmo ciclo produtivo,

de um dado produto, por não atingir todas as fases de sua produção. Concorramos com o autor no que se refere a gama de variáveis que tal processo impõe ao espaço rural brasileiro. As discussões levantadas até aqui têm a intenção de confirmar essa afirmação numa escala local/regional. Entendemos que o acesso e/ou a territorialização do capital tende a ser a variável que torna o processo parcial, ou mesmo, aquela que influencia a maioria das outras, o acesso à técnica, as características do processo produtivo, a modernização de determinadas fases da produção de um dado gênero agrícola.

A partir desse acesso (ou não) à forma de territorialização do capital em âmbito regional e da forma particular que cada agricultor responde aos desafios e restrições semelhantes, ocorrerão diferentes respostas dos diferentes produtores, resultando em particularidades nessa categoria social genérica (como será discutido posteriormente). Nesse momento, escolhemos nos ater em demonstrar o acesso às tecnologias ou a imposição dessas pelo processo através da utilização de máquinas pelos produtores da sub-bacia (familiares ou modernos) nos diversos setores da produção, como plantio, irrigação, colheita, armazenamento, embalagem e distribuição.

O uso de máquinas não é intensivo na maioria das propriedades que compõem o alto curso da sub-bacia. Entretanto o trator, em alguns casos alugado, é amplamente utilizado pelos agricultores familiares do trecho em estudo e usado apenas no período do plantio. As bombas de sucção são um outro exemplo de tecnologia que se popularizou com o passar dos anos devido à pouca oferta de água na maior parte do ano. Essa água destina-se ao abastecimento para consumo dos animais e das residências. Especificamente nas propriedades comerciais, o uso de equipamentos mais sofisticados é mais freqüente, destaca-se o uso de equipamentos de irrigação como pivôs e aspersores, além de máquinas de embalagem e seleção utilizadas na fruticultura.

No que se refere ao uso de equipamentos de irrigação, esses têm comprometido a qualidade do solo em virtude da forma arbitrária como são escolhidos e instalados, ou seja, com desrespeito ao tipo de solo e ao tipo de cultura. Apesar de não existirem dados técnicos-científicos sobre essa teoria, os entrevistados têm observado essas transformações e relatam: *“A água que não é utilizada pelas plantas acaba lavando o solo, e ele fica assim, cada vez mais fraco.”* (J.M., agricultor familiar).

Estudos como os de Silva (1999), Águas Consultores Ltda (1999) e CAA/NM (2000) apontam que o uso desses equipamentos de irrigação, como o pivô central, tem contribuído para a diminuição da água dos rios que compõem a bacia, inclusive a intermitência do Riachão. Os pivôs centrais totalizam 08 em toda a bacia sendo 07 deles localizados em seu alto curso. Essa prática proporcionada pela Revolução Verde, exige que grande quantidade de água seja explorada do subsolo causando o rebaixamento do lençol freático.

Todos esses equipamentos e tecnologias descritos, utilizados no alto curso do rio, foram instalados com a ajuda financeira do Estado via Banco do Brasil e do Nordeste que gerenciaram recursos de Projetos como o PRODECER que propiciaram a agricultura nos moldes modernos na bacia, sendo concedido créditos aqueles que poderiam dar uma resposta rápida ao processo modernizante.

Com a escassez de água instalada desde a década de 80, os demais agricultores que não tiveram acesso ao crédito para a modernização acabam tendo negado o acesso a um recurso fundamental para a vida, a água. Isso porque nesse período quem teve acesso ao crédito teve garantido o acesso às tecnologias e por consequência a água, pois essa era garantida pela exploração no subsolo que acontecia com o auxílio de motores de sucção. Os demais não tinham a garantia de disponibilidade desse recurso nem mesmo para fins essenciais como a dessedentação humana e animal como relataram nas entrevistas. Apenas no período das chuvas, quando os rios que compõem a bacia estavam cheios, eram supridas as necessidades de consumo da população.

Novas alternativas precisaram ser encontradas por uma questão de sobrevivência dessas comunidades. Assim, os agricultores foram em busca de financiamentos ou venderam bens como animais ou mesmo parte de suas terras e fizeram a compra de motores que retiram água do subsolo, perfurando poços e cisternas.

Posteriormente, a associação de moradores garantiu a perfuração de poços artesianos para uso das comunidades. Esses na atualidade garantem água encanada nas torneiras de duas das comunidades estudadas, desde que o agricultor faça o pagamento da energia consumida pelas bombas de sucção. Entretanto, segundo o relato dos agricultores familiares, a água advinda do poço comunitário serve para o uso humano e abastecimento da casa nas tarefas domésticas e a água das cisternas serve aos animais e para a rega de hortas (quando há hortas nas propriedades).

Nas entrevistas feitas a três comunidades, em especial na Comunidade de Pau D'Óleo, observam-se relatos que após a perfuração de poços artesianos nascentes e cisternas próximas a esses têm secado. Esse relato denuncia como pode ser perigosa a perfuração de poços sem um estudo prévio que contribua para o planejamento dessa atividade. O estudo da Águas Consultores Ltda (1999) comprova a correlação direta para as condições desse tipo de aquífero.

Existe ainda, um grupo de agricultores que afirmam não ter como pagar o preço da energia cobrado pelas prefeituras, responsáveis pela perfuração, administração e manutenção das bombas e acreditam que essa não é uma forma democrática de se obter esse recurso. Esses se sentem muito prejudicados com a escassez de água superficial que se instalou na bacia.

Somado aos problemas já descritos é preciso analisar outras práticas que contribuem para a insustentabilidade do sistema local. Retomaremos a análises de práticas que comprometem a saúde do solo e conseqüentemente o reabastecimento dos aquíferos, como é o caso das queimadas, prática secular em toda a região. Essa prática é utilizada como forma de manejo pelos agricultores locais na atualidade. Em áreas onde as queimadas foram sucessivas e em curto espaço de tempo, o solo tende a uma impermeabilidade cada vez maior. Quando essas áreas são chapadas esse problema impede a percolação das águas onde deveria acontecer com maior intensidade.

Aqui voltaremos a discutir a questão pela qual iniciamos esse artigo, a substituição da cobertura vegetal que ao se somar às chuvas concentradas da região ocasionam um intenso processo erosivo. A perda de solo, ocasionada pela devastação do cerrado, intensifica o assoreamento dos rios que compõem a bacia e significa também impactos diretos sobre os aquíferos. Esse bioma, passa a ser devastado em toda a bacia devido a abertura de novos pastos para a pecuária extensiva (como já citado) e ao novo filão econômico que surge ainda no período em que se inicia a modernização da bacia: a fabricação de carvão vegetal. Segundo Porto-Gonçalves (2000), toda a produção Norte Mineira tinha um destino certo, abastecer fornos e caldeiras das indústrias siderúrgicas de Belo Horizonte e do restante do país na década de 70 e 80. Os produtores familiares em especial, utilizam-se dessa forma de obter renda e em pouco tempo criam uma infinidade de fornos de carvão ao longo do alto e médio curso do Riachão.

Essa retirada ou substituição dos cerrados não respeitou nenhum tipo de restrição cultural ou legal. As matas ciliares que protegem os rios da região foram altamente degradadas havendo trechos do Riachão, no alto curso da bacia, que não existe nem mesmo vestígio de mata ciliar. Nas áreas onde deveria haver mata ciliar existe plantações, havendo trechos que essas se estendem até o limite entre a terra emersa e submersa dos rios.

Outra prática secular na bacia dessa vez comprometida pela desarmonia do ambiente (e não o contrário) é o artesanato praticado pelos agricultores familiares. Segundo esses as técnicas de fabricação de objetos de barro, de sisal e de palhinha já não são praticadas há algum tempo, salvo algumas raras exceções. As gerações mais novas já não aprendem a arte por falta da própria matéria-prima que se tornou escassa ou porque saem do campo em busca de oportunidade de estudo e emprego na cidade. Moradores da Comunidade de Lagoa do Barro, afirmam que não podem retirar mais o barro branco da Lagoa devido às leis ambientais que impediram que uma empresa de cimento local retirasse a argila, mas também os impedem de fazer o uso da matéria-prima.

A inexistência de feiras locais para a comercialização dos produtos artesanais e gêneros agrícolas também os afetam. Historicamente esse é o local onde os

produtores vendiam seus produtos. Os agricultores familiares locais argumentam que o produto do agronegócio invadiu o mercado norte-mineiro inviabilizando o plantio de certos gêneros alimentícios, pois, o custo do plantio muitas vezes sobrepõe o preço do produto no mercado. Os agricultores familiares relatam que o excedente de sua produção é repassado a comerciantes do Mercado Municipal de Montes Claros a preços muito baixos mas, essa é a sua única alternativa. Os moradores do alto Riachão não criaram cooperativas como acontece em seu médio curso nos limites do município de Mirabela.

Considerações

É necessário se repensar a realidade no vale do Riachão dentro de uma nova perspectiva de forma a garantir a sobrevivência da população local.

Todas as práticas citas, (re)criadas como alternativa de sobrevivência a uma nova realidade, assumem uma dimensão preocupante do ponto de vista sócio-ambiental e muitas vezes são desconsideradas pelo Estado na criação de políticas públicas que atendam as Comunidades. Entretanto, as práticas insustentáveis adotadas pelos agricultores familiares ou as impostas pelo sistema no qual são “obrigados” a conviver, comprometem tanto a bacia quanto aos grandes produtores. Acreditamos que a medida em que esses pequenos minifúndios se somam em uma mesma área comprometem o meio ambiente tanto quanto um grande latifundiário ao adotar práticas insustentáveis.

Quanto às políticas públicas para que se atendam efetivamente as comunidades da bacia no que se refere a resolução de conflitos devem ser criadas a partir dos apontamentos das comunidades que vivem esses conflitos. Isso significa fazer o que não tem sido feito até então, as políticas geralmente são elaboradas com base em estudos técnicos que desconsideram os fatores históricos e sociais das áreas a serem gerenciadas por essas.

Muito importante é o papel da população da bacia que precisa de se organizar tendo os diferentes segmentos sociais representados nesse movimento e com o cuidado de garantir o direito de uma representação realmente efetiva de todos os segmentos sociais representados.

Referências

AFONSO, P.C.S. **Monitoramento Ambiental nas Nascentes do Riachão**. 96f. Monografia (Iniciação Científica) – Universidade Estadual de Montes Claros.

ANDRADE, M. C. **Área de domínio da pecuária extensiva e semi-extensiva na Bahia e no Norte de Minas Gerais**. Recife: SUDENE, Planejamento Regional, 1982. 497 p.

_____. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste.** São Paulo: Cortez, 2005, 334p.

Água – Consultores Associados Ltda, IGAM (Instituto de Gestão das Águas) & COPASA (Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais). **Estudo Hidrológico da Bacia do Alto-Médio Rio Riachão.** Relatório Final – vol. 01, Belo Horizonte, 1999.

CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA NORTE DE MINAS – CAA/NM. **Projeto Piloto de Gestão Participativa dos Recursos Hídricos: a participação da sociedade civil em programas de gestão ambiental.** Montes Claros: CAA/NM, 2000.

COSTA, J.B.A. Cultura, Natureza e Populações Tradicionais. In: **Revista Verde Grande.** Montes Claros: Editora da Unimontes, Vol. 03, n.º 03, 2006, p. 37-64.

DAYRELL, C. Os Geraizeiros Descem a Serra ou a Agricultura de Quem não Aparece nos Relatórios dos Agrobusiness. IN: LUZ, C. e DAYRELL, C. (orgs.). **Cerrado e Desenvolvimento: tradição e atualidade.** Montes Claros: Max Gráfica e Editora, 2000, p. 189-272.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST.** São Paulo: Cortez, 2001, p. 19-48.

_____. Espaços Agrários de Inclusão e Exclusão Social: novas configurações do campo brasileiro. **Currículo sem Fronteiras.** V. 3, n.1, p.11-27, Jan/Jun 2003.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia e Agricultura Familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, 238p.

_____. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira.** Campinas: UNICAMP, 1998. 209 p.

_____. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **O novo rural brasileiro.** Campinas/SP: Editora do Instituto de Economia da Unicamp, 1999. v. 1.

GERVAISE, A. **A Transformação Agrária do Norte Meridional:** Norte de Minas. Belo Horizonte: UFMG/Instituto de Geo-Ciências/Departamento de Geografia (publicação especial n.º 1).

HARVEY, D. **A produção Capitalista do Espaço.** São Paulo: Annablume, 2005, 241p. (Coleção Geografia e Adjacências).

KAGEYAMA, A; GRAZIANO DA SILVA, J. **Produtividade e progresso técnico na agricultura.** Campinas: UNICAMP, 1987.

MARTINS, J.S.M. **Capitalismo e tradicionalismo:** estudos sobre as

contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Livraria Pioneira, 1975. 161p.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Abril, 1985.

MOREIRA, R. **Questão Agrária e Sustentabilidade: reflexões analíticas**. In: X World Congress of Rural Sociology – IRSA Rio de Janeiro, 2000.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

PEREIRA, A. M., ALMEIDA, M. I. S. (orgs.). **Leituras geográficas sobre o Norte de Minas Gerais**. Montes Claros: Editora da Unimontes, 2004. 130p.

PORTO-GONÇALVES, C.W. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, 461p.

_____. As Minas e os Gerais – Breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas. IN: LUZ, C. e DAYRELL, C. (orgs.). **Cerrado e Desenvolvimento: tradição e atualidade**. Montes Claros: Max Gráfica e Editora, 2000, p. 189-272.

RIBEIRO, R. F. História Ecológica do Sertão Mineiro e a Formação do Patrimônio Cultural Sertanejo. IN: LUZ, C. e DAYRELL, C. (orgs.). **Cerrado e Desenvolvimento: tradição e atualidade**. Montes Claros: Max Gráfica e Editora, 2000, p. 47-106.

RIBEIRO, E. M. **Práticas, preceitos, problemas associados à escassez da água no vale do Jequitinhonha, Minas Gerais**. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br>>. Acesso em: 07 out. de 2006.

RODRIGUES, L. Contribuição da Agricultura Irrigada ao Desenvolvimento Regional. IN: LUZ, C. e DAYRELL, C. (orgs.). **Cerrado e Desenvolvimento: tradição e atualidade**. Montes Claros: Max Gráfica e Editora, 2000, p. 141-188.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

SILVA, C. E. M. **Cerrados e Camponeses no Norte de Minas: um estudo sobre a sustentabilidade dos ecossistemas e das populações sertanejas**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Belo Horizonte, 1999.

_____. Desenvolvimento e Sustentabilidade nos Cerrados: o caso do sertão norte-mineiro. IN: LUZ, C. e DAYRELL, C. (orgs.). **Cerrado e Desenvolvimento: tradição e atualidade**. Montes Claros: Max Gráfica e Editora, 2000, p. 273-305.

WANDERLEY, M. N. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: ANPOCS, XX, out. 1996, Caxambú/MG, Anais. Caxambú: UFMG, 1996. p. 20-35.

A NECESSIDADE DE POLÍTICAS DE CONVIVÊNCIA COM A SECA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O NORTE DE MINAS GERAIS

Rachel Inêz Castro de Oliveira*
Anete Marília Pereira**

RESUMO: O artigo apresentado tem por objetivo discutir a questão da seca no Norte de Minas, em especial no município de Mato Verde. Não é novidade para os estudiosos do assunto que desde o período colonial, a região nordestina, incluindo o Norte de Minas enfrenta o fenômeno das secas, umas mais amenas, outras com efeitos trágicos para a população e para a produção familiar. Medidas emergenciais como a construção de açudes, projetos de irrigação, frentes de trabalho, dentre outras tiveram efeitos que não beneficiaram toda a população atingida ou foram apenas paliativos. Torna-se premente a necessidade de criação de estratégias de ações permanentes que possibilitem o convívio da população com a seca. Nessa perspectiva, o presente artigo procura fazer algumas considerações sobre o referido fenômeno apresentando algumas alternativas que vem sendo utilizadas para o convívio da população Norte Mineira com a seca.

PALAVRAS-CHAVE: Seca. Norte de Minas. Convivência. Política.

RÉSUMÉ: L'article présenté a objectif discuter la question de sèche dans le Nord de Mines, dans spatial dans la ville de Mato Verde. Ce n'est nouveauté pour les studieux du sujet qui depuis la période coloniale, la région due nord-est, y compris le Nord de Mines affronte au phénomène des sécheresses, un plus amènes, autres avec des effets tragiques pour la population et pour la production familière. Des mesures emergenciais comme la construction de barrages, les projets d'irrigation, devants de travail, parmi autres ont eu des effets qu'ils ne ont pas bénéficié à toute la population atteinte ou se forme seulement palliatifs. Se rend pressant la nécessité de création de stratégies d'actions permanentes qui rendent

* Mestre em Geografia e professora do Departamento de Geociências da Unimontes.

** Doutora em Geografia e professora do Departamento de Geociências da Unimontes.

¹ A cultura do algodão no Norte de Minas foi destruída, em meados dos anos 1980 pela praga do "bicudo".

possible la convivialité de la population avec sèchent. Dans cette perspective, le présent article cherche à faire quelques considérations sur le rapporté phénomène en présentant quelques alternatives qui viennent en étant utilisées pour la convivialité de la population norde minière avec sèchent.

Mots-clé: Sèche. Le Nord de Mines. Convivência. Politique.

Introdução

Há muitos séculos que o Nordeste brasileiro, incluindo parte de Minas Gerais, enfrenta o fenômeno das secas, umas mais amenas, outras com efeitos trágicos para a população e para a produção familiar. Medidas emergenciais tiveram efeitos paliativos. Mas, a cada dia, fica mais evidente a necessidade de criação de estratégias de ações permanentes que possibilitem o convívio da população com a seca. Nessa perspectiva, o texto apresentado procura fazer algumas considerações sobre o referido fenômeno com ênfase na situação do Norte de Minas, em especial o município de Mato Verde.

O reconhecimento da área da pesquisa foi realizado através cartas temáticas, imagens de satélites, de trabalhos de campo e entrevistas não estruturadas, abrangendo a cidade de Mato Verde e, principalmente, a área da bacia hidrográfica do rio Viamão. Como existe uma deficiência de dados meteorológicos relativos ao município de Mato Verde, recorreu-se às informações disponíveis referentes às estações meteorológicas nos municípios vizinhos, cuja localização geográfica está muito próxima à região de estudo. Fez-se o levantamento de dados junto a Agência Nacional de Águas - ANA das estações instaladas dentro dos municípios vizinhos.

A estrutura do artigo segue a seguinte ordem sendo que na primeira parte é feita uma breve discussão de conceitos relativos à seca, à sua área de ocorrência, concomitante a um histórico de sua frequência e efeitos. Em seguida, é apresentada uma análise sucinta da situação do município de Mato Verde, para finalizar com as estratégias de convivência com o referido fenômeno.

A seca no Nordeste e no Norte de Minas

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 48,8% da população nordestina é pobre, o que representa quase o triplo da do Sudeste (17%, em média) e do Sul (18,3%). A região conhecida como semi-árido, no interior, se estende por 1,85 milhão de quilômetros quadrados do Nordeste e da parte Norte do Estado de Minas Gerais. Isso corresponde a 13% do território nacional, onde vivem 29 milhões de pessoas.

LOCALIZAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO

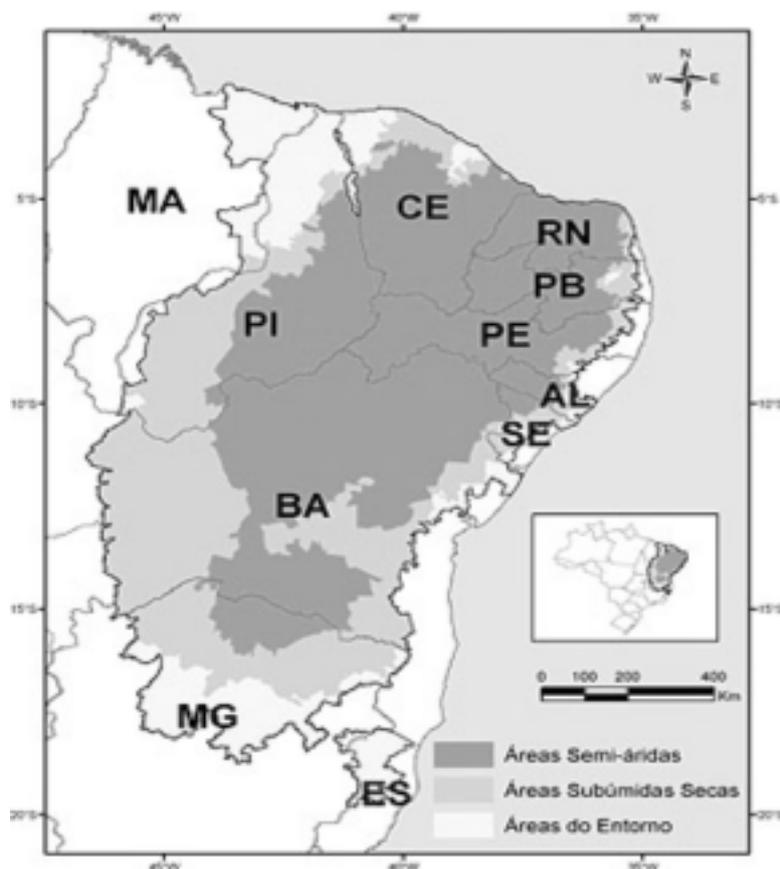


Figura 1 - Localização do semi-árido brasileiro

Fonte: <http://www.fapepi.pi.gov.br/>

No contexto do Estado de Minas Gerais, a região Norte de Minas se caracteriza por sua situação de transição do clima sub-úmido para o semi-árido. Contudo, são relevantes as características transicionais tendentes à semi-aridez, características essas que são agravadas por aspectos hidrogeológicos particulares em que sobressaem os solos de elevada porosidade e fraca capacidade de retenção de água.

Com uma população de aproximadamente 1.489.213 habitantes, segundo o censo de 2000 (IBGE), no Norte de Minas predominam os municípios de pequeno porte, que possuem uma infra-estrutura urbana deficiente e níveis mais baixos de qualidade de vida, com economias locais baseadas nas atividades agropecuárias e extrativistas.

Nas palavras de Rodrigues (2000, p.129), ao compararmos com as demais regiões do estado, a região Norte de Minas não é a que apresenta o menor

PIB total, mas é a segunda menor renda *per capita* do estado. As precárias condições de vida da maior parte da sua população muito se assemelham às características predominantes no Nordeste brasileiro. Como no Nordeste do Brasil, a região Norte de Minas também é afetada pelo fenômeno da seca.

Lima (2004, p.72) compreende o fenômeno da seca como sendo

a insuficiência do suprimento de umidade armazenada no solo e para atender as necessidades hídricas das plantas, compreende também quando a evaporação ultrapassa a pluviosidade, chegando ao *déficit* hídrico.

A seca surge a partir da interação de vários fenômenos naturais, como a circulação dos ventos, massas de ar, correntes marinhas, movimento atmosférico e de outros, como a vegetação pouco densa, a topografia e alta refletividade do solo.

Percebe-se que a ação do homem sobre a natureza talvez tenha contribuído para agravar a questão da seca, pois a constante destruição da vegetação natural, por meio de queimadas, contribui para a formação e agravamento das irregularidades das chuvas.

Recorrendo novamente a Lima (2004, p.72), a seca distingue-se em permanente, a seca sazonal, a seca contingente e a seca invisível. A seca permanente estende-se por áreas áridas, com formação de desertos e semidesertos, em que se pode observar uma deficiência hídrica durante todo o período. Na seca sazonal, o período chuvoso e de estiagem são bem definidos, ocorrendo em áreas tropicais. Enquanto a seca contingente, ocorre em espaço de tempo reduzido, no período da estação chuvosa. Comumente processa-se em regiões de condição considerável de umidade, em climas úmidos e subúmidos, a ocorrência de estiagem no período de expectativa de umidade. No caso de as chuvas acontecerem abaixo das necessidades hídricas da planta, comprometendo o crescimento das mesmas e levando à morte, configura-se a chamada seca invisível, que ocorre dentro da estação chuvosa.

Uma outra definição é dada por Gomes (2001, p.8) quando afirma que as

secas são fenômenos naturais, que se transformam em desastres se incidem sobre uma região, como o Semi-árido, onde, hoje, quase 10 milhões de pessoas vivem da agricultura e pecuária tradicionais, atividades altamente vulneráveis às crises climáticas. *Vivem, não, passam pela vida*, mesmo em anos de chuvas normais. (Grifos do autor)

Consta, no Documento da Câmara dos Deputados (1999), que a seca se repete de oito a dez vezes por século, podendo estender-se por três, quatro ou até cinco anos. A sua incidência maior atinge a região do semi-árido, de acordo com estudo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)

feito no período de 1911 a 1981.

Então, é importante fazer uma retrospectiva histórica desse fenômeno na área do Nordeste do Brasil e, seguidamente, ressaltar a região Norte de Minas, onde serão estudadas as obras do Ministério de Interior (1981) e Paula (1957). Nessas obras, os autores relembram os efeitos e estragos da seca, isto é, caracterizam a seca como um fenômeno de cunho sócio-político-econômico, com repercussão no território nacional.

Conforme dispõe o Ministério do Interior (1981), pouco se tem notícias da ocorrência de secas na Região Nordeste no início da colonização do Brasil, ou seja, nos séculos XVI e XVII, em decorrência da ocupação populacional se concentrar na faixa litorânea, por ser uma zona úmida.

O primeiro registro de seca é feito por Fernando Cardin, que presenciou esse fenômeno em viagem da Bahia para Pernambuco, em 1587, quando os indígenas, durante as estiagens prolongadas, deixaram os sertões em busca do litoral.

A partir do século XVIII, com o crescimento dos rebanhos, as populações brancas adentram nos sertões do nordeste, o que proporcionou uma maior documentação sobre as secas e suas conseqüências. No período de 1721 - 1725 ocorreu uma das piores secas de que se tem notícias, em que não só morreram numerosas tribos indígenas, como gado, as aves e animais selvagens foram encontrados mortos por toda parte. Essa seca abrangeu a região do Ceará, Bahia e Piauí, sendo que na Bahia as fontes secaram e em algumas localidades os habitantes foram obrigados a mudar-se por falta d'água.

Em 1777-1778, um outro biênio de seca, onde o gado do Rio Grande do Norte e do Ceará foi reduzido a 1/8 do que era antes da seca. Posteriormente, sucedeu-se um período de chuvas abundantes até o ano de 1790, antecedendo à seca dos anos de 1791-1792.

No início do século XIX foram registradas chuvas normais. Contudo, em 1809 a seca voltou a atingir a região, com mortandade de gado principalmente no norte do Ceará.

Até 1824, houve períodos intercalados com mais ou menos chuvas. No ano posterior, em 1825, no Rio Grande do Norte, as chuvas foram escassas até mesmo nos brejos, fazendo com que parte da população e do gado perecesse de fome. No Ceará, a situação foi agravada em decorrência do surgimento da peste da bexiga e pelas guerras e assassinatos, mas a falta de chuvas não foi absoluta, possibilitando a formação de alguma pastagem.

No ano de 1833, no Ceará, as chuvas vieram com intensidade chegando a causar inundações. Sendo regular no ano de 1843 e novamente escasso no ano de 1844, que culminou na mortandade do gado no final desse mesmo ano.

Mais intensa ainda foi a seca de 1845, quando ocorreu falta total de chuvas nos sertões mais afastados do litoral, como os centros da Paraíba, Ceará, Rio do Peixe, Piancó, Pombal, Icó, entre outros. Foi a máxima desolação e carência de gêneros alimentícios. A população pobre retirou-se de fome e sede.

Entre 1845 e 1877, passaram-se 32 anos de invernos normais, intercalados por períodos de abundância e escassez de chuvas, sendo os mais secos verificados entre 1860 e 1870. É importante ressaltar que, nesse período, ocorreu aumento da população e dos rebanhos, entretanto não ocorreu alteração da infra-estrutura existente. A ferrovia era o transporte dominante na época, no entanto essa mal chegava aos limites do sertão. Sendo que as viagens eram feitas a pé ou em lombos de animais, chegando a durar vários dias conforme a distância a ser percorrida.

O ano de 1875 as chuvas abundantes, provocaram enchentes de rios nos meses de abril e maio, causando estragos no Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Entretanto, em 1876, as chuvas foram escassas, o gado não chegou a morrer, mas foi vendido por pouca coisa ou comida pelos donos e pelos ladrões.

Em 1877, dos meses de janeiro a abril, foram registradas algumas chuvas localizadas, em maio a seca continua produzindo fome, pobreza, miséria e a desolação, provocando o deslocamento de pessoas para as cidades litorâneas.

Em 1878, a população que havia se retirado para outras áreas não retorna aos seus lares, mesmo ocorrendo chuvas em alguns períodos. Durante todo o ano, prossegue a fome, morte e miséria por todo o sertão.

No ano seguinte, em 1879, a população retornou ao sertão, porém sem recursos suficientes para iniciar o trabalho no campo, pois a safra foi insuficiente. Esse foi o período que findou a chamada "Grande Seca". Sendo computado nesse período mais de 500.000 mortos entre os habitantes do Ceará e das vizinhanças. Chegou-se a registrar em Fortaleza 119.000 mortos.

Findando o século XIX, ocorreram mais secas que provocaram um grande êxodo de nordestinos para a Amazônia. O século XX inicia-se registrando novamente um período de seca, por todo o nordeste. Salienta-se, nesse período, os jornais noticiando fome nos sertões do Norte de Minas, devido à seca.

Até 1915 ocorreram vários períodos secos, mas não tão avassaladores como no final do século passado. Declarada a seca 1915, mais uma vez ocorre deslocamento da população pobre para a Amazônia e para o Sul do País. Fato que se repete em 1919, devido ao fenômeno da seca. Já no ano de 1924, ocorre um inverno excepcional, provocando inclusive inundações em quase todo o Nordeste.

Entre 1930 e 1932, as chuvas foram escassas. Mas a partir de abril de 1932 o fenômeno da seca foi confirmado e atingiu uma área até hoje não superada: parte do Maranhão e do Piauí e estendo-se até a Bahia numa extensão de 650.000 km², atingindo uma população residente nessa área, de aproximadamente 3.000.000 de pessoas. Surgindo a partir daí o banditismo pelos sertões do Nordeste. Na Bahia, a povoação de Cansanção foi assaltada e saqueada por um grupo de bandoleiros.

Em 1942 a seca foi parcial, afetando basicamente o Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Porém, no ano de 1958, após se passarem anos regulares e escassos de chuva, o Ministro da Viação recebia o alerta que a situação do Nordeste estava se agravando e indicando que haveria uma calamidade se as condições meteorológicas não mudassem. Nesse período, as lavouras foram praticamente perdidas, exceto aquelas culturas mais resistentes à estiagem.

No Boletim nº 3 do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - DNOCS,

a seca inclemente obrigou a paralisação quase total das atividades agropecuárias, tendo, segundo dados do Banco do Nordeste do Brasil S/A, ocasionado uma redução de 50% no valor da produção verificada, mesmo com a vertiginosa elevação de preços ocorrida. Os prejuízos são incalculáveis e o desemprego se verificou em massa.

Nesse período, a área assolada pela seca corresponde a cerca de 500.000 km², abrangendo uma população de aproximadamente 12 milhões de habitantes, entre os quais foram amparados 536 mil pessoas em frentes de serviços (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1999).

Em 1970, o fenômeno da seca se repete. E em 1º de maio já era reconhecido o estado de calamidade pública; foram aparados 500mil pessoas em frentes de serviço, de acordo com (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1999). Em 1976, a seca afetou principalmente os sertões da Bahia e Pernambuco. E, em 1979, o estado de calamidade já estava definido, à medida que a estação seca ia se concretizando.

Com relação ao Norte de Minas, de acordo com Paula (1957, p.75), “as secas mais antigas de que se têm notícias na região datam do princípio do século XVIII, atingindo a zona de mineração”. Em 1814, a seca além de provocar a matança do gado, acarretou fome geral para a população. Em 1878, o fenômeno da seca se repete, gerando fome as populações pobres do sertão de Minas.

Até 1889 houve períodos intercalados com mais ou menos chuvas. No ano de 1899 não foi registrado nenhuma chuva.

O ano de 90 amanheceu sob maus signos. A par da crise econômica motivada pela falta de braços e conseqüente pânico na lavoura, veio a

crise política do Governo Provisório; para completar o quadro, o sol abrasador torrava as tenras plantações que brotavam com a força intrínseca das sementes... (PAULA, 1957, p.76)

A partir de março de 1890 em diante a cidade de Montes Claros é invadida pelos primeiros retirantes vindos da Bahia, de outras localidades do Norte de Minas e de outros estados, aumentando esse número até atingir milhares de esfarrapados e esfaimadas, que se alimentavam de plantas, raízes tuberosas, frutos silvestres, folhas, entre outros. Paula (1957) frisa, em sua obra sobre a seca no Norte de Minas, “uma miséria generalizada e ambulante, alastrando cada vez mais”.

No ano de 1899, a seca atinge a região, contudo com menor intensidade. E, em 1909, repete-se o que aconteceu na década anterior, em que uma grande seca assolou as regiões do extremo Norte de Minas e Sul da Bahia, acarretando miséria e fome.

No período de março de 1938 a 1939, a estiagem se prolongou. E, conseqüentemente, se percebia que as ruas da cidade de Montes Claros se povoaram de flagelados, pedindo, mendigando, em busca de um pedaço de pão.

Tanto em Montes Claros como em outras cidades do Norte de Minas, ao perceberem que a estiagem se prolongava, as pessoas começavam a ficar com medo da seca e surgiam as penitências para chover. Ao meio dia, com o sol a causticante, saíam em procissão até ao cruzeiro, pedir a Deus chuva.

Essas informações oficiais encontram respaldo na memória da população norte-mineira. Isso foi comprovado pelo trabalho de campo realizado no município de Mato Verde, quando foram entrevistados alguns moradores mais antigos. Foi questionado, entre outras coisas, se tinham lembrança ou conhecimento de secas na cidade, obtendo alguns relatos significativos. Ao relacionar com as obras descritas acima sobre as secas da região Nordeste e Norte de Minas, perceberam-se semelhanças na identificação dos anos de ocorrência, principalmente nas mais drásticas. Dentre os motivos das lembranças, destacam-se a fome, a miséria, a presença dos imigrantes nordestinos, as frentes de trabalhos, a perda do rebanho e a migração de parentes para outra parte do Estado e fora do Estado de Minas Gerais.

É importante salientar alguns desses relatos abaixo relacionados:

“ na seca de 31 foi muita gente embora daquivinha gente da Bahia a pé, pedinte que se juntavam a outros que já existiam aqui ... uma miséria só, ...depois essa praça ficou quase vazia, as casas fechadas e o povo passando necessidade de alimentação, não havia médico...um povo muito pobre”.

“ em 1930 , muita gente saiu daqui e foi para São Paulo, quase não chovia”.

“ em 1939, foi a pior época, uma grande seca, ...minha mãe era muito caridosa, ela ajudava esse povo pobre,... essa praça ficava cheia de gente pedindo esmola”.

“ a seca de 1975-1976 praticamente paralisou a região, muita gente foi embora daqui. Foi nessa época que veio as frentes de trabalho, que ficou conhecido como o ano do DER porque ele comandou essa frente de trabalho”.

“em 1976 deve ter saído daqui mais ou menos umas 3000 pessoas que foram para fora arranjar trabalho. ... muita gente dependia da prefeitura”.

“ teve época que a gente pegava água na cabeça andava uns dez a doze quilômetroso povo cavava a água no leito do rio”.

“a gente fazia penitência para chover, ... a gente pegava pedra no rio e levava lá no cruzeiro ... ia rezando o terço pra Deus ajudar”.

Confirmando esses relatos, Silva; Silva (2002) escrevem em sua obra que a devoção ao Santo Cruzeiro em Mato Verde era bastante expressiva, pois quando a estiagem se prolongava, com a perda quase total das lavouras, pedia-se a Deus misericórdia em procissões, em que as mulheres e crianças conduziam garrafas d'água e pedras retiradas das margens do rio, iam vagarosamente, ao cruzeiro cantando os seguintes versos:

“Senhor Deus, misericórdia !
Mandai chuva, Senhor Deus!
Perdoai-nos, Senhor !
Perdoai-nos, Deus meu!”
“Santa Cruz desceu do céu,
Com o seu rosário na mão,
Abençoai nossa planta,
Também a nossa criação”!
“São Sebastião louvado,
Morador do mundo inteiro,
Levantai sua bandeira,
Deixa a chuva derramar”.

Pelas notícias veiculadas nos jornais locais e nacionais verifica-se que a seca persiste, talvez com efeitos ainda mais dramáticos. O jornal O Globo, do dia 06/11/2007, trazia a seguinte reportagem, cujo trecho é aqui transcrito:

o norte de Minas Gerais sofre com a pior seca dos últimos 30 anos. Em algumas cidades a chuva não cai há 200 dias. De acordo com a Defesa Civil do estado, dos 93 municípios que decretaram situação de emergência por causa da estiagem 75 são dessa região do estado. Entre eles estão grandes cidades como Montes Claros, Pirapora e Januária.

Também jornais locais se reportaram ao fenômeno

a seca que afetou o Norte de Minas em 2007 foi a pior dos últimos anos, pois provocou a morte de 160 mil cabeças de gado, a perda da safra agrícola 2007/2008, acumulando um montante de R\$ 266 milhões. As chuvas registradas no final de dezembro de 2007 e em janeiro e fevereiro de 2008 provocaram o surgimento da “seca verde”, onde os pastos estão esverdeados, mas escamoteiam a seca. São mais de 550 mil cabeças de gado do Norte de Minas que precisam ser transferidos para outras regiões ou Estados, pois faltam pastagens para atender o rebanho de 2,3 milhões de cabeças de gado. Além disso, o ataque das lagartas está afetando ainda mais as pastagens, dizimadas pela praga e agravando o quadro social. (O NORTE, 28/02/2008)

Com o objetivo de investigar e conhecer mais profundamente as características do semi-árido nordestino e, conseqüentemente, desenvolver uma política de combate às secas, foi criada, em 1909, a Inspetoria de Obras Contra as Secas – IFOS, hoje DNOCS, sendo a responsável pela construção de obras no propósito de prevenir e atenuar os efeitos da seca.

No entender de Cardoso (2000), o DNOCS que, inicialmente, tinha o objetivo de solucionar os problemas da seca, foi capturado pelas oligarquias nordestinas atuando somente em ocasião de crise, ou seja, não era uma instituição que realizava, de fato, um planejamento regional.

Neste contexto, foi criada, em 1959, a SUDENE pelo Decreto-Lei n° 3692, que tinha por finalidade elaborar um plano de emergência para o combate aos efeitos das secas e socorrer as populações que viessem a ser atingida, no caso de sua incidência.

No caso da região Norte de Minas, que foi incluída na área de atuação da SUDENE, a partir de 1965, ocorre uma transformação no cenário regional. Enquanto os incentivos fiscais oferecidos pela SUDENE atuaram diretamente nos setores industrial, centralizados em Montes Claros, Pirapora, Bocaiúva, entre outras cidades e agro-industrial, como os projetos de irrigação do Jaíba, do Gorutuba, do Jequitai e o de Pirapora, apoiando projetos de médio e grande porte. Mato Verde, por não possuir uma infra-estrutura urbana adequada, não atraiu investimentos industriais, apenas alguns investimentos na cultura do algodão¹.

O município de Mato Verde: um exemplo da realidade da seca

O Norte de Minas encontra-se inserido no Polígono das Secas e conta, desde 1996, com 89 municípios, fazendo parte da SUDENE, hoje Agência de De-

¹ A cultura do algodão no Norte de Minas foi destruída, em meados dos anos 1980 pela praga do “bicudo”.

envolvimento do Nordeste - ADENE. Compreende sete microrregiões: Bocaiúva, Grão Mogol, Janaúba, Januária, Montes Claros, Pirapora e Salinas (IBGE, 1990).

O município de Mato Verde está incluído na microrregião de Janaúba, com uma extensão territorial de 474,34km². Limita-se ao norte pelo município de Monte Azul; ao sul, Porteirinha; a leste, Rio Pardo de Minas; e a oeste pelo Catuti, sendo que a sede municipal fica a 548m de altitude. Suas coordenadas geográficas são determinadas pelo paralelo de 15° 23' 42.5" de latitude sul e sua interseção com o meridiano de 42° 51' 47.9" de longitude oeste, conforme pode ser visualizado na Figura 2.

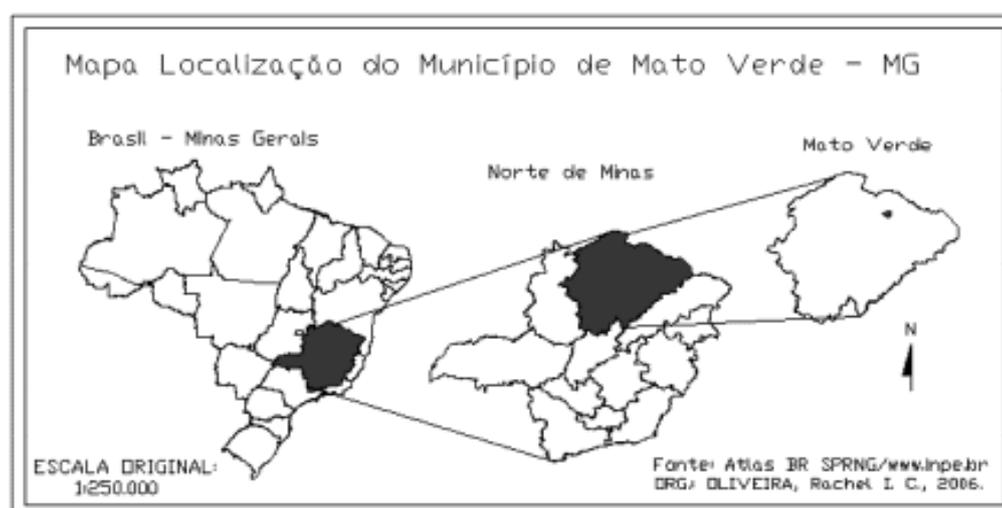


Figura 2 - Mapa de localização do município de Mato Verde-MG

A bacia do rio Viamão, situada na bacia do rio Gorutuba, afluente da margem direita do rio Verde Grande, no município de Mato Verde, foi relacionada nesse trabalho por estar totalmente inserida no município e por ser considerada de grande importância para o

mesmo, destacando-se o sistema de abastecimento de água da área urbana, que é todo estruturado dentro da bacia e o abastecimento de famílias de pequenos produtores rurais, os quais desenvolvem algumas atividades agrícolas como bovinocultura de leite e de corte, cultura do algodão, mamona, horticultura, entre outras.

A referida área tem sido afetada pelo processo erosivo acelerado, provocado pelo desmatamento, pela exploração de terras situadas às margens dos cursos d'água, pela má conservação das estradas, e pelo turismo predatório em ambientes frágeis. Tais práticas expõem o solo à ação das chuvas favorecendo a erosão, tornando-o menos permeável, impedindo que este exerça o seu

papel de estoque e filtro de água, numa região onde há muita pobreza e deficiência de recursos hídricos, reduzindo ou eliminando as populações dependentes desse habitat.

De acordo com Antunes (1980), as características climáticas de uma região têm como principal responsável o mecanismo da circulação geral das massas de ar. A área em estudo encontra-se sob influência das seguintes massas de ar: Massa Equatorial Atlântica (mEa), Massa Tropical Atlântica (mTa) e Massa Equatorial Continental (mEc). No inverno (junho, julho, agosto), há predomínio da mEa, a qual apresenta características de estabilidade que gera prolongada estiagem observada em quase todo o país. Nesse período do ano, a temperatura ambiente atinge os valores médios mais baixos. A mEa atua na primavera (setembro, outubro, novembro), tendo como características climáticas básicas as mesmas verificadas durante o inverno, sendo que a temperatura é mais elevada, e as ondulações da Frente Polar Atlântica – FPA, além de mais esparsas são também menos vigorosas.

No verão (dezembro, janeiro, fevereiro), a área pesquisada encontra-se sob o domínio da mEc, que apresenta forte umidade relativa e elevada temperatura. A sua típica instabilidade convectiva provoca o aparecimento de forte nebulosidade, gerando também fortes tempestades acompanhadas de trovoadas, das linhas de instabilidade tropicais. Mas, com as chuvas, a temperatura ambiente é refrescada. Já no outono (março, abril, maio), os avanços da FPA são fracos no verão, podendo ser, no entanto, vigorosos, do meio para o fim da estação. Toda a área estudada permanece ao domínio da mEa, que apresenta características de estabilidade. A situação do tempo no outono é intermediária entre a observada no verão e no inverno, sendo que, no início da estação, as características se aproximam mais das do verão, e, em meados e no final, elas se aproximam mais das do inverno.

Durante todo o ano, a região permanece sob o domínio da circulação do anticiclone subtropical do Atlântico Sul, quando se considera as configurações atmosféricas de grande escala. Durante o decorrer do ano, o núcleo desse Anticiclone oscila na direção SE-NW, acompanhando o aquecimento da média e alta troposfera. Como nas regiões tropicais a temperatura permanece relativamente estável durante todo o ano, a precipitação é o parâmetro meteorológico predominante e a sua distribuição é que determina as chamadas estações nos trópicos. O regime de precipitação sobre a região apresenta um ciclo básico bem definido com verão chuvoso (novembro, dezembro e janeiro) e inverno seco (junho, julho e agosto).

A média pluviométrica, na área em estudo, no período analisado é de 754mm, (cf. Tabela 1) sendo que, o período chuvoso, que se estende de novembro a março, concentra 85,4% das precipitações, e o trimestre mais chuvoso (novembro a janeiro) responde por 62,86% do total de chuva anual; o período

seco, que vai de maio a setembro, ocorre 3,84% das precipitações e o trimestre mais seco (junho a agosto) concentra 1,06% do total de chuva da região.

Tabela 1
Precipitação Média Mensal (mm)
Porteirinha e Rio Pardo de Minas (MG): 1983-2005

Código	Município	Lat.(-)	Long.(-)	Alt.(m)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
1542016	Porteirinha	15°38'12"	42°56'37"	755	130	72	83	20	4	2	0
1542915	Rio Pardo de Minas	15°35'54"	42°32'51"	782	137	78	107	39	11	4	5
	Precipitação Média				134	75	95	29	8	3	3
Código	Município	Lat.(-)	Long.(-)	Alt.(m)	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	
1542016	Porteirinha	15°38'12"	42°56'37"	755	2	9	34	123	180	660	
1542915	Rio Pardo de Minas	15°35'54"	42°32'51"	782	2	18	69	157	220	847	
	Precipitação Média				2	13	52	140	200	754	

Fonte: ANA, 2006
 Org. OLIVEIRA, R.I.C.

A temperatura, como foi descrito na metodologia, foi estimada, e os resultados obtidos na Tabela 2 demonstram que a temperatura média na região é de 22,7°C.

Tabela 2
Estimativa da Temperatura (°C) Mensal
Porteirinha e Rio Pardo de Minas (MG): 1983-2005

Código	Município	Lat.(-)	Long.(-)	Alt.(m)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
1542016	Porteirinha	15°38'12"	42°56'37"	755	24,1	24,3	24,0	23,2	21,5	19,4	20,3
1542915	Rio Pardo de Minas	15°35'54"	42°32'51"	782	24,0	24,1	23,8	23,0	21,3	19,2	20,1
	Temperatura Média				24,0	24,2	23,9	23,1	21,4	19,3	20,2
Código	Município	Lat.(-)	Long.(-)	Alt.(m)	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média	
1542016	Porteirinha	15°38'12"	42°56'37"	755	21,1	23,3	24,4	23,9	23,7	22,8	
1542915	Rio Pardo de Minas	15°35'54"	42°32'51"	782	20,8	23,0	24,1	23,6	23,5	22,5	
	Temperatura Média				20,9	23,1	24,2	23,7	23,6	22,7	

Fonte: ANA, 2006
 Org. OLIVEIRA, R.I.C.

Observando os dados apresentados na Tabela 3, percebe-se que, nos últimos 23 anos (1983-2005), o déficit hídrico da área em estudo foi, em média, de 517mm. Os meses de agosto, setembro e outubro apresentam um maior défi-

cit hídrico, correspondendo a 40,6% da deficiência do total anual. Nos meses de novembro a fevereiro, ocorre um menor déficit hídrico, ou seja, 7,4%. Esse período está relacionado ao início do período chuvoso e também a ocorrência de temperaturas mais elevadas, pois é verão.

Tabela 3
Deficiência Hídrica Média Mensal (mm)
Porteirinha e Rio Pardo de Minas (MG): 1983-2005

Código	Município	Lat.(-)	Long.(-)	Alt.(m)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
1542016	Porteirinha	15°38'12"	42°56'37"	755	24	30	34	57	64	50	61
1542915	Rio Pardo de Minas	15°35'54"	42°32'51"	782	15	25	27	37	51	44	54
Deficiência Hídrica Média Mensal					20	27	31	47	57	47	57
Código	Município	Lat.(-)	Long.(-)	Alt.(m)	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	
1542016	Porteirinha	15°38'12"	42°56'37"	755	69	85	80	19	12	584	
1542915	Rio Pardo de Minas	15°35'54"	42°32'51"	782	66	73	48	8	3	435	
Deficiência Hídrica Média Mensal					67	79	64	14	7	517	

Fonte: ANA, 2006
 Org. OLIVEIRA, R.I.C.

Entre os meses de abril e outubro, a precipitação mensal é normalmente inferior ao volume de água necessário para equilibrar-se com a evapotranspiração potencial. No mês de maio, além de ocorrer um aumento da deficiência de chuvas, a quantidade de água contida nos solos torna-se menor, quando as plantas mobilizam seus mecanismos de economia de água. A partir de junho, os déficits mensais crescem rapidamente até atingirem cerca de 64mm em outubro. Os excedentes hídricos mensais são, em média, 143mm, concentrados, principalmente, no período de novembro a março, correspondendo a 99,3% dos excedentes hídricos. Nos meses de abril a outubro, a ocorrência de excedentes hídricos corresponde a 0,69%, e, nos meses de maio a outubro, não foi observada a sua ocorrência. Esse resultado demonstra que a região em estudo apresenta uma grande fragilidade hídrica no solo. (cf.Tabela 4).

Tabela 4
Excedentes Hídricos Média Mensal (mm)
Porteirinha e Rio Pardo de Minas (MG): 1983-2005

Código	Município	Lat.(-)	Long.(-)	Alt.(m)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
1542016	Porteirinha	15°38'12"	42°56'37"	755	42	8	11	0	0	0	0
1542915	Rio Pardo de Minas	15°35'54"	42°32'51"	782	50	7	23	2	0	0	0
Excedente Hídrico Média Mensal					46	8	17	1	0	0	0
Código	Município	Lat.(-)	Long.(-)	Alt.(m)	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	
1542016	Porteirinha	15°38'12"	42°56'37"	755	0	0	0	8	38	107	
1542915	Rio Pardo de Minas	15°35'54"	42°32'51"	782	0	0	0	17	81	180	
Excedente Hídrico Média Mensal					0	0	0	12	59	143	

Fonte: ANA, 2006
 Org. OLIVEIRA, R.I.C.

O fato de, em época de seca, a região Norte de Minas apresentar escassez acentuada de água, principalmente devido à não perenização dos rios da região, tem suas condições agravadas pela ocorrência de áreas do semi-árido. No caso específico do município de Mato Verde, essa situação se agrava pela dificuldade de encontrar água no subsolo, em função do substrato geopedológico, em que predominam os quartzitos, que são muito resistentes ao intemperismo, e pelo relevo bastante acidentado, proporcionando solos rasos e, portanto, não constituindo bons aquíferos.

Diante dessa realidade, conforme relato de alguns moradores da cidade e de funcionários da empresa responsável pelo abastecimento de água no município, inicialmente, a cidade era abastecida simplesmente por uma barragem natural do rio Viamão. Com o passar do tempo, em função do aumento da demanda de água, percebeu-se que havia perda significativa de água na barragem natural, pois a água passava por entre as fendas das rochas que eram usadas como trincheira, sendo então proposta, na época, a construção de uma barragem. Em 1978, foi construída uma barragem de um metro de altura, todavia não supriu as necessidades do município. Tanto que, no período de seca prolongada, era necessário buscar água em outros municípios e racionar o uso da água.

A barragem, concluída em 2002, planejada para ser construída com 30m de altura, foi concluída com 12m, e abastece hoje as cidades de Mato Verde e Catuti, no entanto essa demanda tem aumentado a cada ano. Ultimamente, existe uma solicitação feita pelo distrito São João do Bonito, que já foi aprovada pela Câmara dos Vereadores de Mato Verde, para que essa barragem

atenda a esse referido distrito, que não possui água tratada, e, associado a essa demanda, está o povoado de Cristino que também tem solicitado o abastecimento, devido ao fato de essa comunidade ser abastecida por carro-pipa.

De acordo com um morador, “ano passado, por exemplo, se não fosse a barragem, estaríamos sem água desde o final de setembro e entraríamos em outubro e novembro com o racionamento, com todas aquelas dificuldades”.

Dessa forma, verifica-se a problemática do abastecimento de água na região. Além da escassez desse recurso, os moradores enfrentam outros problemas típicos das pequenas e pobres cidades do Norte de Minas como a falta de recursos financeiros, o endividamento bancário, a baixa qualidade de vida, entre outros. Essa realidade é mostrada por alguns relatos de moradores da cidade,

“em 1976, nois conseguimos recurso financeiro do banco para os produtores rurais”.

“teve gente que fez empréstimo no banco... ajudô, mas agora tem muita gente endividada. Eu não consigo pagá a minha... uns 90% dos agricultores daqui deve o banco”.

“a cultura do algodão era base do município... acabô esse ciclo, a população veio pra cidade”.

“é um município bastante endividado... há dezenas de produtores rurais que têm dividas no banco e se venderem suas posses não conseguirão pagá nem a metade da divida”.

“ocorreu um fluxo muito grande de pessoas para a sede do município, principalmente depois que o algodão decaiu”.

A título de esclarecimento, torna-se necessário destacar que entre os indicadores de desenvolvimento humano, percebe-se o baixo poder aquisitivo da população local, situação típica da região norte-mineira.

A necessidade de uma nova política de convivência com a seca

Não há como negar a necessidade de uma política preventiva e contínua de convivência com a seca, a ser desenvolvida na região norte mineira com o apoio do governo e agências de financiamentos, e a participação efetiva da população. Deve estar baseada no princípio que a formação desta convivência está na divulgação da cultura técnica entre os povos. É preciso ir de comunidade em comunidade, ensinando a preservar mananciais e como captar, armazenar e tratar a água. O trabalho comunitário é a base e a população afetada pela seca deve se organizar através de associações e cooperativas para viabilizar ações.

No que se refere as opções de ações preventivas, estas são normalmente simples, de pequeno porte e pouco dispendiosas. Poços tubulares, poços manuais, barragens subterrâneas, pequenas barragens superficiais, cisternas e aproveitamento de fontes, aliados a uma política de preservação de mananciais existentes, são soluções que deveriam estar ao alcance de grande parte da população do meio-rural. Um dos exemplos é mostrado nas figura 3 e 4, referente a tecnologia da construção de cisternas de placas, que são reservatórios que armazenam água de chuva recolhida pelas calhas do telhado.



Figura 3 e 4: Cisternas de placas

Fonte: www.pnud.org.br/

Fonte: www.cetra.org.br

Essa é uma forma de criar uma estrutura de convivência com a seca, armazenando água de forma adequada ao clima semi-árido, inclusive para evitar problemas sociais que afetam todo o país, como é o caso da migração. Segundo os defensores dessa tecnologia, uma cisterna pode armazenar até 16 mil litros de água, sendo capaz de suprir as necessidades de uma família de até seis pessoas durante o período de estiagem. Além disso, possui uma construção simples, é resistente, conserva melhor a temperatura da água e evita a evaporação, além de não permitir a entrada de animais e insetos, por ser bem fechada.

De acordo com a Secretaria de Estado para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus e do Norte de Minas (Sedvan) e o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (Idene) já se aproximam de 4.500 cisternas do Programa Cisternas no Semi-Árido Mineiro, construídas na região.

Outra alternativa seriam os programas de adaptação dos plantios à seca e a estocagem de alimentos (silagem, entre outros) que também são essenciais à necessária convivência com a seca.

De acordo com a EMATER/MG (2007), outras ações já vem sendo implantadas na região no propósito de minimizar os impactos da ausência prolongada das chuvas, como:

- Incentivos à substituição do milho pelo sorgo, para fins de alimentação do gado. O sorgo é uma planta mais resistente à falta de água e a altas temperaturas.
- Construção de barraginhas de captação de água da chuva (essa água infiltra no solo, tornando-o menos seco, em períodos de estiagem). Ações como terraceamento dos terrenos e plantio em nível também auxiliam na retenção de água.
- Educação ambiental, com proteção de nascentes, recuperação de matas de topo e ciliares (ao longo dos cursos d'água), para melhorar a disponibilidade de água no solo.
- Capacitação de produtores em tecnologias de baixo custo para armazenamento de água, como caixas d'água em ferrocimento
- Entendimentos com o Banco do Nordeste para concentração de ações com crédito do Pronaf – Semi-árido na região, que financia infraestrutura hídrica com juros de 1% ao ano com 10 anos de prazo.
- Revitalização de bacias hidrográficas, identificação das melhores práticas agrícolas de convivência com a seca,
- e implantação de sistemas de abastecimento domiciliar de água.

Diante do exposto, espera-se que com a implantação do Centro de Convivência com a Seca em Montes Claros, o desenvolvimento de pesquisas e tecnologias que objetivam a convivência das famílias com a seca, programas de apoio técnico e de educação ambiental possam contribuir para uma melhor qualidade de vida do povo norte mineiro.

Considerações Finais

A ausência e a deficiência de planejamento em diversas áreas, principalmente nas áreas de maior fragilidade ambiental, como o Norte de Minas, provocam diversos impactos negativos ao ambiente local e regional. Observa-se que, na referida região, a ineficácia da gestão da água, do uso das terras, do manejo inadequado dos solos, o desmatamento desenfreando em áreas de recarga, áreas impróprias (solos de baixa aptidão agrícola) têm conduzido sérios impactos ao meio ambiente e à vida de milhares de pessoas, provocando perdas econômicas e sociais. Percebe-se um desequilíbrio entre as atividades humanas e a dinâmica ambiental, muitas vezes decorrentes do desconhecimento e da desconsideração da natureza do meio físico e dos fatores que regulam a sua dinâmica.

Associadas a essas práticas inadequadas, estão as condições climáticas, típicas do semi-árido, cujos impactos negativos não podem ser tratadas com políticas imediatistas e, sim, a partir de uma visão preventiva, buscando a convivência da população local com a seca.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – ANA. **Introdução ao Gerenciamento de Recursos Hídricos**. Brasília: 2002, 327 p.

ANTUNES, F. Z., Caracterização Climática. **Revista Informe Agropecuário**, Sistema Estadual de Pesquisa Agropecuária:EPAMIG,ESAL,UFGM E UFV.Ano 06, nº68, Agosto de 1980. Belo Horizonte, p.15-19.

ASSAD, E. D.; SANO, E. E. **Sistema de Informações Geográficas: aplicações na agricultura**. Brasília: EMBRAPA/CPAC, 1993.

BERTALANFFY, L. V. **Teoria Geral dos Sistemas**. Petrópolis: Vozes, 1977.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Seca: o homem como ponto de partida. Análises, Pressupostos, Diretrizes, Projetos e Metas de uma Política de Convivência com a Seca do Nordeste**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados; coordenação, 1999.

BRASIL.Conselho Nacional de Economia. O problema Nacional das Secas. **Boletim do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas**. Rio de Janeiro, 19(3):3-66, fev,1959.

BRASIL, Ministério de Agricultura. **Levantamento de reconhecimento dos solos do nordeste do Estado do Paraná**. Informe preliminar. Curitiba: Departamento Nacional de Pesquisas Agropecuárias, 1971.

BRASIL. Ministério do Interior. **As secas do Nordeste: uma abordagem histórica de causas e efeitos**. Recife: SUDENE,1981.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal. Secretaria de Recursos Hídricos. **Plano de Gerenciamento integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Verde Grande**. Relatório Final do Plano Diretor e do Sistema de Gerenciamento - RF Madri- Rio de Janeiro - Belo Horizonte, dez./2000.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Recursos Hídricos. **Recursos hídricos: conjunto de normas legais/Ministério do Meio Ambiente**. Secretaria de Recursos hídricos. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.243p.

CARDOSO, J. M. A. A região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações sócio-espaciais. In: OLIVEIRA, M. F. M. de,

RODRIGUES, L. **Formação Social e Econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: UNIMONTES, 2000. p. 173-346.

CENTRO TECNOLÓGICO DE MINAS GERAIS. **Estratégias de Recuperação da Bacia do Rio Verde Grande**: Relatório Técnico, 1º fase. Belo Horizonte, 1992.

CHORLEY, R.J. **Geomorphology and the general systems theory** U.S. GEOL. Survey Prof. Paper, 5000-B:10p., 1962.

CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia**. São Paulo: Edgard Blücher, 1980.

_____. **Modelagem de sistemas ambientais**. São Paulo: Edgard Blücher, 1999, 236 p.

DIAS, P.L.S. Águas Atmosféricas. In: REBOUÇAS, A. C., BRAGA, B. & TUNDISI, J. G. (Org.) **Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. São Paulo: IEA/USP-ABC, 2002. p. 65-71.

FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION (FAO). **A framework for land evaluation**. Soils Bulletin, v.32, 1976.

EMBRAPA-CNPS. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. Brasília: Embrapa - SPI, 1999. 412 p.

FREITAS, A.J. de. Gestão de recursos hídricos. In: **Gestão de recursos hídricos: aspectos legais, econômicos, administrativos e sociais**. Brasília: Universidade Federal de Viçosa, 2000. 659p.

GERVAISE, Yves. **A transformação Agrária do Nordeste Meridional (Norte de Minas Gerais)**. Instituto de Geociências/UFMG, publicação especial n.1, 1975.

GOMES, G. M. **Velhas secas em novos sertões**. Brasília: IPEA, 2001

IBGE - **Censo Demográfico**: Minas Gerais - 2000. Rio de Janeiro

IPEA. Atlas do Desenvolvimento Humano. Brasília, 2002

JACOMINE, P.K.T., CAVALCANTE, A.C., FORMIGA, R.A., SILVA, F.B.R., BURGOS, N., MEDEIROS, L.A.R., LOPES, O.P., MELO FILHO, H.F.R., PESSOA, S.G.P. & LIMA, P. C. **Levantamento exploratório - reconhecimento de solos do Norte de Minas Geras; área de atuação da SUDENE**. Recife: EMBRAPA/SNLCS - SUDENE/DRN, 1979.

Jornal O Globo de 06 de agosto de 2007.

Jornal O Norte de 02 de fevereiro de 2008.

LIMA, J. H., A dinâmica climática e a organização do espaço agrário em Monte Alegre de Sergipe (SE).2004. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – UFS, Universidade Federal do Sergipe, Sergipe.

MAGALHÃES, M. A. A seca e as humanidades e o desenvolvimento regional. 2003. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) - UFU, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

OLIVEIRA, M. F. M. de; RODRIGUES, Luciene; CARDOSO, J.M.A.; BOTELHO, T. R. **Formação social e econômica do Norte de Minas Gerais**. Montes Claros: UNIMONTES, 2000.

PAULA, H de. **Montes Claros: sua história, sua gente, seus costumes**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico IBGE, 1957.

RAMALHO-FILHO, A.; BEEK, K. J. **Sistema de avaliação da aptidão agrícola das terras**. 3. ed. Rio de Janeiro: EMBRAPA-CNPS, 1995. 65 p.

RAPOSO, F.O. **Mapa Geológico de Mato Verde**, 1:50.000, Projeto Porteirinha-Monte Azul.CPRM, 1979

REBOUÇAS, A. C., BRAGA, B. & TUNDISI, J. G. (Org.) **Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. São Paulo: IEA/USP-ABC, 2002, 717 p.

RODRIGUES, L. Formação econômica do Norte de Minas e o período recente.In: OLIVEIRA, M. F. M. de, RODRIGUES, L. **Formação Social e Econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: ed. UNIMONTES, 2000. p. 126-130.

ROSA, R. **Introdução ao Sensoriamento Remoto**. 5ª edição. Uberlândia. Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2003, 228p.

ROSA, R.; BRITO, J. L. S. **Introdução ao Geoprocessamento: sistema de informações geográficas**. Uberlândia: 1996.

SANTOS, R.. F. **Planejamento ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

SILVA, A. A, da, ; SILVA, D. N. da . **Santo Antônio do Mato Verde: 130 anos de história**. Belo Horizonte: Gráfica Literatura Ltda, 2002. 213p.

SILVA, A. M.; PINHEIRO, M. S. de Freitas; FRANÇA, M. N. **Guia para normalização de trabalhos técnico-científicos: projetos de pesquisa, trabalhos acadêmicos, dissertações e teses**. 5.ed. rev. e ampl. Uberlândia: UFU, 2006. 145 p.

Sites

<http://www.cetra.org.br/>

<http://www.pnud.org.br/>

<http://www.fapepi.pi.gov.br/>

<http://www.emater.mg.gov.br/>



***RESUMOS DE DISSERTAÇÕES
E TESES***

RESUMO DE TESE E DISSERTAÇÕES

TEMA: “CIDADE MÉDIA E REGIÃO: O SIGNIFICADO DE MONTES CLAROS NO NORTE DE MINAS GERAIS”

DOUTORA: Anete Marília Pereira

ORIENTADORA: Prof^a.Dr^a. Beatriz Ribeiro Soares

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Uberlândia – UFU/MG

DATA DE DEFESA: 11 de Setembro de 2007

RESUMO: Este trabalho contempla reflexões acerca das relações urbano-regionais na mesorregião Norte de Minas, no estado de Minas Gerais. Partindo da premissa de que a divisão territorial do trabalho atribui a alguns segmentos e lugares um papel privilegiado na organização do espaço, o nosso principal objetivo é compreender o papel regional de Montes Claros, através das principais relações que ocorrem entre essa cidade e os demais componentes do sistema urbano-regional, priorizando o setor de serviços. O referencial teórico utilizado enfocou os conceitos de região, regionalização, cidade média, pequenas cidades e rede urbana. Partindo de tais pressupostos, propomos uma articulação teórico-metodológica que contribua para a apreensão do que se revela como urbano na região e que possibilite a compreensão das relações interurbanas nela existentes. Para tanto, realizamos um estudo de caráter exploratório descritivo, com avaliação qualitativa, sendo a estratégia de pesquisa o estudo de caso, utilizando múltiplas fontes de evidências: observação, análise documental e entrevistas semi-estruturadas. A compilação dos dados culminou com a elaboração de mapas, gráficos e tabelas, os quais mostram as principais relações que se estabelecem entre a cidade e a região. Concluimos que, hoje, é a demanda por bens e serviços, considerando a frequência com que se realiza, que torna os lugares distintos entre si. Portanto, é esse fator que peculiariza as redes urbanas regionais. No caso do Norte de Minas, Montes Claros é a única cidade da região capaz de oferecer serviços mais complexos e comércio mais diversificado, nutrindo de informação, tecnologia, bens e serviços os centros emergentes e as pequenas cidades, que fazem parte da rede urbana regional. Entretanto, é importante ressaltar que a pobreza da população, o isolamento de alguns

municípios, a inércia do poder público em atrair investimentos e a falta de empregos criam um quadro de estagnação na maior parte da região e aumentam a dependência das pequenas cidades em relação a Montes Claros.

Palavras-chave: Região. Cidade média. Serviços. Norte de Minas. Montes Claros.

ABSTRACT: This work ponders on the urban-regional relations in the Northern Minas region, in Minas Gerais State. Based on the premise that the working territorial division grants to some segments and places a privileged role in the space organization, our main goal is to understand Montes Claros' regional role through the main relations occurring between this city and the other components of the regional urban system, giving priority to the service sector. The theoretical referential used has focused on the concepts of region, regionalization, median-sized city, small towns and urban network. Based on such presuppositions we have propose a theoretical-methodological articulation capable of contributing to the apprehension of what is unveiled as urban in the region and of making it possible to understand the interurban relations existing in it. For such, we have conducted a study, exploratory and descriptive in nature with qualitative evaluation using multiple sources of evidence: observation, documental analysis and semi-structured interviews. Data compilation has culminated with the elaboration of maps, charts and tables showing the main relations established between the city and region. We have concluded that, today, it is the demand for goods and services, considering the frequency at which it occurs that makes the places distinct among themselves. Therefore, it is this factor that makes the regional urban networks peculiar. In the Northern Minas case Montes Claros is the only city in the region capable of offering more complex services and more diversified commerce, nourishing with information, technology, goods and services the emerging centers and the small towns, which are part of the regional urban network. However, it is important to highlight that the population's poverty, the isolation of some municipalities, the public power inertia to attract investments and the lack of employment create a picture of stagnation in most part of the region and increases the small towns' dependence upon Montes Claros.

Key words: Region. Median-sized city. Services. Norte de Minas. Montes Claros.

**TEMA: “PARQUE NACIONAL CAVERNAS DO PERUAÇU /
PARNA - JANUÁRIA/ITACARAMBI - MG - COMUNIDADE DO
JANELÃO: AS COMUNIDADES TRADICIONAIS E O IMPACTO
DA CRIAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO EM SEU
TERRITÓRIO”**

MESTRE: Cássio Alexandre da Silva

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. Simone Narciso Lessa

INSTITUIÇÃO: Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES/MG

DATA DA DEFESA: 22 de junho de 2007

Resumo: Essa dissertação trata do impacto do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu - PARNA - sobre a comunidade do Janelão, que fica nesta Unidade de Conservação - UC, nos municípios de Januária e Itacarambi - MG. A caracterização dessa comunidade, que é uma das dezenas existentes na unidade de conservação - UC, tem como objetivo primeiro identificar o modo de vida dessas pessoas como população tradicional, e quais os impactos que vêm sofrendo com a “chegada” do parque em suas vidas. Desde a formação histórica e territorial, os meios de produção e sua relação com a terra, as relações com o meio ambiente, a resistência em permanecer no território, seus aspectos culturais materiais e imateriais, a sua auto-identificação e de como eles estão “sentindo-se” com a presença do parque em suas vidas. Os três principais problemas investigados referem-se ao impacto sócio-ambiental causado pela unidade de conservação na Comunidade do Janelão; à política pública baseada no Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC; à averiguação da possibilidade de o parque promover desenvolvimento social para as populações tradicionais. O trabalho apresenta fundamentação teórico-metodológica, em trabalhos de campo, participação de reuniões do Conselho Consultivo e uma análise e interpretação dos documentos legais, o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) e do Plano de Manejo do PARNA. Trataremos da relação entre a territorialidade e a ação do Estado. O Desenvolvimento Social é o elemento chave em nossa abordagem, pois fundamenta-se numa perspectiva de construção de uma sociedade mais justa e equânime.

Palavras-Chave: Populações tradicionais. Território. Unidade de Conservação. Impacto sócio-ambiental.

Abstract: This dissertation work is about the impact of the Parque Nacional Cavernas do Peruaçu - PARNA - on the Janelão community, that is located in the Conservation Unit (Unidade de Conservação - UC), in the cities of Januária and Itacarambi - MG. The A characterization of this community, that is one of thousand existing conservation Units - UC, it has the main purpose of identify the way of living of these people as a traditional population, and wich impacts the Park arrival will have in their lives. Since its hystorical and terriotial formation, the ways of living (production) and its relation with the earth, the relations with the environment, the resistency about stay in that territory, its material and imaterial aspects, its self-identification and the way how they are felling about the Park presence in their lives. The three main problemsn investigated are related to the impact socio-environmental caused by the conservation unit in the Janelão comunity, the politic based in the Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC; the checing of the possibility of the park social development to the traditional population. The work present a theoretical- methodologicalgica baseline in fields work, particiopatation in the Consultive Counsel and a analysis and interpretation of the legal documents of the Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) and Plano de Manejo do PARNA. We will treat the relation between the territory issues and the State action. The social development is the key element in our approach, once is based in a perspective of building a socity more equal and fair.

Key words: Traditional populations. Territory. Conservation Unit. Social - environmental impact.

**“A REDE DO TURISMO NO NORTE DE MINAS:
PLANEJAMENTO, REGIONALIZAÇÃO,
TERRITORIALIDADES E DESENVOLVIMENTO SOCIAL NOS
CAMINHOS DOS GERAIS”**

MESTRE: Hebert Canela Salgado

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. Simone Narciso Lessa

INSTITUIÇÃO: Universidade Estadual de Montes Claros

DATA DA DEFESA: 22 de junho de 2007.

Resumo: O trabalho constitui ao mesmo tempo um retorno reflexivo ao conhecimento acumulado sobre o turismo e os fundamentos de minhas pesquisas anteriores, ou seja, o primeiro balanço dos trabalhos que venho fazendo sobre o desenvolvimento do turismo no Norte de Minas. O autor aprofunda suas reflexões sobre a formação da rede do turismo norte-mineiro, como campo de possibilidades para o desenvolvimento regional. O embasamento teórico-metodológico apóia-se em obras de referência voltadas à análise sociocultural geografizada do turismo. O objetivo geral deste trabalho é refletir como a expressão contemporânea do turismo que passa a se estabelecer no Norte de Minas, pode se articular por meio de redes solidárias, em condições paralelas, a fim de garantir o desenvolvimento regional com base em uma lógica diferenciada que não seja a do capital. A dissertação apresenta como área de concentração e linha de pesquisa: *Desenvolvimento Social: Poder, Processos Socioeconômicos e Ordenamento Territorial*. O método científico que conduz o trabalho se volta para a Dialética Histórico-Estrutural considerado apropriado para o manejo da realidade, sendo esta natural e social. A construção do campo metodológico encontra no Sistema Turismo – SISTUR, proposto pelo professor Mario Carlos Beni, um conceito amplo e rico que se configura como uma ferramenta importante desta investigação. A estratégia metodológica de investigação compreende a convergência de movimentos reflexivos investigativos e participativos de processos que integram a pesquisa, além da pesquisa bibliográfica. Propõe-se uma metodologia de abordagem qualitativa. O problema aqui investigado questiona como o Turismo, a partir de suas contradições, pode fomentar o Desenvolvimento Social no Norte de Minas. Para tanto, pressupomos que se por um lado o turismo provoca impactos cada vez mais intensos e marcantes para os espaços e culturas, por outro se percebe uma evolução dos seus modelos sustentáveis de base local, na medida em que, são adaptados às realidades locais onde ocorre.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo. Norte de Minas. Redes. Planejamento. Desenvolvimento social.

Abstract: This master degree dissertation constitutes at the same time a reflexive return to the accumulated knowledge about the tourism and the background of my previous researches, in other words, the first evaluation of the works that I have done so far about the development of the tourism in the north of Minas Gerais. The author intensify his reflections about the formation of the tourism net in the north of Minas, as a field of possibilities for the regional development. The theoretic-methodologic background supports itself in Works with a reference turned to the geographic social-cultural analysis of the tourism. The general purpose of this work is reflect as a tourism contemporary expression that pass and establish itself in the north of Minas Gerais, and articulate by solid means, in parallel conditions, in order to ensure the regional development based in a different logic besides the capital one. The dissertation presents as a concentration area: *Social Development: power, social-economic processes and territorial ordering*. The research line is: Social-economic processes and Territorial ordering. The scientific method that leads this work turns itself to the Historic-structural dialectic considered proper to handling the reality, even natural and social. In the same direction, the construction of the methodological field, finds in the Sistema Turismo – SISTUR, proposed by professor Mario Carlos Beni, a large and rich concept that set itself as a important tool of this investigation. The investigation methodological strategy comprehends the convergence of invesigative-reflexive movements and cooperative processes that compose the research, besides the bibliographic research. Its proposed a qualitative approach methodology. The problem investigated question how the Tourism, from its contradictions, can promote social development in the north of Minas Gerais. Regarding the answers to the presented problem, we foresee that in a point of view the tourism generates an increscent intense and expressive environmental, social and economical impact to the space and culture, and in another hand it can be perceived an evolution of the tenable models of local base, when it is adapted to the local realities where it occurs.

KEY WORDS: Tourism. North of Minas Gerais. Netting. Planning. Social Development.

**“DIAGNÓSTICO DO SISTEMA AMBIENTAL DA BACIA
HIDROGRÁFICA DO ALTO VIAMÃO, MATO VERDE – MG”**

MESTRE: Rachel Inêz Castro de Oliveira

ORIENTADORA: Prof. Dr. Samuel do Carmo Lima

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Uberlândia – UFU / MG

DATA DA DEFESA: 31 de maio de 2007.

Resumo: Nesta dissertação, realizou-se o diagnóstico do sistema ambiental da bacia hidrográfica do alto Viamão, situada no município de Mato Verde, Minas Gerais, com o objetivo de detectar suas principais características e problemas. Foram realizadas pesquisas bibliográficas relacionadas à teoria de sistema, bacias hidrográficas e a utilização de técnicas de sensoriamento remoto e geoprocessamento como ferramentas úteis para efetuar o diagnóstico da bacia do alto Viamão. Inicialmente, fez-se um estudo de cada um dos componentes do sistema ambiental, com o objetivo de compreender a estrutura e o funcionamento de cada um deles. Num segundo momento, foi realizada uma integração dos componentes a partir de cada problema ambiental identificado na bacia. O reconhecimento da área da pesquisa foi realizado por meio de cartas topográficas, mapa geológico, mapa exploratório de reconhecimento de solos do Norte de Minas, imagens de satélite e trabalho de campo, essencial para a elaboração de diagnóstico de bacia hidrográfica, abrangendo a cidade de Mato Verde e, principalmente, a área da bacia hidrográfica do alto Viamão. Na etapa posterior, foram diagnosticados os principais problemas ambientais detectados nessa bacia hidrográfica. O estudo revelou, com base nos resultados da avaliação da aptidão agrícola, que a área apresenta baixa potencialidade agrícola, e, no que se refere ao uso e a ocupação do solo, percebeu-se que, na maior parte da área, o uso é inadequado. Foram observados, ainda, vários problemas socioeconômicos na área em estudo, entre eles, baixa qualidade de vida da população e falta de planejamento para o turismo. Na intenção de contribuir para a minimização dos problemas diagnosticados, foram apresentadas algumas sugestões que complementaram este trabalho.

Palavras-chaves: Diagnóstico. Teoria de sistema. Sensoriamento remoto. Bacia hidrográfica.

Abstract: This paper presents a dissertation, on the diagnosis of the environmental system of the high Viamão hydrographic basin, located in Mato Verde city, Minas Gerais, the dissertation aimed to detect the main features and problems of this basin. A bibliographic research was carried out

the researched subjects were system theory, hydrographic basin and the use of techniques of remote sensing and geoprocessing as useful tools for finding out the high Viamão basin diagnosis. Initially, all the environmental system components were studied aiming to understand the structure and function of each one of them. After that, there was an integration of the components according to each problem identified in the basin. The research area recognition was possible through topographical maps, geological maps, exploratory maps of Minas Gerais North side, satellite images and working in the field of the research which was essential for the hydrographic basin diagnosis, including Mato Verde city, and mainly, high Viamão hydrographic basin area. Then, it was possible to detect the main environmental problems in this area. The study revealed that this area presents low agricultural potentiality, according to the evaluation results for agricultural aptitude. And according to the way the soil is used and occupied, it was possible to notice that in almost all the area, the soil is used inappropriately. Besides this, several social and economic problems could be identified in the same area, for instance, the population low quality of life and the lack of a tourism planning. In order to contribute to ease the diagnostic problems, there are some suggestions to complement this dissertation.

Keywords: Diagnosis. System theory. Remote sensing. Hydrographic basin.

“ÁGUA, VEREDA, VEREDEIRO: UM ESTUDO SOBRE AS AGRICULTURAS CAMPONESA E COMERCIAL, NAS CABECEIRAS DO RIO FORMOSO, EM BURITIZEIRO-MG”

MESTRE: Maria das Graças Campolina Cunha

ORIENTADOR: Prof. Dr. Samuel do Carmo Lima

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Uberlândia – UFU/MG

DATA DA DEFESA: 22/06/2006

RESUMO: O tema desta pesquisa teve como objetivo o estudo das transformações socioambientais e culturais ocorridas nas cabeceiras do rio Formoso, afluente do rio São Francisco, no município de Buritizeiro, Norte de Minas Gerais. Até a década de 1960, o município apresentava uma população predominantemente rural e as cabeceiras do rio serviam como espaço de reprodução do modo de vida e trabalho camponês. Com a introdução de atividades capitalistas no campo, a partir da década de 1970 - carvoejamento, reflorestamento e agricultura comercial ligada às agroindústrias - as famílias camponesas foram expropriadas de suas terras e migraram para a cidade, acelerando a urbanização do município. A metodologia baseou-se em revisão bibliográfica, pesquisas documentais, pesquisas de campo, entrevistas abertas e história oral realizadas com famílias camponesas e trabalhadores rurais. A análise dos impactos socioambientais foi realizada por meio da leitura e interpretação das imagens fotográficas. O processo de desenvolvimento econômico no campo nas cabeceiras do rio Formoso consolidou as desigualdades sociais, envolvendo as famílias camponesas e o ambiente, através das novas formas de produção.

PALAVRAS-CHAVES: Buritizeiro. Rio Formoso. Vereda. Camponês. Agricultura camponesa. Agricultura comercial.

ABSTRACT: The theme of the research aimed to study the transformations Socio-environmental and cultural occurred in the head of the Formoso River, affluent of The São Francisco River, in the municipality of Buritizeiro, Northwestern of Minas Gerais. Until the 60s, this municipality presented a population predominantly rural and the head of the river served as a place of reproduction of the way of life and work of the peasant. With the introduction of the capitalist activities in the country, from the 70s on, charcoal production, reforestation, and commercial agriculture related to the agricultural industry - the peasant families were expropriated from their land and migrated to the city, accelerating the urbanization in the municipality. The methodology was based on bibliographical review, document research, field research, open interviews and oral stories by peasant families and rural workers. The analysis

of the socio-environmental impacts was made by means of the interpretation of photography images. The process of economical development in the country in the head of the Formoso River has consolidated the social inequalities, involving the peasant families and the environment, through new productions forms.

KEY WORDS: Buritizeiro. Formoso river. Vereda. Peasant. Way of life and way of work. Peasant agriculture. Commercial agriculture.

**“SHOPPING POPULAR NA CIDADE DE MONTES CLAROS-MG:
UMA ANÁLISE DE SUA COMPLEXIDADE SOB A ÓTICA DA
TEORIA DOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA”**

MESTRE: Dulce Pereira dos Santos

ORIENTADORA: Prof^a. Dra^a Simone Narciso Lessa

INSTITUIÇÃO: Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES/MG

DATA DA DEFESA: 08 de maio de 2007.

Resumo: Este trabalho é sobre o Shopping Popular de Montes Claros. Nos últimos anos, o desemprego e a precarização do trabalho se intensificaram no Brasil. Dentre esses trabalhadores informais, os camelôs são, talvez, a presença mais marcante nos centros urbanos. Montes Claros não foge à regra e, a partir da segunda metade da década de 1980, a sua área central foi completamente tomada e quase totalmente destruída por esses trabalhadores camelôs. Em Março/2003, o poder público municipal construiu, numa área vizinha à referida praça, um Shopping Popular onde instalou os camelôs, visando retirá-los das ruas e oferecer-lhes espaços próprios e seguros. O objetivo deste trabalho é o de obter um entendimento aprofundado sobre a dinâmica complexa do funcionamento e organização das atividades comerciais praticadas no Shopping Popular de Montes Claros: comércio e trabalho informal, perfil dos lojistas, estatura do prédio, localização estratégica, produtos comercializados, subsídio do poder público, dentre outras características. A análise se processa sob a luz do conceito de “Circuitos Econômicos” na perspectiva de Milton Santos: circuito superior e interior da economia. Discute-se também o efeito da instalação do Shopping na área central da cidade e na organização espacial dessa área dinâmica do comércio. O trabalho utiliza o estudo de caso como estratégia de pesquisa, com emprego de técnicas de análise documentais, entrevistas semi-estruturadas e observação direta. Os resultados encontrados confirmam a complexidade do Shopping Popular e apontam sugestões para que a formalização aconteça desestruturando economicamente esses lojistas.

Palavras-chave: Shopping Popular. Montes Claros. Economia informal. Centralidade urbana. Circuito Superior e Circuito Inferior.

Abstract: This work is about the Shopping Popular Of Montes Claros. In the recent years, the unemployment and the precarious work relationships got stronger in Brazil. Amongst these informal workers, the street peddlers are, perhaps, the most detached presence in the urban centers. In Montes Claros it isn't different, above all from the second half of the decade of 1980, when the central area of the city was completely taken and almost totally destroyed

by these street peddlers. In March of 2003, the municipal public power constructed the Shopping Popular in a neighboring area to the related square, where the street peddlers were installed in the direction to remove them of the streets and offering proper spaces to them. The motive of this work is to get an agreement deepened on the complex dynamics of the functioning and organization of the praised commercial activities the Shopping Popular of Montes Claros: Coroners and informal work, profile of the storekeepers, structure of the building, strategic localization, commercialized products, subsidy of the Public power. Among other characteristics. The analysis processes based on the concept of "Economic Circuits;" in the perspective of Milton Santos: superior Circuit and inferior Circuit of the economy. The effect of the installation of the Shopping in the central area of the city and in the space organization of this dynamic area of the compilers is also argued. The work uses the case study as research state with application of ethnicities of documentary analysis. Half-structured interviews and direct comment. The results confirm the complexity of Shopping Popular and point suggestions so that the legalize happens without getting difficulties to the storekeepers.

Key-words: Shopping popular. Montes Claros. Informal economy. Urban centrality. Superior circuit and inferior circuit.

INSTRUÇÕES PARA AUTORES

A REVISTA “CERRADOS” é um periódico anual do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES - que visa à publicação de trabalhos de interesse da ciência geográfica e de áreas afins, admitindo-se contribuições de Professores/Pesquisadores, não apenas da Unimontes, mas, também, de outras instituições de ensino ou de pesquisas, nacionais ou estrangeiras.

Serão aceitos somente trabalhos originais e inéditos em forma de artigos e notas de pesquisa, traduções técnicas, resenhas, entrevistas, retrospectivas e resumos técnico-científicos.

O(s) autor(es) deverá(ão) enviar ao Conselho Editorial o trabalho, em disquete, acompanhado de duas cópias impressas, constando, apenas em uma delas, a identificação do(s) autor(es). **Os originais devem ser encaminhados completos, incluindo as figuras (caso haja) e definitivamente revistos.**

Os originais devem ser apresentados em letra tamanho 12, fonte *Times New Roman*, espaço duplo, folha A4, margens 2,5 em (superior e inferior) e 3 em (direita e esquerda), versão *Word for Windows* 8.0 ou inferior. A extensão do texto poderá variar de 10 a 30 páginas para artigos e traduções (as traduções devem vir acompanhadas de autorização do autor e o original do texto), até 7 (sete) páginas para resenhas, notas, resumos e relatórios, e até 8 (oito) páginas para entrevistas e retrospectivas.

Os trabalhos deverão ser estruturados conforme a seguinte seqüência:

- 1- Título do trabalho (em português e no idioma do resumo).
- 2- Nome(s) do(s) autor(es) por extenso - somente em uma das cópias impressas deve(m) vir à direita da página, acompanhado(s) das referências acadêmicas do(s) autor(es) informadas em nota de rodapé. A remissão dessa nota deve ser feita pela utilização do símbolo asterisco (*), já que as remissões numéricas são reservadas às notas explicativas. Citar o endereço eletrônico.
- 3- Resumo - os artigos deverão ser acompanhados de resumos com o máximo de 200 palavras, em português, inglês, francês ou espanhol, bem como de palavras-chave (Unitermos/Key-Words), máximo de cinco palavras. Os resumos e suas respectivas palavras-chave devem ser encaminhados em folhas separadas.

4- Texto - deve ser apresentado dentro da estrutura lógica de um trabalho científico. Usar para as citações, notas de rodapé (devem ser usadas somente quando indispensáveis), bem como para as referências, as normas atualizadas da ABNT, divulgadas a partir de 2001/2002: Contribuições de autores nacionais serão exclusivamente em português, permitindo-se aos autores estrangeiros trabalhos em inglês, francês ou espanhol.

5- Figuras (gráficos, mapas, desenhos, esquemas, fotografias, tabelas e outras) devem ser monocromáticas, numeradas consecutivamente, encabeçadas por título, conter legendas informando a fonte de consulta e permitir uma perfeita legibilidade, haja vista a sua redução no texto.

• As resenhas e notas dispensam o resumo e as palavras-chave. As entrevistas de. vem seguir a forma pergunta-resposta.

ORIENTAÇÃO EDITORIAL:

- Trabalhos entregues fora das normas não serão analisados.
- Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade do(s) autor(es).
- Caso a pesquisa tenha apoio financeiro de alguma instituição, esta deverá ser mencionada.
- O Conselho Editorial acusará o recebimento dos originais.
- Todos os trabalhos entregues à publicação serão apreciados por pareceristas, membros do Conselho Editorial e professores do corpo docente da UNIMONTES ou membros do Conselho Consultivo da Revista “Cerrados”, mantendo em sigilo a autoria dos textos.
- O Conselho Editorial não fará tradução de trabalhos ou resumos para outra língua.
- Cabe ao Conselho Editorial a decisão referente à oportunidade da publicação dos trabalhos recebidos, baseado nos pareceres.
- Os trabalhos não selecionados pelo Conselho Editorial serão devolvidos, podendo ser retirados pelo autor no Departamento de Geociências da UNIMONTES, ou requisitados por correspondência, após o recebimento do parecer.
- Os autores dos trabalhos aprovados deverão receber dois (02) exemplares da revista que contiver seu artigo. Caso haja mais de um autor para o mesmo trabalho, cada um terá direito a apenas um exemplar.
- O envio de qualquer colaboração implica, automaticamente, na cessão dos

direitos autorais à Revista “Cerrados”.

• Todos os casos não previstos serão analisados pelo Conselho Editorial que, além de ser responsável pela decisão final da temática, no caso de edições temáticas dossiês, pela leitura crítica e aprovação/seleção dos trabalhos enviados, ficará encarregado de informar ao(s) autor(es) da possibilidade da publicação, **contra os quais não caberá recurso**.

Os trabalhos deverão ser enviados para o Departamento de Geociências da UNIMONTES.

ENDEREÇO

DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS - CCH - UNIMONTES REVISTA “CERRADOS”

Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro. Av. Dr. Rui Braga, s/no - Vila Mauricéia

CEP: 39401-089 - Montes Claros, MG.

Telefone: (38) 3229.8238 ou (38) 3229.8266 (GESA)

E-mail: **geociencias@unimontes.br**

COORDENAÇÃO EDITORIAL: Marina de Fátima Brandão Carneiro.

REVISTA CERRADOS

Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES
Centro de Ciências Humanas - CCH
Departamento de Geociências
Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro
Caixa Postal 126 - CEP: 39401-089 - Montes Claros - MG
e-mail: geociencias@unimontes.br
Tel. (38) 3229.8238 ou 3229.8266 (GESA)

Pede-se permuta
We ask for exchange
Se solicita canje
On demande échange

FICHA DE ASSINATURA

NOME:.....

ENDEREÇO: Rua/Av.....

.....Nº.....Complemento:.....

Bairro:.....

Cidade:.....Estado:.....

CEP:.....Telefone:.....

e-mail:.....

Instituição:.....

Cargo/Função:.....

Para receber periodicamente informações sobre as nossas publicações e onde adquiri-las, basta preencher este cupom e enviá-lo à EDITORA UNIMONTES:

Campus Universitário Prof. Darcy Ribeiro, s/n - Prédio da Biblioteca Central
- Montes Claros-MG - CEP: 39401-089 - C. Postal 126 -
Telefone:(38)3229-8214 Fax:(38)3229-8311

Nome:

Endereço:

Cidade:Estado:

Fone: Fax: CEP:.....

e-mail:.....

Livro que o(a) atende:

